



# Cadernos

## Terras Quentes

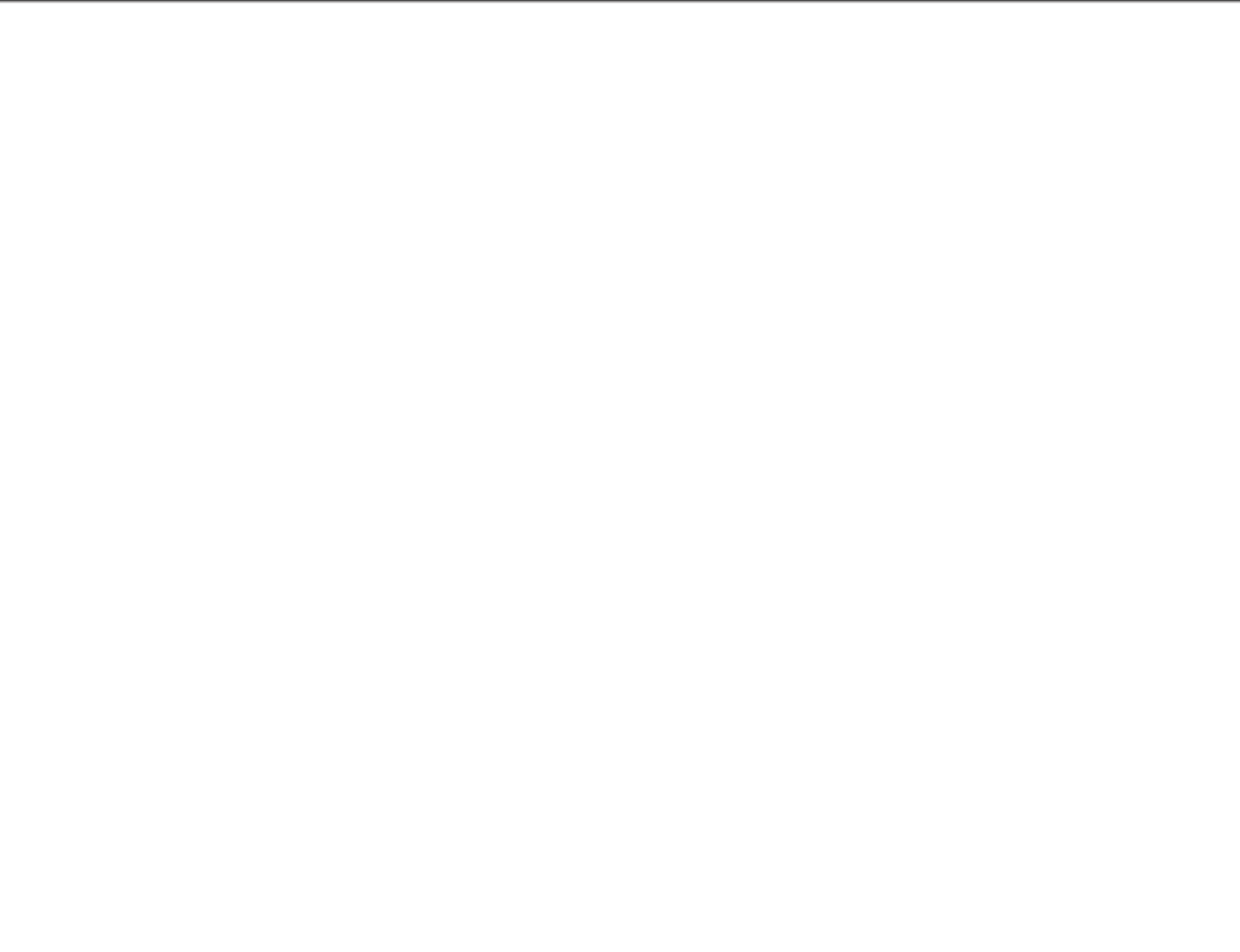
08  
MAIO  
2011



MARTIM GONÇALVES DE MACEDO

8 de Maio 1386/2011

625 Anos



# Cadernos 08

## Terras Quentes

### Edição:

Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros



# Índice

- 5** Editorial  
*Carlos Mendes*
- 7** A herança dos genes, património inestimável  
*Manuel Cardoso*
- 11** Algumas notas biográficas de José Marcelino da Rocha Cabral - Olmos  
*Carlos Mendes*
- 17** Ser ou não ser [Zoela], eis a questão...  
*Rui Sousa*
- 25** Xaires (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2010)  
*Helder Alexandre Carvalho | José Manuel Quintã Ventura | Patrícia Andreia Pinheiro*
- 33** A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 8 (2010)  
*João Carlos Senna-Martínez | Elsa Luís*
- 47** A Exploração do Quartzo e do Xisto: a indústria lítica do sítio de habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)  
*Daniela de Matos*
- 55** Os recipientes cerâmicos do sítio do Alto da Madorra  
*Bruno Miguel Martins da Costa Rebelo*
- 63** Uma visão ecuménica do oriente na pintura Portuguesa do séc. XVI o 'Pentecostes' de António Leitão em Freixo de Eespada-à-Cinta  
*Vitor Serrão*
- 67** Em cena no presépio de Lamalonga: A Adoração do Menino  
*Lécio da Cruz Leal | Lília Pereira da Silva | Raquel Alexandra Seixas*
- 71** Dossier inventário da diocese Bragança-Miranda (2004-2011)  
*Carlos Mendes*

# Editorial

A Associação Terras Quentes está mais pobre.

Desapareceu do nosso convívio um homem bom, Luís Pedro Patrício, sócio nº 6, e fundador desta instituição. Sempre disponível para ajudar a Associação, era secretário de Mesa da Assembleia-Geral em funções. Lembro bem nos idos de 2003 de enxada às costas para nos ajudar a desbravar as primeiras incursões no povoado do Cramanchão.

Perante a D. Helena, o Bernardo, o Alexandre e demais família nos curvamos exprimindo um enorme sentimento de tristeza e de saudade pela partida do bom pai, do bom marido que foi o Luís. Guardaremos, para sempre, na nossa memória essa figura impar de bondade, carácter e de sabedoria. Que descanse em paz.

Mais um ano, mais um caderno "Terras Quentes". Já vamos no número 8. 2010 Foi um ano complicado no que respeita a acções levadas a cabo pela Instituição, mas conseguimos, mais uma vez, dar conta do recado a que nos tínhamos proposto, apesar de todas as dificuldades financeiras causadas pelos atrasos nos recebimentos do projecto de inventário da Diocese, tanto no que diz respeito a algumas autarquias como, e principalmente as verbas provenientes do QREN.

Os técnicos agregados ao projecto acabaram o trabalho de recolha de informação em campo, no final de Fevereiro, regressando, no início de Março, a gabinete a fim de procederem à introdução dos dados recolhidos na nossa base de dados, trabalhos que se estenderam até meados de Janeiro de 2011.

Foi possível, com toda a dignidade, fazer a apresentação dos resultados desse projecto no dia 22 de Janeiro de 2011, que decorreu no Centro Cultural em Macedo de Cavaleiros.

No final de Janeiro de 2010 estivemos presentes, uma vez mais, na feira da Caça e do Turismo levada a cabo no parque Municipal de exposições de Macedo de Cavaleiros.

O número sete dos Cadernos saiu, como também vai sendo habitual, no último fim-de-semana de Maio, fazendo parte do programa das jornadas VIII da Primavera. Aí demos conta ao público das realizações do ano anterior(2009).

O dia 8 de Maio, por iniciativa da edilidade, foi comemorado com toda a elevação, solenidade e dignidade. Martim Gonçalves de Macedo, D. João I e o Santo Nuno Álvares Pereira ficaram perpetuamente recordados em terras Macedenses com o descerramento de uma lápide na estátua de Nuno Álvares Pereira, tendo-se Inaugurado, também, um memorial no campo do Pereiro/Castelãos, recordando a passagem de todas as tropas do reino em 8 de Maio de 1386.

Por dificuldades financeiras não será possível, este ano de 2011, proceder-se com igual dignidade às comemorações dos 625 anos desses acontecimentos marcantes para a história de Macedo e para a história do País. A Associação Terras Quentes associa-se à lembrança desse dia 8 de Maio de 1386, dedicando-lhe a capa deste caderno 8.

Não podemos, nunca, negar à lembrança, aqueles que escreveram a história da sua terra e do seu País a letras de ouro. É

o caso de Martim Gonçalves de Macedo.

Por assim ser, este número irá contar um pouco daquilo que foi a vida brilhante de um outro Macedense, José Marcelino da Rocha Cabral, homem nascido nos Olmos que, aos 25 anos, rumou a terras de Santa Cruz onde fundou 2 instituições das mais prestigiadas (ainda hoje) no Brasil, onde morreu pobre. É a um punhado (Martim Gonçalves de Macedo, Nicolau Pereira Campos Vergueiro, Cónego Figueiredo Sarmento, Francolino Gonçalves, Cândida Florinda, e alguns mais) de homens e mulheres como este, que o povo Macedense se deve curvar e seguir como exemplo. É aqui que deveremos buscar a elevação da nossa auto-estima no sentido de podermos, com mais tranquilidade, superar os dias difíceis que se auguram. Gente que deu tudo o que tinha, gente que glorificou a sua terra e o seu País sem pedir nada em troca.

No ano em que a edilidade, e muito bem, traçou o "Plano de Marketing Territorial" definindo a área do turismo como área chave para o desenvolvimento do concelho, destacando a valorização do património histórico e cultural como pedra de toque para esse desenvolvimento, dando força à identidade "Terras de Cavaleiros", deverá pugnar a todas as suas forças para elevar ao mais alto patamar, com espaços museológicos e acções culturais várias, as suas figuras históricas de referência.

Veio o Verão e chegaram as escavações arqueológicas. Foi o que aconteceu no povoado Calcolítico de Xaires na freguesia de Talhas e na Fraga dos Corvos na freguesia de Vilar do Monte em que, equipas chefiadas pelo Mestre José Ventura, Dr. Hélder Carvalho e Dr<sup>a</sup>. Patrícia Pinheiro no primeiro arqueosítio e o Prof. João Carlos Senna-Martinez e a Mestra Elsa Luís no segundo, nos meses de Agosto e Setembro lá nos trouxeram mais informação para juntarmos ao nosso conhecimento.

A Elsa e a Jéssica, com a Fraga dos Corvos como tema, defenderam de forma brilhante as suas teses de mestrado. Mestrados e Doutoramentos já não se contam pelos dedos das duas mãos, o número que alunos que, aproveitando trabalhos efectuados no âmbito do projecto terras quentes, se realizaram. A todos eles, os órgãos sociais da Associação Terras Quentes, agradece, e deseja-lhes um futuro risonho.

Entretanto os trabalhos de conservação e restauro efectuados na nossa oficina decorreram, durante o ano de 2010, de forma normal onde se destacam a recuperação de todas as obras que fizeram parte da segunda remodelação do museu de arte sacra de Macedo de Cavaleiros.

Este número do caderno Terras Quentes, pela magreza, é um pouco o reflexo dos tempos difíceis que atravessamos. Mas o que tem sido fácil desde a nossa fundação em 2002? Nada! Portanto, iremos arregaçar as mangas e dentro de todas as dificuldades e limitações, estamos em querer, quando daqui a um ano estivermos a escrever novo editorial teremos por certo, outras realizações e novos conhecimentos a transmitir.



# A herança dos genes, património inestimável

## Apresentação de resultados do Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda

1. Quando, há oito anos, partíamos para esta aventura científica que tem sido a de todo este trabalho de pesquisa e descoberta sobre a história deste pedaço de Portugal, estávamos longe de imaginar (ou talvez não) os desenvolvimentos e proporções que tal iria assumir. Não se quer com isto dizer que se tenham ultrapassado os objectivos. Quer-se dizer que este ponto intermédio de chegada, em que nos encontramos, não era vislumbrável do ponto de partida, em que nos situávamos. Nos diferentes campos em que se tem prosseguido na acção, no arqueológico, no da história de arte, no antropológico, os resultados têm, ano após ano, surpreendido as expectativas. E em todos eles podemos dizer que, hoje, o conhecimento do nosso património é maior, mais perfeito e cientificamente sustentado. Já não é apenas o terem saído do anonimato, como então dizíamos, os artistas que preencheram as nossas igrejas e capelas: é o termos sido capazes de os dar a conhecer ao público, termos sido capazes de transmitir esse conhecimento.

2. Deixando outros campos e análises para as Jornadas de Primavera e focando a atenção na razão de ser de aqui termos estado hoje, o da apresentação de resultados da primeira fase do Inventário Histórico-Artístico da Diocese, e deixando também, porque a mim não me compete, e hoje já aqui foi feita, a enumeração e enunciação desses mesmos resultados, permitam-me voar um pouco por esta aventura do património, tal como o fizemos tantas vezes, sobretudo desde o Verão de 2005, em que, de forma sistemática, começámos a visitar, um a um, os templos e lugares de culto existentes<sup>1</sup>. Voemos até lá!



3. Como me lembro bem de todas as diligências iniciais para não sermos confundidos com mercadores de arte ou meros ladrões de imagens! Como me lembro bem dos telefonemas, contactos pessoais e discussões para resolver logo um primeiro conflito surgido em Castro Roupal, em que alguns elementos da população estavam dispostos a

levar-nos ao pelourinho mais próximo!...

Pintura mural. Imagens. Retábulos. Telas. Talha. Mobiliário. Alfaias de culto. Ourivesaria. Paramentaria. Vestuário. Malines. Barroco. Maneirista. Rocaille. Ex-votos. Documentos escritos em papel e em pergaminho. António Leitão. António Joaquim Padrão. Os Bustamante. Tristão Correia. Francisco Padilha. Bento Coelho da Silveira. Mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores, pintores. Encomendantes, locais e estrangeiros, povo e nobres, clérigos e militares. Fiéis. Devoção. Irmandade, Confraria, fábrica. Comerciantes. Artifices. Peregrinos. Ordem de Malta. Santiago. Caminhos de Santiago.

Uma constelação de objectos, temas, estilos e pessoas em que passa no nosso espírito, como se de uma procissão se tratasse, a vida palpitante da vivência religiosa dos últimos séculos em Trás-os-Montes, em Portugal e no Mundo.

Sim, e no Mundo. Porque a religião foi, durante todo esse tempo, a via de contacto com o Mundo que existiu em Trás-os-Montes. Senão a única, pelo menos a principal. Em cada um dos nossos pequenos templos, em cada uma das nossas ermidas não se abrigou apenas a arte e a devoção de pessoas a invocar protecção perante o medo. Não. Em cada um dos nossos pequenos templos e em cada uma das nossas ermidas abrigou-se a arte, a novidade e uma porta para o universo. Nas paredes pintadas, nas madeiras talhadas, nos pigmentos coloridos e nos dourados estão presentes os clics e as passwords que permitem, aos encomendantes e artistas, aos poderosos e ao povo devoto, aos senhores e aos escravos, ter acesso à fuga da realidade de todos os dias. Para muitos, ter acesso à Salvação. No sentido pré e pós-Tridentino do termo.



4. Por todo o lado, na função do património, há o factor humano. Para ser uma ponte para o divino? Sem dúvida. Mas há um indissociável factor humano. É o homem quem vive e precisa de viver. E vive pelo património, nuns casos, para o património, noutros casos, fruindo do património em todos eles.

Confesso, quando me foi proposto fazer hoje aqui uma comunicação, que a minha primeira reacção íntima foi a de recusar. De facto, apesar de ser um entusiasta por todo este labor, não

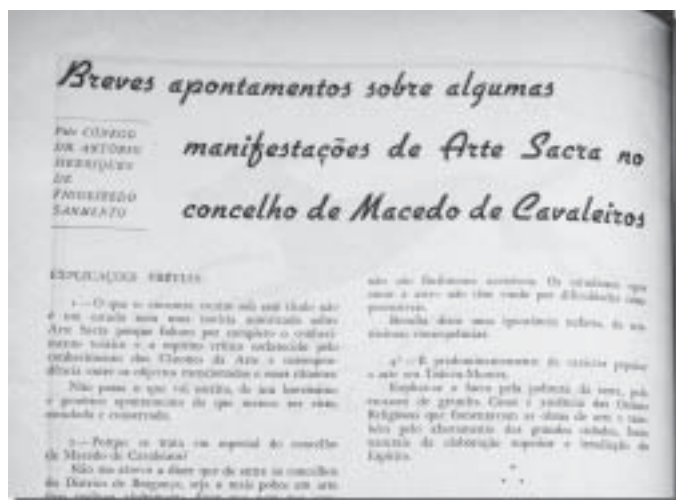
<sup>1</sup> Se bem que os trabalhos de campo tenham começado antes, no Verão de 2004, como se pode ver no Caderno Terras Quentes 2, em diversos artigos e notas.



sou da área e seria abelhudice vir meter-me em assuntos de especialistas. Mas cabendo, como cabe hoje, na vasta definição compreensiva de património, uma variedade de matérias tão díspares, e abarcando temas que vão do mais tradicional até aos menos tangíveis da área do património imaterial, pensei que seria interessante referir, como meros apontamentos, um, relacionado com o património natural, o da geologia, da botânica, da zoologia (já que estão tanto na moda a biodiversidade e as inter-relações biofísicas na perspectiva da conservação da natureza e na sustentabilidade do futuro do homem), e, outro, relacionado com o património material mas sem ser o do âmbito da história de arte: o das actividades humanas interligadas com a sobrevivência do homem neste local ao longo dos tempos. De facto, o homem caça e cava a terra desde tempos imemoriais. Mas apesar de “imemoriais” numa escala exacta dos tempos, conserva-se a memória, geração após geração, do uso dos artefactos, da utilização das sementes e da clonagem de plantas (as vinhas e os olivais são clones, as sementeiras são uma sucessão de culturas geneticamente seleccionadas...). Espontaneamente, também a Natureza se encarrega – e com que êxito – desta conservação do património. Por isso temos as orquídeas selvagens do Azibo, os endemismos botânicos de Morais. Mas mesmo que me cingisse à minha área profissional da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e resolvesse abarcar não só esta vertente ecológica mas também a da história de arte, teria matéria suficiente para fazer uma tarde de comunicações: desde logo Santa Combinha com os seus móveis, Valdrez com as pinturas murais, Salselas, Vale da Porca, Vale de Prados, Arrifana, Lamas, Podence e Azibeiro, que são as aldeias dessa área e sobre elas quanto há para dizer!

De forma que, ao começar a juntar os elementos para hoje aqui falarmos, rapidamente a perspectiva se começou a modificar como num caleidoscópio, e a variedade de assuntos tomou tal tamanho que me vi forçado a desistir e a reduzir-me apenas ao que já disse e a mais umas poucas palavras sobre o que, nos mesmos locais onde tanto foi feito – e foi feito na inventariação, na conservação e restauro, na divulgação científica pelos Cadernos Terras Quentes e pelas Jornadas e ainda nas exposições temporárias e no nosso excelente Museu de Arte Sacra – há ainda espaço para fazer algo mais.

5. Com as pessoas e com os senhores Padres. Agora que está tudo, ou quase, inventariado, há que fazer acções de alerta e formação para a importância e para a conservação da arte que existe. Não há mais desculpas para atropelos ou para atentados de lesa-património. Que infelizmente ainda se vão verificando e por quem mais responsabilidade tem nestas matérias... Já no seu artigo publicado há meio século<sup>2</sup>, cheio de sabedoria, o Cónego Figueiredo dizia serem cinco os inimigos da arte: o primeiro, a ignorância; o segundo, o apetite do novo e o fastio do velho; o terceiro, as restaurações feitas sem escrúpulos nem qualidade; quarto, as ornamentações das zeladoras; quinto, a avidez do dinheiro...



6. Os sinos. Um antepassado meu, Juan de La Puente de Lerma, veio da Biscaia para os Cortiços e casou com uma viúva, Isabel Rodrigues<sup>3</sup>, rica, ao que parece, de quem teve uma filha, Maria. Viveram em Vale Benfeito<sup>4</sup>, Macedo de Cavaleiros. João da Ponte e Isabel Rodrigues “viviam do ofício de sineiro, foram depois para Grijó e lá morreram”. Não só por causa desses genes mas porque me parece que o tema o merece, há que estudar os nossos sinos. Estão por inventariar<sup>5</sup>. Apesar de a maioria, aparentemente, ser dos séculos XIX e XX, tendo os anteriores sido substituídos, como tenho ouvido, o certo é que não só tal afirmação carece de confirmação científica mas também nada permite supor que por toda esta área geográfica não haja sinos filipinos ou, até, manuelinos. Apesar da sua depredação. Quem sabe? Apenas se conhecem, identificados, meia dúzia de sinos, com referências episódicas nas páginas da Brigantia ou nas do jornal diocesano Mensageiro de Bragança. Falta inventariá-los: fotografá-los, medi-los, gravar o seu som.

Se imaginarmos como era, nesses tempos de outrora, a colocação de um sino numa igreja, desde a sua fundição *in situ* (os sinos acima de um determinado tamanho - e não era muito - eram fundidos *in situ* numa fase de obras nas igrejas) com tudo o que tal implicava de mobilização de recursos e de conhecimento, fácil será apreendermos o impacte tecnológico que tal acontecimento tinha para cada uma das localidades. Além do mais, depois de devidamente apoiado ou pendurado, conforme, um sino a soar representava a comunicação à distância, a capacidade de colocar uma informação ou dar uma ordem, simultaneamente, a toda uma comunidade. Os sinos foram e são um meio de comunicação. Os sinos foram e são importantes. Há que lhes dar a atenção que merecem.



7. E termino já.

Todos estes diferentes aspectos aqui focados do património (a população que usufrui, a que, crente, reza ou a que, descrente, apenas vem para ver, os artistas que deram cor e forma à materialização de uma ideia, à expressão de uma sensibilidade, os peregrinos que trouxeram informações ou que trouxeram imagens para pagar promessas e captar favores, as plantas património, o antepassado sineiro), por mais díspares que pareçam, todos eles têm um denominador comum: os genes. Estão por aqui, entre nós, muitos dos genes dessas mesmas pessoas que idealizaram, edificaram, pintaram, esculpíram, talharam, decoraram, trouxeram, viajaram, rezaram, desesperaram e amaram. Estão por aqui os



genes das árvores que deram a madeira, das plantas e animais que deram o alimento. Estão por aqui os genes das ideias criadoras que trouxeram até nós os mesmos genes. E ficarão depois de nós, como um fluxo no tempo, para aqueles que se seguirão.

*A herança dos genes, património inestimável* é, neste instante, neste fim de tarde, o registo de uma ideia cheia de mais do que de vontade. Porque em último caso, a preservação

do património é um caso de herança de genes, herança que nos prende, verdadeiramente, na gigantesca cadeia de transmissão da humanidade através dos tempos, desde as origens, sejam elas quais forem, até ao futuro, seja ele qual for. É inestimável, o valor deste património. Saibamos tratar de uma herança destas com o respeito, a alegria e a felicidade que nos deve merecer a de uma herança inestimável.

Bem hajam!

---

<sup>2</sup> Breves apontamentos sobre algumas manifestações de Arte Sacra no concelho de Macedo de Cavaleiros, in *Mensagem de Bragança*, 22-8-1964, pgs 10-13.

<sup>3</sup> A Isabel Rodrigues casou primeiro com Mestre Pedro e depois de viúva casou com João da Ponte "que veio a esta vila fazer os sinos" (esta vila = Cortiços). "Estiveram aqui casados cinco ou seis anos e aqui nasceu a Maria da Ponte e depois por um desgosto que tiveram por um erro de outra filha se foram para Grijó e de lá casaram a Maria da Ponte que vive em Bornes com mais ou menos 60 anos".

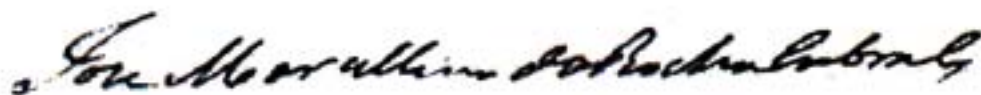
Este João de La Puente De Lerma deve ter nascido nos fins do século XVI e deve ter morrido em meados do século XVII. Cerca de "1613 saiu da sua terra natal mas com apelido Lapuente e de nome Pedro e Andreas". ANTT, processos de habilitação da Ordem de Cristo.

<sup>4</sup> Onde esta filha Maria casou em 10 de Abril de 1641 com Francisco Teixeira de Sampaio Alcoforado, filho de Cristóvão Teixeira de Sampaio, Juiz ordinário, natural de Águas-Revés, e de sua mulher Isabel do Vale, natural de Bornes de Monte Mel (antiga designação da aldeia de Bornes, no concelho de Macedo de Cavaleiros). V. Arquivo Diocesano de Bragança, livros de assentos paroquiais, paróquia de Vale Benfeito.

<sup>5</sup> Fui alertado para este assunto por uma conferência a que assisti, de Luís Sebastian, "O sino manuelino da Sé de Lamego", Museu de Lamego, 17 de Junho de 2010.



# Algumas notas biográficas de José Marcelino da Rocha Cabral - Olmos



Tem vindo, a Associação Terras Quentes, a dar conhecimento de ilustres figuras nascidas no Concelho de Macedo de Cavaleiros que, por razões várias, não têm merecido o justo reconhecimento por parte dos historiadores e dos seus conterrâneos.

José Marcelino da Rocha Cabral nasceu nos Olmos em 17 de Agosto de 1806. Filho de Raimundo da Rocha e de Teresa Luis da Ponte, também naturais da localidade e freguesia dos Olmos.



Fig.1 - Casa, na freguesia de Olmos, onde terá nascido e vivido até 1831, José Marcelino da Rocha Cabral.

Pouco se sabe, por deficiência de investigação, o que se passou nos seus primeiros 25 anos de vida. Sabe-se que frequentou a Universidade de Coimbra onde se licenciou em leis.

Não terá sido alheio à sua estruturação político-social o meio universitário Coimbra. O País atravassava um período complexo político e social. Terá chegado a Coimbra a meados dos anos 20 do século XIX. A guerra civil em Portugal (as guerras liberais) estava no horizonte (1828/1834), por um lado o partido tradicionalista de D. Miguel I de Portugal, por outro o partido constitucionalista liderado pela Rainha D<sup>a</sup> Maria II e seu Pai D. Pedro I do Brasil). Em causa estava o problema da sucessão ao trono, que emergiu com a morte de D. João VI. D. Pedro I seu primogénito, e herdeiro tinha sido deserdado em consequência dos acontecimentos que levaram à Independência do Brasil. As relações com o outro filho, D. Miguel, eram difíceis visto que este já se tinha revoltado contra o Pai duas vezes o que lhe valeu o exílio. As cortes de 23 de Junho 1828 aclamam D. Miguel, Rei de Portugal. O povo estava dividido entre Pedristas e Miguelistas (liberais e conservadores). José Marcelino da Rocha Cabral tinha alinhado pelos liberais sentindo fortemente as perseguições que foi alvo, levando-o, em 1831, a exilar-se no Brasil.

Chega ao Rio de Janeiro, mas ruma ao Rio Grande do Sul onde

funda o jornal “O Propagador da Industria Rio-Grandense, mantido pela Sociedade Promotora da Industria Rio-Grandense defensora da Liberdade e Independência Nacional – o primeiro número sai em 30 de Janeiro de 1833. O jornal era impresso na tipografia de Francisco Xavier Ferreira.

Nessa tipografia sairá uma obra “O livreto” que relata os festejos que fizeram os portugueses pelo restabelecimento da paz em Portugal (1834). Comemora-se o fim da guerra civil, (entre miguelistas e as tropas liberais de D. Pedro IV), com a assinatura do tratado de Évora-Monte. Nesse livro aparece o nome do Bacharel José Marcellino da Rocha Cabral e dá-nos conta que José Marcelino tinha estado preso em Portugal em consequência das suas posições pelos liberais.

*Transcrição: Os Srs. Antonio Jose Affonso Guimarães, e Manoel Gomes da Silva, vereadores da Câmara Municipal, Porfirio Ferreira Nunes, comandante da Guarda Nacional e Carlos Antonio da Silva Soares, oficial da mesma guarda, e Promotor Publico. (...)O Sr. Agostinho Brue, Negociante Frances, ponpoderando sucintamente a necessidade da harmonia entre as Nações livres e industriosas, propôs em seguida o brinde a amizade perpetua de todas as Nações livres da Europa e América. O Bacharel Jose Marcellino da Rocha Cabral, uma das vítimas da perseguição, que se evadira de uma hórrida masmorra para estas praias hospitaleiras, depois de um sucinto, mas enérgico discurso em que memorou a tendência, e movimento irresistível do espirito humano para a Liberdade, e para a Civilização de todos os Povos da terra(...).(FERREIRA, 1834, p. 2).*

Nesse ano de 1834, participa activamente na vida política e social, o que o faz abandonar o cargo de redator do “Propagador da Industria Rio-Grandense e com isso o jornal deixa de circular) José Marcelino para assumir a tarefa de realizar uma estatística provincial completa a convite do presidente António Rodrigues Fernandes de Braga que não consegue concluir, acaba por abandonar a provincia do Rio Grande do Sul, rumando ao Rio de Janeiro aquando do inicio da revolução Farroupilha, por causa dos seus vinculos legalistas.

Marco Morel afirmaria: José Marcelino da Rocha Cabral representava o grupo de pessoas que uniam ao poder da palavra impressa a presença em formas de sociabilidade institucionalizadas, da actividade deste homem originava-se um espaço público moderno, mas que ainda mesclava elementos do que o autor chama de “República de Letras” vinculada ao iluminismo setecentista, com ideias críticas dos novos cidadãos-escretores, mais ligados ao liberalismo das primeiras décadas do século XIX. Este hibridismo cultural era característico de José Marcelino

A guerra dos farrapos ou revolução Farroupilha emergiu no Brasil. Tratou-se de uma guerra regional, de carácter republicano, desenvolvido a partir da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, contra o governo Imperial do Brasil, a qual, em

20 de Setembro de 1835 resultou na declaração de Independência da província, como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense, mas que acabaria mais tarde por ser esmagada pelo poder Imperial. Estávamos em 1 de Março de 1845.

Esta revolução separatista influenciou vários movimentos em outras províncias brasileiras. Eis, pois, as razões pelas quais José Marcelino, convicto liberal, se vê obrigado, novamente por questões políticas, a abandonar a província de Rio Grande rumar ao Rio de Janeiro.

Novamente no Rio de Janeiro, volta à sua profissão de jornalista ocupando um lugar na redacção do jornal "O despertador".

A 14 de Maio de 1837, José Marcelino da Rocha Cabral funda conjuntamente com um punhado de outros notáveis Portugueses, um "Gabinete de Leitura" onde se destacam outros dois grandes mentores: Francisco Eduardo Alves Viana e José Maria do Amaral Vergueiro.



Fig. 2 - Actuais instalações do Real Gabinete de Leitura no Rio de Janeiro

Este gabinete de leitura provavelmente inspirado no que aconteceu em França após a revolução de 1789 onde começaram a aparecer as chamadas "boutiques à lire", lojas onde se emprestavam livros por certo prazo mediante certo pagamento. Todavia este gabinete de leitura fundado por José Marcelino diferenciava-se dos estabelecimentos franceses, por uma característica básica, não se fazia qualquer pagamento, isto é, o sócio ou leitor consultava o livro na biblioteca ou levava-o para casa sem que isso implicasse para si qualquer encargo. Expurgava-se, assim, o cariz comercial dos gabinetes franceses, indo de encontro aos modelos normalmente hoje adoptados por qualquer biblioteca pública.

José Marcelino e os seus companheiros, naquela tarde de 14 de Maio de 1837, dirigiram-se a casa do advogado português António Coelho Lousada, sita no nº 20 da Rua Direita (hoje primeiro de Março) <sup>1</sup> para outorgarem a escritura de uma associação que viria a constituir a primeira organização portuguesa em terras brasileiras após a sua independência.

Presidiu à sessão o conselheiro João Batista Moreira, na época cônsul-geral de Portugal.

José Marcelino da Rocha Cabral é eleito o seu primeiro Presidente.

Nota: O Gabinete Português de Leitura viria a conhecer, até à sua instalação final, várias moradas: Rua da Alfândega, nº 29; Rua do Ouvidor 1839; Rua da Quitanda 1839 e finalmente o nº 55 da Rua da Alfândega, onde havia funcionado a Tipografia do Jornal "O Despertador", propriedade de José Marcelino da Rocha Cabral.

### Presidentes do Real Gabinete Português de Leitura

José Marcelino da Rocha Cabral	1837 / 1842
Francisco João Moniz	1842 / 1843
Adriano Ferreira	1843 / 1844
Alberto António de Moraes Carvalho	1844 / 1847
Adolfo Manoel Victorio da Costa e Azevedo	1847 / 1854
João Henrique Ulrich	1854
José Pedro da Silva Camacho	1855 / 1860
José Peixoto de Faria Azevedo	1860 / 1866
José Pereira Soares	1866 / 1868
Manoel José Gonçalves Machado Junior	1868 / 1870
José Marcelino da Costa e Sá, Visconde de São Cristovão	1870
Boaventura Gonçalves Roque, Visconde de Rio Vez	1871 / 1873
José Joaquim Ferreira Margarido	1873 / 1876
Ernesto Rego de Kruger Cybrão	1877 / 1878
Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos	1878 / 1884
José Joaquim Godino, Visconde de S.Thiago de Riba de Ul (Int.)	1882 / 1884
Joaquim da Costa Ramalho Ortigão (Interino)	1884
José Joaquim Godino, Visconde de S.Thiago de Riba de Ul (Int.)	1884 / 1885
Joaquim da Costa Ramalho Ortigão	1885 / 1888
Manoel José da Fonseca	1888 / 1889
Wenceslau de Souza Guimarães	1889 / 1890
Manoel Mattos de Souza Souto (Interino)	1890 / 1891
José Julio Pereira de Moraes, Visconde de Moraes	1891
Guilherme Klerk (Interino)	1891 / 1892
António Homem de Loureiro Sequeira, V. Carvalhaes (Interino)	1892 / 1894
Ernesto Rego de Kruger Cybrão	1894 / 1899
António Gomes de Avellar, Conde de Avellar	1899 / 1903
Álvaro Thedim Lobo (Interino)	1903 / 1904
José Vasco Ramalho Ortigão	1904 / 1906
Albino Francisco Correa, Visconde de São João da Madeira	1906 / 1919
Albino Souza Cruz	1919 / 1961
Alfredo Rebello Nunes (Interino)	1957 / 1959
Augusto Soares de Souza Baptista (Interino)	1959 / 1960
Alfredo Rebello Nunes (Interino)	1960 / 1961
António Saldanha de Vasconcellos	1961 / 1970
António Pedro Martins Rodrigues	1970 / 1972
António Rodrigues Tavares	1972 / 1986
António de Sousa Mota	1986 / 1992
António Gomes da Costa desde	1992

Ana Luísa Martins, num excelente trabalho sobre a ambiência da então capital do império, tomando como base a situação política e social na capital do Império, refere-se ao discurso inaugural de José Marcelino da Rocha Cabral.

*[...] não posso resistir ao entusiasmo que me inspira a presença da primeira reunião de portugueses, que tem havido no Imperio em um estabelecimento próprio, por elles creado, no intuito da sua illustração, da illustração geral e de concorrer para restaurar a gloria litteraria da sua patria! (GPL, 1837, p. 10-11).*

*[...] o emigrado luso que aportava no Rio de Janeiro, embora igualmente marcado por 'francesismos', ressentia-se do aca-nhado do meio, e estava em busca de parte de sua identidade pátria. [...] Acrescente-se que para esses homens, familiarizados com o avanço dos centros europeus, eram poucos os recintos de illustração disponíveis no Rio de Janeiro, e mesmo assim restritos a uma elite que desfrutava dos postos de mando da administração (Fabiano, 1990, p. 36).*

### Um pouco da história do Real Gabinete de Leitura:

Após alguns anos sediado no nº 20 da rua Direita, esta instituição também esteve localizada até 1880 nas ruas S. Pedro, Quitanda e Beneditinos, nesse ano, por ocasião do tricentenário da morte de Camões, ocorreu a cerimónia do lançamento da primeira pedra da sua sede (D. Pedro II lançou a pedra fundamental), em estilo neo-manuelino, projectado pelo architecto português Raphael da Silva e Castro. O edificio foi inaugurado em 10 de Setembro de 1887 pela Princesa Isabel e o Conde D'Eu. A 22 de Dezembro de 1888, a Directoria promoveu a solenidade de "instalação da biblioteca", para que a ela assistisse o Imperador. É quando Joaquim Nabuco pronuncia uma frase magistral: "as pedras deste edificio parecem estrofes de Os Lusíadas". As primeiras sessões da Academia Brasileira de Letras, sob a presidência de Machado de Assis, foram realizadas no Real Gabinete. Em 1906, o rei D. Carlos concedeu ao Gabinete o título de Real e, desde 1935, a biblioteca tornou-se beneficiária do Depósito Legal. O Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, possui a maior e mais valiosa biblioteca de obras portuguesas fora de Portugal, com cerca de 350.000 volumes.

É uma instituição oferecida pela comunidade portuguesa ao Brasil, como prova de reconhecimento. A biblioteca é pública e funciona de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> das 9 às 18 horas. Real Gabinete edita a revista Convergência Lusíada, publicação semestral e promove cursos sobre Literatura, Língua, História, Antropologia e Artes destinados principalmente a estudantes universitários

Ramalho Ortigão, convidado para ser o orador oficial no acto da inauguração do edificio, em 10 de Setembro de 1887, pronunciou então um discurso notável. A certa altura disse: "No dia em que tiver caído para o dominio intelectual do mundo a preponderância europeia - porque não há preponderâncias eternas e o movimento da civilização está destinado a oscilar como o movimento dos mares e a configuração dos continentes entre os dois hemisférios da terra - quando por meio dessa evolução se tenha deslocado a importância do dominio geográfico das linhas actuais, se esta casa existir ainda, ela mos-trará aos nossos netos que homens de trabalho, alheios à intriga política do país e ao litígio do poder, ausentes de sua pátria, em um país remoto, previram na missão de sua raça o alcance da ciência e o alcance da arte, a qual, tendo por fim ressaltar os interesses da intelligência fazendo-os preponderar aos interesses da cobiça, da ambição e do egoísmo humano, é a origem da moral positiva assim como é a base do bom senso e o sustentáculo da moderação...". E mais adiante o escritor arrematou o seu discurso: "E se

*um dia o nome de Portugal houver de desaparecer da carta política da Europa, esta Casa será ainda como a expressão monumental do cumprimento da profecia posta por Garrett na boca de Camões: ... não se acabe a Língua, o nome português na terra".*

### Algumas das obras raras existentes no Real Gabinete de Leitura

Entre as obras mais raras da biblioteca podemos citar a edição princeps de Os Lusíadas, de 1572, que pertenceu à Companhia de Jesus; as "Ordenações de D. Manuel", por Jacob Cromberger, editadas em 1521; os "Capitulos de Cortes e Leys que sobre alguns delles fizeram", editados em 1539; "Verdadeira Informaçam das Terras do Preste Joam, segundo vio e escreveu o Padre Francisco Alvarez", de 1540, etc. Possui ainda os manuscritos autógrafos do "Amor de Perdição", de Camilo Castelo Branco, e o "Dicionário da Língua Tupy", de Gonçalves Dias.



Fig. 3 - O manuscrito do romance de Camilo Castelo Branco "Amor de Predição" à guarda do Real Gabinete de Leitura.

Em 1900 o Gabinete Português de Leitura transforma-se em biblioteca pública.

Alinhando novamente os factos cronológicos e, recuando a 1838, José Marcelino está integrado no grupo dos 27 fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado a 21 de Outubro de 1838, é a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de Ciências Sociais do Brasil. No grupo dos 27 fundadores está integrado José Marcelino de Rocha Cabral.



Fig. 4 - Capa da revista do IHGB, editada em 1889



Esta prestigiada organização tem, ainda hoje, como objectivo o estudo e divulgação da História do Brasil que deveria ressaltar os valores ligados à unidade nacional e à centralização política, colocando a jovem nação brasileira como herdeira e continuadora da tarefa civilizadora portuguesa. A nação, cujo passado o IHGB iria construir, deveria surgir como fruto de uma civilização branca e europeia nos trópicos.

Actualmente, além de publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), reunindo artigos de seus membros, a instituição tem importante papel na preservação da memória cultural do país.

Divulgando os estudos e obras de seus membros e das entidades congêneres do resto do mundo, o Instituto permite ainda a pesquisa em seu vasto acervo.

Nesse mesmo ano 1838 José Marcelino da Rocha Cabral é nomeado Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro.

Em 1839 edita "Collecção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil.



Fig. 5 - Collecção de artigos, publicados por José Marcelino da Rocha Cabral

Esta publicação teve como objectivo acervar nela uma série de cartas/depoimentos abonatórias a José Marcelino da Rocha Cabral, tendo em vista a campanha difamatória que corria contra a sua figura à época, no Rio de Janeiro.

Nesse acervo retirámos uma carta abonatória escrita do seu conterrâneo Nicolau Pereira Campos Vergueiro, que transcrevemos:

*"O pleno conhecimento que tenho do Sr. Dr. José Marcellino da Rocha*

*Cabral, desde a sua chegada a esta corte, me habilita cabalmente para satisfazer o seu pedido, e com muito prazer renderei testemunho ao merecimento. O Sr. Dr. Cabral exerceo nesta corte com crédito a advocacia, fazendo-se recommendavel por inteira probidade e sisedez, o que lhe attrahio a estima e amizade de muitas pessoas de distincção das diversas opiniões politicas. Passou à provincia de S. Pedro do Sul, onde o - Propagador da Industria - que alli publicou, falla por ele. Neste jornal apparece ao claro o carácter do seu autor - promover a civilização sem servir partidos - Mereceo que o governo o empregasse na formação da estatística de provincia, trabalho a que se deo com muita discrição e zelo, e que as perturbações sobrevindas impedirão de levar ao fim. Voltando a esta corte, foi procurado pelo governo da provincia do Rio de Janeiro para hum trabalho igual ao que deixara acolá começado; tal era o credito que o acompanhava. Aqui tem continuado a viver, merecendo a estima geral, mostrando-se sempre grato ao paiz que o acolheo no seu infortunio, e sustentando ao mesmo tempo com zelo e discrição o credito da nação a que pertence. O que tudo assim affirmo por ser verdade. Rio de Janeiro 31 de Julho de 1839 - Nicolau Pereira Campos Vergueiro (1) Membro da regência provisória, deputado a todas as legislaturas, até que foi eleito senador.*

1840 Funda a Sociedade Portuguesa de Beneficência, José Marcelino da Rocha Cabral é eleito o seu primeiro Presidente.



Fig. 6 - Sociedade Portuguesa de Beneficência no Rio de Janeiro

A Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma instituição bem conhecida não só de portugueses mas de todo o Brasil, pelos serviços relevantes que tem prestado e continua prestando aos desprotegidos.

#### Pequena história da Instituição

Em 1839 era ministro de Portugal, no Brasil, Joaquim César Figanière Moura que um dia conversando com o cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, o Dr. José Marcelino da Rocha Cabral, gizaram a fundação duma sociedade de beneficência para os numerosos portugueses que sofriam, desamparados, sem trabalho, sem saúde, muitas vezes sem pão.

O dr. Rocha Cabral comprometeu-se com o ministro a apresentar uma proposta no Gabinete Português de Leitura, cuja Presidência detinha, dirigindo um ofício a todos os seus sócios.

Se uns acorreram ao apelo, outros não concordaram, mas Francisco João Muniz que era o secretário da Gabinete Português de Leitura e assumira o lugar de vice-cônsul e encarregado do consulado geral de Portugal, lugar de que o dr. Rocha Cabral



pedira a demissão, tomou a fundação da Sociedade de Beneficência como uma questão de honra e convidou a reunirem-se no consulado os que concordavam com a ideia - ao todo 37 - e a sociedade instalava-se.

Foi nomeada uma comissão para organizar o projecto de estatutos, os quais foram aprovados em sessão da assembleia-geral de 17 de Maio de 1840.

Com a terceira sessão, a 12 de Julho desse ano, elegeu-se a primeira Directoria de que foi presidente o dr. José Marcelino da Rocha e Vice-presidente Francisco João Muniz.

Estava definitivamente fundada e constituída a Sociedade Portuguesa de Beneficência.

A Sociedade de Beneficência Portuguesa, cujas primeiras etapas foram assinaladas por dificuldades de toda a ordem (só vencidas por dedicações e esforços para os quais são poucas as palavras elogiosas que se possam escrever), é hoje uma instituição que honra o nome de Portugal e a que todos, tanto nacionais como estrangeiros, prestam o devido tributo.

Em 1841 após a falência do seu jornal, o *Despertador* perde tudo, e muda-se para Minas Gerais, onde trabalhou como advogado. Esteve em Diamantina a advogar. Em 1844 reside em Mariana, Minas Gerais e aí José Marcelino, publica um texto "Considerações sobre o actual estado político do Brasil offerecidas, em testemunho da gratidão e affecto, ao povo brasileiro por José Marcelino da Rocha Cabral que era na verdade uma obra monumental. A extensão excede as 600 páginas e é uma análise política profunda, projecto de constituição e revisão da história do Brasil 1849 Retorna ao Rio de Janeiro onde morre em 1850, pobre, numa casa do Jardim Botânico.

## Bibliografia

- AAVV - *Vestígios do passado, a história e as suas fontes, IX Encontro Estadual de História, Secção Rio Grande do Sul. ANPUH-RS s.d. in " O escritor Público": imprensa e constituição do Estado no Brasil imperial de Álvaro António Hlafke e Ana Inês Arce.*
- ALVES, Francisco Manuel, *Abade – Memórias Arqueológico-Histórico do Distrito de Bragança, Tomo VII, Pág 57, Câmara Municipal de Bragança, 2000, Bragança.*
- AZEVEDO, Cataldo Fabiano - *Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Portuguez de Leitura: 1837-1847, Real Gabinete de leitura, Rio de Janeiro, 2008.*
- CABRAL, José Marcellino da Rocha - *Collecção de alguns escriptos e publicados, Typographia da Ass do Despertador, Rio de Janeiro, 1839.*
- CABRAL, José Marcelino da Rocha - *Considerações sobre o actual estado político do Brasil offerecidas, em testemunho da gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcelino da Rocha Cabral, in Papeles varis sobre el Rio de la Plata , Biblioteca Nacional Sector de Livros Raros, 51,1,27, n°11ª) 17 de Outubro de 1844.*
- MARTINS, A. A. de Barros. *Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1901.*
- MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da provincia de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890. 1990. 370 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.*
- MONTORO, Reinaldo Carlos. *Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. Os Lusíadas. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422. Edição consagrada a commemorar o Terceiro Centenario do Poeta da Nacionalidade Portuguesa pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro.*

## Edições Electrónicas

- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Marcelino\\_da\\_Rocha\\_Cabral](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Marcelino_da_Rocha_Cabral)
- <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/9278.html>
- <http://tertuliabibliofila.blogspot.com/2010/5/real-gabinete-portugues-de-leitura-do.html>
- <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/Home/Presidentes/tabid/9/language/pt-PT/Default.aspx>
- <http://www.flickr.com/photos/7593077@N3/2685515727/>
- <http://bsf.org.br/2008/4/14/real-gabinete-portugues-de-leitura/>



# SER OU NÃO SER [ZOELA], EIS A QUESTÃO...

Sobrevivemos num mundo em que a globalização é tema recorrente. Num âmbito mais continental, a ausência de fronteiras, concorde-se ou discorde-se, vai contribuindo para a diluição das especificidades dos povos, numa condução suave, mas perigosa, cujo destino é ainda uma incógnita, mas em cujos apeadeiros se vai tendo a percepção de um paulatino processo de perda de identidade histórica, cultural, social. Nesses sinuosos caminhos constituídos, aparentemente, por rectas e pouquíssimas curvas, têm cabimento, também, as irrefutáveis vantagens providas das novas tecnologias. Contudo, a proximidade por elas gerada poderá transfigurar-se, paradoxalmente, na distância em relação a uma imparcial percepção da diferença. Que parece ir sendo apagada...



Fig. 1 - Tábula do Pacto de Astorga

No presente, ser Macedense, ou Nordestino, ou Transmontano, vai soando à efemeridade de ser algo eufemisticamente simpático, desvalorizando-se a ideia do bom senso que dirá que ter brotado do Reino Maravilhoso de Torga não representa ser melhor ou pior que ninguém; limita-se ao pleonasmo da diferença de ser diferente. Como diferente será ser Beirão, Algarvio, Minhoto, Alentejano... O que parece indubitável é que as especificidades regionais, nascidas de uma inapagável história, não podem ser remetidas a uma qualquer gaveta do olvido. Somos o que somos porque alguém já foi o que foi... Assim

o dita a história, assim o determina a genética. A cultura, as tradições, a gastronomia, os monumentos, a paisagem antropizada, e outras tantas coisas mais, não nasceram ontem, não são a prole de uma qualquer sucessão de fortuitas e incontroláveis reacções. São o acumular de um legado que vem sendo depositado, remetendo-nos apenas à História da Humanidade, desde os confins do Paleolítico. A crer no postulado em teorias de continuidade paleolítica, seremos portadores de características que se perdem na noite dos tempos. Porém, e obviamente, somos uma pirâmide de características acumuladas que passam, também, pelas populações neolíticas, pelas posteriores que “domesticaram” os metais, pelos diferentes povos que serviram de invasores do nosso território, numa miscigenação que não cabe aqui deslindar. Nesse imenso depósito caberá algo que poderá ter esquisado o fenótipo (e, porque não, o genótipo) que hoje serve de carácter distintivo a um Transmontano, mais especificamente àqueles que vivem nas terras compreendidas entre o Tua e o Douro, encravadas entre o limite meridional de Bornes e o setentrional de Montesinho. Nesse espaço territorial cabe o actual concelho de Macedo de Cavaleiros. Neste território, ainda hoje único, coube um povo pré-romano que, tal como os transmontanos de hoje se apresentava como um povo distinto, detentor de características bastante específicas e, como os dados disponíveis fazem supor, possuidor de uma etnicidade diferente: os ZOELAS (ou ZELAS, sugerido por Amílcar Guerra como a variante mais correcta para a sua designação em Português).



Fig. 2 - Silo de armazenamento – Terronha Pinhovelo

Já muito foi escrito anteriormente acerca desta presumível entidade étnica que habitou a região de Trás-os-Montes Oriental, bem como a região de Zamora, no país vizinho. Não cabe no âmbito deste breve trabalho a exposição demorada e exaustiva de tudo o que já foi apontado relativamente ao povo *Zoelae*, visível que pode ser em conteúdos referenciados na bibliografia que lhe serviu de suporte. Mas nele tem cabimento o levantar de algumas questões relativas a temas potencialmente obscuros e/ou polémicos, assim como o têm as respectivas tentativas de resposta e consequentes conjecturas. Neste

enquadramento terão especial incidência as implicações respeitantes ao concelho macedense.

No que concerne especificamente à área actualmente ocupada por território português, parece pacífica e consensual a existência de duas áreas nucleares no âmbito da *civitas zoelarum*: a depressão de Bragança e o Planalto Mirandês. Parece ainda que, dentro das referidas áreas, atendendo a factores essencialmente de ordem epigráfica, a irradiação de poder provém, ao que tudo indica, de Castro de Avelãs no que concerne à primeira das áreas, e de Picote, no que à segunda diz respeito. Estas considerações colocam o actual concelho de Macedo de Cavaleiros na abrangência de uma área marginal, colocado na extremidade meridional do suposto território ocupado pelos Zelas. Este facto não retira, contudo, importância ao território concelhio, dada a existência de uma rede de povoados com cronologia de época pré-romana, destacando-se de entre os mesmos, o povoado fortificado da Terronha de Pinhovel (freguesia de Amendoeira) e o povoado do Cramanchão (freguesia de Cortiços). Por outro lado, ainda que a abundância de epígrafes seja diminuta se comparada com outras áreas, o registo epigráfico proveniente do concelho de Macedo de Cavaleiros atesta, pelas suas antroponímia e teonímia, a integração na *civitas zoelarum* e a potencial importância dentro da mesma, particularmente pela representatividade da ara votiva encontrada em Malta (Olmos). Atentando nos dados disponíveis, parece não existir controvérsia relativamente à integração da região macedense no vasto território Zela, ainda que a mesma, como já referenciado, se encontre numa posição excêntrica, na sua extremidade sudoeste.

#### DO PARTICULAR PARA A INCÓGNITA: CURUNDA, CAPITAL DOS ZOELAE?

Controversa parece ser a localização da presumível capital da *civitas zoelarum*, conforme se pode deduzir da leitura do célebre Pacto de Astorga, cuja primeira parte nos remete para uma cidade de nome Curunda. Tomando em consideração que a segunda parte do pacto é celebrada em *Asturica Augusta*, capital do *conventus asturicensis* (região administrativa em cuja dependência se encontrava a *civitas zoelarum*), é de supor que a primeira parte do mesmo pacto tenha sido celebrada na mais importante cidade do universo Zela. É proposto por diversos autores, a partir de Alarcão (Redentor, Sande Lemos, ...) que a capital Zela se localizaria nas imediações de Castro de Avelãs, mais concretamente em Terras de S. Sebastião, na Torre Velha. Esta suposição, ainda que válida, atendendo aos registos epigráficos detectados em Castro de Avelãs, nomeadamente a dedicatória da *ordo zoelarum*, não encontra eco em vestígios arqueológicos que sustentem a ideia da existência da área nuclear dos Zelas na abrangência de Castro de Avelãs. As primeiras escavações aí efectuadas em finais do séc. XIX, por José Henriques Pinheiro, não foram reveladoras da ocorrência de um aglomerado que justifique a atribuição de capital da *civitas zoelarum*. Campanhas mais recentes foram, de igual forma, inconclusivas. Sem menosprezar as evidências de âmbito epigráfico (das três aras votivas ao deus Aernus, duas delas são provenientes de Castro de Avelãs – e uma, como já referenciado, com dedicatória da própria *ordo*), não pode deixar-se de relevar a importância que o mosteiro beneditino de Castro de Avelãs deteve nos primórdios da nacionalidade, funcionando como centro agregador do poder da região, com o beneplácito da estirpe dos Braganços que, por essa altura, dominava as terras de Bragança, Lampaças e Ledra. Não será despropositado assumir que não seria difícil ao mosteiro alcançarem-se a centro aglutinador dos vestígios “culturais” de épocas recuadas, servindo como depositário das relíquias arqueológicas postas a descoberto na região em cuja abrangência exercia os seus poderes espiritual e terreno. Tendo como base esta suposição, não é difícil conjecturar na possibilidade de a localização original das epígrafes ter sido outra que não Castro de Avelãs ou as suas imediações. Caso contrário, os poucos vestígios arqueológicos de assentamento populacional na Torre Velha se-

riam, certamente, de outra grandeza (basta pensar, a título meramente exemplificativo, na área ocupada pelo povoado fortificado da Terronha de Pinhovel). Esta mera suposição não invalida que, de facto, a capital dos Zelas pudesse localizar-se na área abrangida por Castro de Avelãs. Contudo, também não é ilógico, face aos dados disponíveis, contrariar esta ideia. Uma outra hipótese, atendendo à anormal dimensão da *civitas zoelarum* dentro do *conventus asturicensis*, seria a existência de mais do que um centro nevrálgico dentro da *civitas* (como comprova a existência de distintas aristocracias em três regiões devidamente delimitadas por estudos antropométricos – a zona de Bragança (Castro de Avelãs?), a de Miranda (Picote?) e a correspondente às Terras de Aliste em região actualmente espanhola. Independentemente de todas as conjecturas que possam fazer-se relativamente à localização de Curunda, à sua potencial posição como sede da *civitas zoelarum*, ou simplesmente como aglomerado populacional de importância acrescida, o facto inegável reside na sua menção na *Tabula* onde consta o Pacto de Astorga. Inegabilidade extensível à inexistência de mais referências epigráficas ou literárias nas quais conste o topónimo “Curunda”.



Fig. 3 - Roda de raios curvos – Museu Abade Baçal

Contudo, outros indícios há que podem conduzir-nos à associação com este topónimo. A começar pela referência de Tranoy à descoberta de um fragmento epigráfico nas proximidades da povoação de Rabanales (Zamora) onde constam os caracteres “CVR”. Esta descoberta, juntamente com outra mais recente com uma dedicatória ao Imperador César Augusto, abriram a possibilidade de atribuição da mítica Curunda a esta povoação nas imediações de Alcañices. Sem mais provas adicionais, particularmente pela escassa amostra de registos epigráficos provenientes da área, a presumível atribuição de Curunda a esta terra de Aliste, não sendo de desprezar, mais não faz que adensar as dúvidas. Particularmente porque a abreviatura “CVR”, mais que a redução à possibilidade de se tratar de um topónimo fragmentário, poderá ser representativa de um antropónimo. Não sendo abundantes, existe porém um par de registos antropométricos da mesma raiz de Curunda. Um deles proveniente de Madridanos, povoação de Zamora mais a ocidente, onde consta uma *Curundea Balaesi*, e uma outra mais meridional, já em território de Vetões, numa epígrafe incrustada nas muralhas de Ávila onde consta um *Curundus*. De facto, esta constatação, mais que dissipar dúvidas, incrementá-las-á, deixando em aberto a possibilidade de “CVR” poder corresponder a uma dedicatória de alguém com proveniência em Curunda, ao invés de ser representativo da própria. Por outro lado, apenas nos indica a existência de dois prováveis indígenas Zelas cujo nascimento terá ocorrido na cidade onde foi celebrada a renovação do pacto dos *Zoelae*.



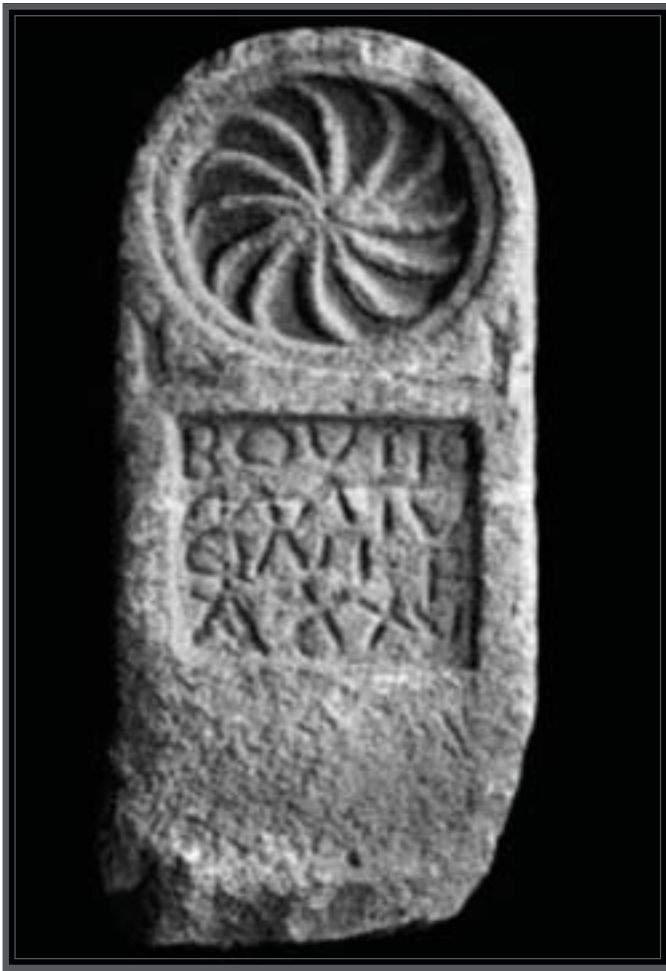


Fig. 4 - Estela encontrada em Vila Nova - Donai

Cidade essa que Albertos, corroborada por Prósper, fazem corresponder à *Curunniace* constante da epígrafe de um soldado da ala Pannoniorium (CIL III 2016). Ainda que o mesmo venha identificado como *Susarru* (um povo Astúre mais setentrional), atribui a sua proveniência à *domo Curunniace*. Idêntica assumpção já teve Hübner no séc. XIX (*Curunniace vicus eius gentis fuerit, cum Curunda Zoelarum vico componendus*). De facto, a assimilação -nd > -nn não é alheia ao Latim (como exemplo citado, *grundire > grunnire*), com perfeita aplicação a *Curunda > Curunnia(ce)*.

Num outro âmbito, de alargamento geográfico para o exterior do presumível território Zela, mantendo a circunscrição à região Astúre, há uma presença considerável de topónimos de raiz cor- / cur-. Salientem-se, a título exemplificativo, Curundi ou Corondio, assim como a presença na hidronímia de Curueño, o antigo *Curenno flumen*. O recurso às raízes provenientes do Proto-Indoeuropeu conduz-nos aos sufixos \*Kor-/\*Kar-, com o significado de “rocha, monte ou elevação”. Não será surpreendente encontrarmos, por exemplo, uma Sierra de Corondio em plenas Astúrias. Da mesma forma não surpreenderá a atribuição de orotopónimo a Curunda ou, como já verificado anteriormente, a Curunnia. Se atendermos à vulgar alternância na onomástica latina entre as vogais /u/ e /o/, não será despropositado avançar com as hipóteses Curunda/Corunda/Coronda ou Curunnia/Corunnia/Coronnia. Atentando nos fenómenos de síncope gramatical, com a consequente queda ou omissão de fonemas que acompanham a evolução de um idioma, não se revela tarefa de grande monta a chegada a Coro(n)i(a) – Corona. Por idêntico fenómeno de síncope, alcança-se Corona > Coroa. Este orotopónimo, vulgaríssimo para designar elevações de terreno ou, nalgumas circunstâncias, as mesmas onde se situam castros, não é estranho ao distrito bragançano, particularmente pela existência da Serra da Coroa.

Num mero exercício especulativo, dadas as evidentes semelhanças fonéticas entre Curunnia (Curunda) e a Corunha galega (assim como outras povoações galegas, e ainda Corunha do Conde, a célebre *Clunia* dos Arévacos), sabe-se que a grafia antiga para a cidade galega, a começar em finais do séc. X, assumia formas como *Crunia* ou *Curunia*. Sabe-se ainda que, coincidentemente, a sua nomenclatura romana era *Brigantia*. Ao proceder a uma análise ao *Parochiale sueuum*, do séc. VI, constata-se que ao 21º *pagus* da Diocese de Braga corresponde *Brigantia*. Parece não restarem dúvidas quanto à atribuição desta paróquia à actual localização de Bragança ou, em última instância, às suas imediações. Segundo Alarcão, este *pagus* terá correspondência a uma anterior *civitas* romana. Sem sair do universo da especulação, dada a evidente e indesmentível coincidência, haverá alguma obscura ligação entre os topónimos Curunda-Corunia e Brigantia? Terá, eventualmente, ocorrido um processo de nomenclaturas inverso ao que aconteceu com a citada cidade galega (Brigantia > Corunia ó Curunda > Brigantia)? Como referenciou Alarcão, «...já se chamaria *Brigantia* a capital dos *Zoelae*?». Estará, hipoteticamente, soterrada a mítica Corunda na elevação onde se ergue o mais antigo núcleo populacional de Bragança? Tem a palavra a Arqueologia. Tê-la-á, de igual forma, a fortuitude de um achado, como não raras vezes acontece? Algures - confiando no orotopónimo - num qualquer monte ou local elevado...



Fig. 5 - Ara votiva Malta - Macedo de Cavaleiros

#### MONOTEÍSMO SOLAR ZOELARUM?

«La política de Roma desde el primer momento de la conquista respetó las estructuras económicas y sociales, políticas y la RELIGIÓN de los pueblos sometido.s» J. M. Blázquez – *Nuevos estudios sobre la Romanización*

Contrariando as fontes clássicas, ou dando uma interpretação não literal a Estrabão, os povos indígenas pré-romanos que

habitavam o Norte da Península não eram ateus ou, em última instância, não adoravam um “deus sem nome». De facto, o panteão de deuses indígenas é considerável, reflectido na inumerável epigrafia de carácter votivo que nos foi legada, particularmente no que à região setentrional respeita, onde os registos são muito mais abundantes que no Sul, já que os efeitos da presença romana são mais notórios e o panteão naturalmente mais reduzido. Na abrangência do Noroeste Ibérico, uma circunscrição à área de Trás-os-Montes Oriental remete-nos, como já referenciado, para o povo *Zoelae*. As referências literárias clássicas a este povo são diminutas e esparsas, resumindo-se à identificação do mesmo como pertencendo aos Astúres, com uma localização geográfica ambígua, assim como uma fugaz referência a uma das suas actividades económicas, particularmente a produção de linho. O que se sabe sobre as organizações social, económica, religiosa do povo Zela é proveniente, essencialmente, dos dados epigráficos resultantes da assimilação de valores do povo “invasor”, donde se depreende uma clara realidade indígena-romana, pela adopção de fórmulas latinas em simultâneo com a manutenção de valores indígenas.

Como dito anteriormente, os dados actualmente disponíveis permitem assumir a caracterização dos *Zoelae* como uma entidade étnica perfeitamente diferenciada dos restantes grupos que desenham o mapa dos povos pré-romanos. Ainda que haja naturais afinidades com a área galaico-lusitana, é de realçar a identidade distinta dos Zelas, inferência visível através de diversas particularidades que vão desde a antropomíia à epigrafia, passando pela organização social ou pela estatuária zoomorfa peculiar. Uma dessas particularidades diferenciadoras, numa manifestação única em toda a Península Ibérica, reside, porém, na teonímia. Trata-se de uma característica limitada a Trás-os-Montes Oriental, onde, para lá da excepção de um caso onde é referenciada *Bandua* (mencione-se ainda o caso isolado de *Laesue* em Ousilhão -Vinhais e, hipoteticamente, *Cossue* em Granja dos Gregos – Mogadouro), estão ausentes os testemunhos de deuses lusitanos ou galaicos, registando-se a exclusividade para esta região de epigrafia com dedicatórias ao deus *Aernus* (duas delas provenientes de Castro de Avelãs – Bragança e uma terceira com proveniência em Malta – Macedo de Cavaleiros).

Não é do âmbito desta exposição dissecar as aras votivas com dedicatórias a *Aernus*, há muito explicadas as suas fórmulas, há muito estabelecida a sua cronologia, há muito avaliados os seus dedicantes. Esta passagem pelo deus *Aernus* tem como único intuito a percepção sobre o que o seu entendimento etimológico poderá contribuir para uma melhor compreensão do que motivaria, potencialmente, a vivência religiosa ou cultual do povo Zela.

Desde a primeira notícia da existência da ara com dedicatória a *Aernus* pela *Ordo Zoelarum*, em 1696 (António Pires da Silva – *Chronographia Medicinal das Caldas de Alafoens*) várias têm sido as tentativas de interpretação do nome desta divindade. Desde a associação da fórmula *Deo Aerno* a *Deo Aeterno* (Deus Eterno) por Francisco Xavier Sampaio em 1790, passando pelos estudos de Adolfo Coelho sobre nomes de deuses lusitânicos de finais do séc. XIX, em que é apontada a possibilidade da ligação de *Aernus* a *Avernus*, até às brilhantes e pioneiras interpretações de José Leite de Vasconcellos na sua obra *Religiões da Lusitânia*, onde surge uma primeira possibilidade de contacto com divindades da vegetação, ligação corroborada pelo eminente José Maria Blázquez. Não pode aqui omitir-se o valoroso e inestimável legado que nos foi deixado pelo saudoso Abade de Baçal, ele que foi o primeiro a mencionar a epígrafe encontrada em Malta, com uma dedicatória ao deus *Aernus*. Mais recentemente, Blanca Prósper avançou com uma

nova proposta de interpretação etimológica do teónimo *Aernus*, fazendo-o corresponder a uma derivação de *\*ayer-* / *\*ayen-*, com o significado de “dia”. Prossegue, passando pela forma *\*ayer-ī* (“pela manhã”), chegando à forma adjectival *\*ayeri-no* ou *\*ayer-no*, numa correspondência à probabilidade de elevação do Sol ao qualificativo de deus (ou eventualmente, pela forma *\*ayer-ī* -“pela manhã”, a estrela matinal ou, hipoteticamente, o próprio céu). Assumindo esta interpretação como perfeitamente válida, a mesma é compatível com mais um dos caracteres diferenciadores do povo Zela. De facto, a epigrafia correspondente ao potencial território ocupado pelos Zelas apresenta a particularidade do desfile decorativo de motivos astrais onde, para lá dos crescentes lunares ou representações estelares, assume particular evidência a proliferação das chamadas “rodas de raios curvos”, interpretadas com evidente conotação ao astro solar.

A assumpção de que os Zelas eram detentores de uma divindade supra-local (atendendo à dedicatória efectuada pela própria *Ordo a Aernus*) com carácter celeste, corroborada pelos motivos astrais patentes na epigrafia, conduz a uma outra questão. A nomenclatura e/ou a adjectivação aplicada pelas fontes literárias e epigráficas a este povo (*Zoelae*, *Zoelarum*, *Zoelicum*), se comparada com equivalentes a outros povos de âmbito galaico-astur-lusitano, é causadora de estranheza, determinada pela unicidade relativa à diferenciação que o próprio nome transporta. Não existem muitos estudos de interpretação etimológica para o nome *Zoelae*, tal a dificuldade apresentada pela associação de fonemas na mesma incluída. Salvo uma tentativa de interpretação do séc. XIX, por Cortés y López, em que para o nome *Zoelae* é apontada uma origem hebraica, a partir de *tzoen* ou *tzoel* (com o significado de gado de ovelhas), fazendo corresponder ao nome do povo a equivalência a “pastores de ovelhas”, são raras ou nulas as explicações etimológicas para *Zelas*. Recentemente, e seguindo talvez a mesma linha de raciocínio interpretativo para *Aernus*, Blanca Prósper faz a proposta de leitura de *Zoelae* através da associação do radical *\*dyeu-* com o sufixo diminutivo *-elo*. Com o significado de “deus, divindade celeste, ou ainda e também, estrela da manhã”, *\*dyeu-* pode surgir nos idiomas setentrionais, por influência latina, contraído para *\*dy-*. Segundo a mesma Prósper, vulgarizou-se entre os astures não-celtas a aplicação de uma africada (alteração na pronúncia de uma consoante – frequentemente /t/ ou /d/ - através da sua combinação com outra – habitualmente /z/ ou /s/) ao som *\*dy-*, resultando a sua notação no alfabeto latino pela ocorrência do som <z>. Sendo perfeitamente aceitável e provida de incontestável mérito esta leitura, a visível associação ao povo Zela do astro solar (seja pelos desenhos constantes de estelas funerárias, seja pelas novas propostas de interpretação



Fig. 6 - Estrelas de Saldanha - Mogadouro



etimológica para *Aernus* e *Zoelae*) conduz-me, inevitavelmente, a avançar com outra proposta de leitura para o nome do povo que deixou o seu legado à região transmontana oriental, onde se inclui naturalmente o concelho de Macedo de Cavaleiros.

É indesmentível que uma das heranças constantes da Língua Portuguesa provém do Grego. Um dos vocábulos que influencia o Português como idioma é o aplicado em Grego para “Sol” => “hélios”. A forma “hélios” (ou heélios, haelios, aélios noutras formas) tem a sua raiz no Proto-Indoeuropeu (PIE) *\*sōh-wl* ou *\*suh-el* (*sauel-*, *sauol-*, *suuel-*, *sul-* => *\*sweghuel-*, segundo Pokorny). A evolução conduz a que a partir da raiz de Indoeuropeu *\*swel* se evolua para *\*sawel(ios)* (com o significado de “brilhar”) e, finalmente, para *hélios*. Pelo meio fica *\*saewel*, com o significado de “Sol”. Para lá do próprio vocábulo latino, com a mesma raiz de “hélios”, fenómeno semelhante é visível em outros idiomas, como são exemplos o gótico *“sauil”* ou o irlandês *“suil”*. Perante esta evidência, associada ao anteriormente verificado relativamente à presumível adoração dos Zelas por símbolos astrais, particularmente o Sol, não se torna difícil conjecturar que o povo do qual temos, seguramente, alguma herança genética, transportava no seu nome a designação do próprio astro que adorariam. Levando a ousadia um pouco mais longe, verifica-se que a Deusa da Lua grega, curiosamente irmã de Hélios na mitologia, era Selene. O seu nome é uma derivação da palavra grega para “luz, brilho ou chama”: “sélas”... A alternância entre o /z/ e o /s/ é um fenómeno que se verifica ser perfeitamente vulgar. No caso específico dos designativos associados aos Zelas, os mesmos surgem habitualmente com a letra /z/ (*Zoelae*, *Zoelarum*, *Zoelicum*). No entanto, de uma recente epigrafe (HEp 1072) encontrada em Galende (Vigo de Sanabria, Zamora), em território da *civitas zoelarum*, se retira uma nova divindade cujo nome é *Madarsso*, associada ao designativo *Soelagau*, atribuída aos séc. I ou II d.C..

Irreprimivelmente, a possibilidade de alternância entre Zelas ou Selas, conduz à actual região meridional do concelho de Vinhais, a confinar com o de Macedo de Cavaleiros, onde constam os topónimos Celas e Mós de Celas. Uma superficial avaliação à evolução destes mesmos topónimos conduz-nos à rápida conclusão de que os mesmos resultam da corrupção da inicial designação de Selas, conforme se pode constatar, por exemplo, nas Inquirições Afonsinas do séc. XIII, onde consta como *Sancti Gees de Selas*, ou em documentação dos séc. XIV e XV, onde surge como *Sellas*. Ainda que surjam atribuições de significado que associam o temo “celas” à eventual existência de um convento ou eremitério, referindo-se aos cubículos que serviriam de habitação aos frades, verifica-se que da sua anterior nomenclatura não pode ser efectuada esta leitura etimológica. Seria legítimo ainda haver alguma confusão, por sinonímia, com o assento utilizado para cavalgar (do latim *sella*). Porém, já a perspicácia do Abade de Baçal assume que *“Sélas virá do nome próprio Selies”*. Na presença destes dados, representará a actual região onde se implanta a freguesia de Celas um resquício da passagem e permanência do povo adorador do Sol (?) por terras actualmente transmontanas? Transportaremos a marca de *Bovtia*, *Laboena*, *Clotvi* ou *Riburra*, gente que deixou a sua passagem atestada epigraficamente por terras de Pinhovelo ou Grijó? Seremos portadores da distinção que *Lvcretius Valens* deixou na sua dedicatória a *Aerno* em Malta?

Seremos... Diferentes, tal como diferentes eram estes Zelas (os Selas?) que por aqui calcorreamos montes e vales, deixando-nos um controverso legado, um mar de dúvidas e, cada vez mais, um oceano de certezas...

## MARCAS ANTROPONÍMICAS...

Como referido anteriormente, uma das distintivas marcas que induz na assumpção de um carácter étnico diferente dos Zelas é a sua antroponímia. Os estudos onomásticos levados a cabo por Albertos sugerem uma clara diferenciação unitária na antroponímia correspondente às epígrafes do território atribuído à *civitas zoelarum*, se comparados com as regiões do Minho e Douro Litoral. As conclusões daí advindas apontam, inclusive, para uma maior afinidade antroponímica dos Astúres com os Cântabros e Vetões do que idêntica com o universo Galaico-lusitano. Contudo, no interior do universo antroponímico Astúre, não é estabelecida uma distinção entre as diversas regiões que o compõem. É Pedreño quem vem notar que alguns dos nomes constantes do pacto Zela constante na Tábua de Astorga não são, contrariamente ao referenciado por Albertos, extensíveis a todos os Astúres, mas se restringem à região atribuída aos Zelas, ou seja, o território de Trás-os-Montes Oriental e o ocupado pelas Terras de Aliste da região zamorana.



Fig.7 - Estela Casa Sá Miranda Grijó – Macedo de Cavaleiros

Numa avaliação mais alargada, outras peculiaridades se detectam. Já foi anteriormente mencionada a possibilidade de existência de três áreas nucleares no interior do território Zela: a correspondente a Bragança, a Miranda e a Aliste. Um dos factores que conduziu a esta constatação reside na proeminência de determinados antropónimos numa região em detrimento de outra, sugerindo a existência de uma aristocracia diferenciada consoante a região de proveniência. Numa restrição à área considerada de influência de Castro de Avelãs

(na qual parece, naturalmente, incluir-se o território actualmente correspondente ao concelho de Macedo de Cavaleiros), verifica-se que, dos 10 antropónimos constantes do pacto dos Zelas (supostamente firmado por membros relevantes das eventuais classes dominantes Zelas – exclui-se o do magistrado Zela), apenas 4 se encontram omissos na região correspondente a Bragança. Dos restantes 6, *Turaius* encontra-se presente numa epígrafe proveniente de Castro de Avelãs; *Clouti* em 2 de Grijó de Parada, Sacóias, Vila Nova e Pinhovelo; *Docius* de Sanceriz, Coelho e Alfaião; *Elaesus* de Sacóias, Terroso e Donai (a duplicar); *Magilo* de Castro de Avelãs; *Burralli* de Vila Nova (assumindo-se a familiaridade de *Reburinus*, *Riburra* e *Reburus* com o antropónimo *Burralli*, ainda temos Babe, Santa Maria, Pinhovelo e Donai). Presta-se esta breve avaliação à constatação da manutenção de supostos membros da aristocracia Zela em território das depressões de Bragança/



Fig.8 - Estela com a zoomorfo – Museu Abade Baçal

Macedo.

Diminuindo a área de análise e efectuando uma restrição à epigrafia resultante do actual concelho de Macedo de Cavaleiros, outras ilações se retiram. Se relativamente às menções a *Clouti* e *Riburra*, nomes constantes de epígrafes detectadas na abrangência de Pinhovelo, as mesmas se associam, como já visto, à antroponímia constante na Tábua de Astorga, a estela funerária proveniente da mesma área com menção a *Laboena Cilurni* conduz à suspeita da potencial existência de uma aristocracia exterior ao universo Zela (assumindo que apenas as classes detentoras de algum poder teriam acesso a deixar gravada para a posteridade a sua existência através do seu epitáfio). De facto, o antropónimo *Laboena* é estranho ao universo Zela, representando este o único exemplar no vasto território Zela. Por outro lado, o patronímico à mesma associado, *Cilurni*, do qual existe um outro espécime proveniente de Pinhovelo, será representativo de uma eventual emigração a partir do norte das Astúrias, onde em Gijón habitariam os *Cilurnigos* (ou *gens Cilurnigorum*). Assumindo esta perspectiva como válida, será corroborada a ideia de região excêntrica e marginal para a área Zela do concelho macedense, eventualmente com peculiaridades que a possam distinguir da restante *civitas zoelarum*?

Um outro exemplo provém de Grijó onde ocorre a existência de uma epígrafe com menção a *Boutia*, *Bouti f.* Se é indesmentível que retrata um ambiente indígena, atendendo à forma como o nome é decalcado a partir do patronímico, este antropónimo é característico da área Lusitana e da região dos Vetões, o que será denunciador do intercâmbio entre diferentes culturas, à semelhança do verificado com o anterior exemplo de *Laboena*. Ao contrário da unicidade desse mesmo anterior exemplo, o antropónimo *Bouti* é encontrado em Sacóias, Grijó de Parada, Vila Nova e Picote, ocorrendo mais um exemplar na forma feminina em Meixedo.

A finalizar, o exemplo de *Lucretius Valens*, o dedicante da ara de Malta ao deus Aernus. O *cognomina Valens* possui a sua presença em Astorga e em León desde o séc. I, habitualmente associado a ambientes militares. A presença desta nomenclatura não se restringe à região Astúre, estendendo-se até Braga onde se detecta um *C. Aemili Valens eq. Al Falviae*. Já no que respeita a *Lucretius*, tratando-se de um nome latinizado, detecta-se numa vasta área que não se restringe ao território Zela, saindo inclusive da região Astúre, encontrando-se pelo menos quatro exemplares no *conventus Bracaraugustanus*. No que respeita ao *conventus Asturum*, os *Lucretii* surgem associados, fundamentalmente, à actividade militar, tal como os *Valens*, o que denota alguma posição de destaque. Essa mesma posição pode ser visível na presumível área de influência da Torre Velha de Castro de Avelãs, onde os *Lucretii* surgem associados com o *nomen* mais frequente na área de Bragança, *Cornelius*. Presume-se que os *Cornelii* tenham representado a aristocracia detentora de maior influência nesta área nuclear, o que faz supor que o *Lucretius Valens* constante da ara de Malta seria, igualmente, um elemento de destaque no interior da aristocracia Zela e, conseqüentemente, no exercício do seu poder.

Pelo resumidamente exposto se antevê a confirmação do povo Zela como uma potencial entidade étnica distinta, assim como podem levantar-se renovadas questões sobre o papel da zona marginal representada pelo território actualmente macedense no xadrez da *civitas zoelarum*. Talvez futuras escavações, futuras descobertas, ajudem a dissipar dúvidas ou, pelo contrário, a adensá-las. O futuro é já ali ao lado...

## Bibliografia

- ABASCAL PALAZON, Juan M.  
"Los Cognomina de parentesco en la Península Ibérica. A proposito del influjo romanizador en la onomástica" – *Lucentum* 3 – pp. 219-260 (1984)
- ALARCÃO, Jorge  
"As Civitates do Norte de Portugal" – *Cadernos de Arqueologia, S II, 12-13* – pp. 25-30 (1995-96)  
"Populi, Castella e Gentilitates" – *Revista de Guimarães Vol Esp. I* – pp. 133-150 (1999)
- ALBERTOS, M. Lourdes  
"Hallazgos arqueológicos y epigráficos en Villar del Buey (Zamora)" – *Zephyrus XXV* – pp. 429-433 (1974)
- "Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua" – *Un. Valladolid* (1975)
- ALVES, Francisco M.  
"Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Tomos I ; III ; IX ; X" – *Typ. Empreza Guedes* (1910-1911-1934-1938)
- ANDREOTTI, Gonzalo C. ; LE ROUX, Patrick ; MORET, Pierre  
"La invención de una geografía de la Península Ibérica" – *Casa de Velázquez* (2007)
- ARIAS, Joaquín Caridad  
"Los fenómenos de homonimia y homofonía en la toponomástica y su repercusión en las etimologías cultistas y populares de la Europa Occidental" – *Tese de Doutoramento – Un. de La Laguna* (2003/04)
- ARROYO, Angel Esparza  
"Los castros de Zamora Occidental y Tras-os-Montes Oriental: habitat y cronología" – *Portugalia, N.S., Vol. IV/III* – pp. 131-146 (1983/84)
- BARRANHÃO, Helena ; TERESO, João Pedro  
"A Terronha de Pinhovelo na ciuitas zoelorum: primeira síntese" – *Cadernos Terras Quentes* 03 – pp. 7-26 (2006)
- BASCUAS, Edelmiro  
"Estudios de hidronimia paleoeuropea gallega" – *Un. Santiago Compostela* (2002)
- BLÁZQUEZ, José María  
"Imagen y mito" – *Ed. Crístandad* (1977)  
"Historia económica de la Hispania romana" – *Ed. Crístandad* (1978)  
"Nuevos estudios sobre la Romanización" – *Ed. Istmo* (1989)  
"Últimas aportaciones a las religiones prerromanas de Hispania. Teónimos I" – *Ilustración de las Ciencias de las Religiones*, 9 – pp.247-279 (2004)
- BOSCH GIMPERA, Pedro  
"El poblamiento antiguo y la formación de los pueblos de España" – *UNAM* (1995)
- CANO BORREGO, Pedro D.  
"Los céltas: la Europa del hierro y la Península Ibérica" – *Silex Ediciones* (2002)
- CORTÉS Y LÓPEZ, Miguel  
"Diccionario geográfico-histórico de la España antigua Tarraconense Bética y Lusitana Vol. 1" – *Imprenta Real* (1836)
- DE LA SAUSSAYE, Chantepie  
"História das Religiões" – *Ed. Inquérito* (1940)
- DOPICO CALINZOS, M<sup>a</sup> Dolores  
"Los conventus iuridici. Origen, cronología y naturaleza histórica" – *Gerion* 4 – pp. 265-283 (1986)
- D'ENCARNAÇÃO, José  
"Divindades indígenas sob o domínio Romano em Portugal" – *INCM* (1975)  
"Eburrobriga, "Cidade" do teixo" – *Eurobriga* 5 – pp. 109-120 (2008)  
"Divindades indígenas em análise" – *Centro Estudos Arqueológicos Un. Coimbra e Porto* (2008)
- D'ENCARNAÇÃO, José ; GUERRA, Amílcar  
"The current state of research on local deities in Portugal" – *Celtic Religion across Space and Time* – pp. 95-112 (2010)
- GARCÍA ROZAS, R. (1995)  
"Arqueología romana en la provincia de Zamora" – *História de Zamora – Diputación* (1995)
- GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier ; GARCÍA QUINTELA, Marco V.  
"De la Idolatría en el Occidente Peninsular Prerromano" – *Ilustración de las Ciencias de las Religiones*, 10 – pp.27-62 (2005)
- GOZALO, Ana Miriam A.  
"El poblado de Cramanchão" – *Cadernos Terras Quentes* 03 – pp. 45-51 (2006)  
"O resultado da campanha de 2006 e algumas reflexões sobre o povoado do Cramanchão" – *Cadernos Terras Quentes* 04 – pp. 65-72 (2007)
- HÜBNER, Emil  
"Inscriptiones Hispaniae Latinae" – *Reimer* (1869)
- MATTOSO, José  
"História de Portugal – Vol. 1 Antes de Portugal" – *Círculo de Leitores* (1992)
- MENDES, Carlos A. Santos  
"Povoado do Bovinho" – *Cadernos Terras Quentes* 02 – pp. 91-98 (2005)  
"Traçado da estrada romana [Via XVII – Braga – Astorga] existente no concelho de Macedo de Cavaleiros" – *Cadernos Terras Quentes* 03 – pp. 27-38 (2006)  
"Povoado mineiro do Bovinho, Freguesia de Edoroso" – *Cadernos Terras Quentes* 03 – pp. 53-59 (2006)
- PATROCÍNIO, Manuel F. S.  
"Um rosto para os deuses: a religiosidade e as representações de divindades nas antigas culturas do território português" – *Idearte Ano 1, 2* – pp. 59-82 (2005)
- PEDREÑO, José C. Olivares  
"Teónimos indígenas masculinos del ámbito Lusitano-Galaico: un intento de síntesis" – *Revista de Guimarães Vol. Esp. I* – pp. 277-296 (1999)  
"Los dioses de la hispania céltica" – *Real Academia de la Historia* (2002)  
"El dios Aernus y los Zoelas" – *Iberia* 5 – pp. 65-78 (2002)  
"Religión romana y religión indígena en las ciudades de la céltica hispana" – *Lucentum* 21-22 – pp. 207-226 (2002-03)  
"Celtic Gods of the Iberian Peninsula" – *e-Keltoi* 6 – pp. 607-649 (2005)
- POKORNY, Julius  
"Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch" – *Francke* (1959)
- PRÓSPER, Blanca M.  
"Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica" – *Un. Salamanca* (2002)  
"Los nombres 'ítálicos' de los astures meridionales" – *Conimbriga* 47 – pp. 145-169 (2008)
- REDENTOR, Armando  
"A epigrafia romana da região de Bragança" – *Trabalhos de Arqueologia* 24 (2002)
- RODRÍGUEZ, M<sup>a</sup> Cruz G. ; SIMÓN, Francisco M.  
"Divindades y devotos indígenas en la Tarraconensis: las dedicaciones colectivas" – *Palaeohispanica* 9 – pp. 65-81 (2009)
- RUIBAL, Alfredo González  
"Galaicos – poder y comunidade en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.)" – *Brigantium Vol. 18* (2006)
- SALAÑER, Eduardo P.  
"Soldados auxiliares del ejército romano originario del NW de Hispania" – *Hispania Antiqua* 30 – pp. 21-34 (2006)
- SANDE LEMOS, Francisco  
"Povoamento Romano de Tras-os-Montes Oriental" – *Tese de Doutoramento – Un. Minho* (1993)
- SASTRE PRATS, Inés  
"Estructura de explotación social y organización del territorio en la civitas Zoelorum" – *Gerion* 17 – pp. 345-359 (1999)  
"Formaciones sociales y organización territorial en el Conventus Asturum" – *Tese de Doutoramento – Un. Complutense* (1999)
- SERRÃO, Joel ; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir.) ; ALARCÃO, Jorge (Coord.)  
"Nova História de Portugal – Das origens à Romanização" – *Ed. Presença* (1990)
- SEVILLA RODRÍGUEZ, Martín  
"Los orónimos asturianos Carondio, Corondio, Curundi y el topónimo astur-Augustano Curunda" – *Beiträge zur Namenforschung, B 41, H 1* (2006)
- SILVA, Armando Coelho F.  
"A cultura castreja no Noroeste de Portugal" – *Museu Arq. Citânia de Sanfins* (1986)
- SIMÓN, Francisco Marco  
"Religion and religious practices of the ancient Celts of the Iberian Peninsula" – *e-Keltoi* 6 – pp. 287-345 (2005)
- TERESO, João Pedro  
"Economia agrícola das comunidades romanas do NW peninsular: dados carpológicos da Terronha de Pinhovelo (Bragança, Portugal)" – *Recursos Rurais Vol. 1, 3* – pp. 13-21 (2007)  
"Paleoetnobotânica do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (NE transmontano)" – *Dissert. Mestrado – Un. Porto* (2007)
- TERESO, João Pedro ; BARRANHÃO, Helena ; GOMES, Joana R.  
"O povoado do Cramanchão" – *Cadernos Terras Quentes* 02 – pp. 99-108 (2005)
- TRANOY, A.  
"La Galice romaine" – *Centre Pierre Paris* (1981)
- UNTERMANN, Jürgen ; VILLAR, Francisco  
"Lengua y cultura en la Hispania prerromana" – *Un. Salamanca* (1993)
- VASCONCELLOS, José Leite de  
"Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal – Vol. II" – *Lisboa* (1905)
- VILLAR, Francisco ; BELTRÁN, Francisco  
"Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana" – *Un. Salamanca* (1999)
- VILLAR, Francisco ; FERNÁNDEZ ALVÁREZ, M<sup>a</sup> Pilar  
"Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania" – *Un. Salamanca* (2001)
- VILLATELA, Luciano Pérez  
"Estrabon y la División Provincial de Hispania en el 27 a.C." – *POUS, Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica* 2 – pp. 99-125 (1990)
- VISO, Inaki M.  
"Poblamiento y estructuras sociales en el norte de la Península Ibérica: siglos VI-XIII" – *Un. Salamanca* (2000)
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa  
"Elucidario das palavras: termos e frases que em Portugal antigamente se usaram... Vol. I" – *A. J. Fernandes Lopes* (1865)
- ZAPATERO, Gonzalo R. ; ÁLVAREZ-SANCHIS, Jesús R.  
"Etnicidad y Arqueología: trás la identidad de los Vettones" – *SPAL* 11 – pp. 253-275 (2002)





# Xaires (Macedo de Cavaleiros):

## Um sítio de Habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2010)

### 1. LOCALIZAÇÃO E AMBIENTE

O arqueosítio de Xaires localiza-se numa elevação de suave declive, com o topo aplanado onde se encontra o marco geodésico de Xaires, a cerca de 1,5 Km a SSE da povoação de Talhas (cf. Figura 1). O local apesar de não apresentar, aparentemente, condições naturais de defesa, possui um bom domínio visual da paisagem. Parte da elevação encontrava-se lavrada, nomeadamente devido ao plantio de oliveiras e de searas (Cf. Fotografia 1).

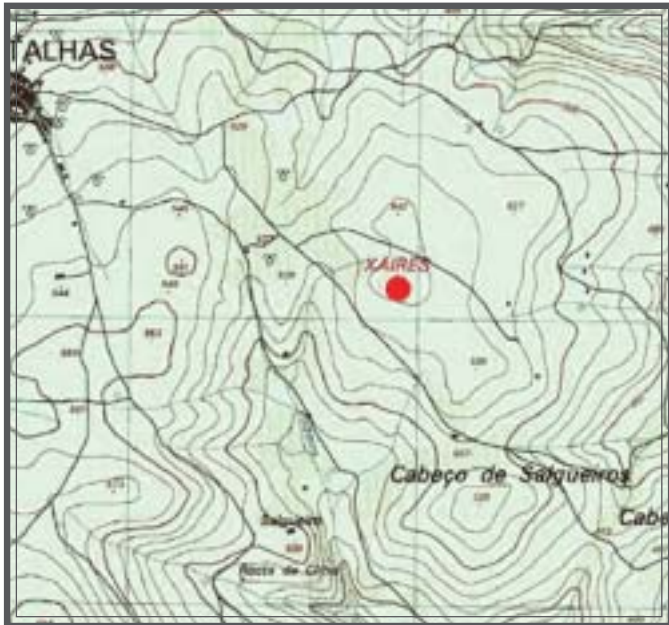


Fig.1 - Localização de Xaires na CMP 1/25000, Folha 79.

Os solos são constituídos maioritariamente por xistos anfibolíticos, situando-se o sítio na bacia hidrográfica do rio Sabor, que se situa a cerca de 1,5 Km a Este em linha recta. Situa-se administrativamente na freguesia de Talhas, concelho de Macedo de Cavaleiros. As suas coordenadas são 6° 46' 46" W e 41° 25' 34" N, folha 79 da CMP 1:25000

O sítio foi identificado pela primeira vez em 2004, no âmbito dos trabalhos de Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, por uma equipa liderada pelo primeiro dos signatários (Cf. MENDES, 2005: 48).



Fot.1 - Vista do arqueosítio em Fevereiro de 2006

Foram então recolhidos, sobretudo na área aplanada a Leste do marco geodésico, muitos fragmentos de cerâmica manual, elementos de moagem, percutores em quartzo, entre outros.

Posteriormente entre 2005 e 2007 foi o arqueosítio revisitado para se depreender do seu estado de conservação e potencial arqueológico, tendo sido então recolhidos mais alguns artefactos, dos quais salientamos: uma goiva, um machado e uma enxó, todos eles em anfibolito polido, para além de vários fragmentos de cerâmica manual entre os quais vários bojós decorados e bordos.

Em 2008 realizou-se uma primeira intervenção arqueológica com vista a determinar o estado de conservação, e a potência estratigráfica do arqueosítio. Na sequência destes trabalhos foi possível identificar um fundo de cabana em bom estado de conservação, bem como um conjunto de artefactos que permitiram a sua inserção cultural num Calcolítico Final regional. (Cf. CARVALHO, VENTURA & PINHEIRO, 2009 e 2010).

Em 2009 desenvolveu-se uma segunda campanha durante a qual se pôde verificar que o olival onde se localiza o arqueosítio, tinha sido profundamente lavrado, obrigando-nos a uma redefinição da estratégia arqueológica.

Desta forma, numa primeira etapa procedemos à avaliação de impacto da referida lavra, que apesar de não ter afectado profundamente os níveis arqueológicos movimentou um razoável volume de terras. Por outro lado, permitiu-nos detectar a continuação dos pisos de habitat anteriormente detectados, um dos quais associado possivelmente a um negativo de buraco de poste.

Estas estruturas assentavam – pelo menos no que diz respeito à área intervencionada – em parte, directamente sobre os xistos de base, ou então sobre um “empedrado”, o que denota desde já uma preparação prévia do solo. Infelizmente não foi possível determinar se estamos perante um único momento de ocupação, ou se existiram vários níveis de ocupação. É assim indubitável estarmos perante um espaço habitacional, com estruturas perenes baseadas em pisos de terra batida, e paredes e tectos de ramagens, consubstanciada pela recuperação de fragmentos de “barro de cabana”. Tudo parece indicar estarmos perante um povoado aberto, sem estruturas artificiais de defesa, o que não sendo inédito no Nordeste Português, não deixa no entanto de ser um caso raro para o período crono-cultural por nós avançado.

### 2. OS TRABALHOS

Os trabalhos da presente campanha decorreram entre 16 e 28 de Agosto, tendo participado para além dos signatários, o Dr. Rui Sousa, bem como familiares do mesmo, aos quais agradecemos a sua colaboração.

Previa-se para esta campanha a definição do fundo de cabana identificado em 2008 e 2009. No entanto, à semelhança do que ocorreu em 2009, fomos confrontados, mais uma vez, com o terreno lavrado e os referenciais destruídos. (Cf. Fotografia 2).

A extensão da lavra tinha abrangido a totalidade do olival, à



Fot. 2 - Vista do arqueosítio em Agosto de 2010, antes do início da intervenção.

superfície da qual identificámos diversos fragmentos cerâmicos e artefactos líticos. Desta forma, foi mais uma vez necessário redefinir uma estratégia de aproximação ao arqueosítio, a qual foi delineada em duas fases: detectar o topo Norte da área intervençionada em 2008 e 2009; alargar no sentido Este-Oeste a área intervençionada de modo a entender o ambiente em que se inseria o piso de cabana detectado.

Assim sendo, a primeira fase consistiu na remoção mecânica das terras soltas numa área onde eram visíveis fragmentos de madeira e geotêxtil à superfície do terreno (Cf. Fotografia 2).

Todas as terras removidas da área escavada durante os trabalhos foram devidamente crivadas num crivo com uma malha metálica de 3 mm.

Detectados os topos da área intervençionada em 2008 e 2009 correspondentes aos quadrados F/G-5 procedeu-se à reimplantação do referencial (Cf. Fotografia 3) com uma malha



Fot. 3 - Montagem do referencial a Oeste da área intervençionada.

de 1m<sup>2</sup> abrangendo 18 m<sup>2</sup> correspondentes aos quadrados A/J-5 da nossa matriz de 2009 e aos quadrados A'/H'-5 (Cf. Estampa 1).

## 2.1. A Intervenção

Iniciámos os trabalhos pela decapagem de todas as terras soltas na área intervençionada, às quais atribuímos a referência de [UE.0] – terras soltas de coloração castanho-avermelhado (Munsell 5YR 4/4) das quais provêm materiais geológicos, orgânicos, assim como alguns artefactos, dos quais destacamos três bojos decorados com incisões [XAIRES-1 136/10], [XAIRES-1 143/10] e [XAIRES-1 144/10].



Fot. 4 - Fragmento de bojo decorado com incisões [XAIRES-1 136/10]



Fot. 5 - Fragmento de bojo decorado com incisões [XAIRES-1 143/10]



Fot. 6 - Fragmento de bojo decorado com incisões [XAIRES-1 143/10]

Sob a [UE.0], em toda a área decapada era visível uma matriz de terras castanhas-avermelhadas (5 YR4/3), de consistência média [UE.31] onde eram visíveis os negativos da lavra mecânica que afectou todo o olival, que se desenvolviam no eixo NO-SE [UE.32] e NE-SO [UE.33]. Assim, foi possível, pelo menos numa situação identificar pelo menos quatro momentos diferentes de rastros de arado, em padrão cruzado, correspondendo, provavelmente, aos dois últimos momentos de lavra (Cf. Estampa 2, Planta P1).

Pela posição, consistência e coloração, pensamos que a UE.31 será similar à UE.1 das campanhas anteriores, bem como as UE.32 e UE.33 às UE.2 e UE.3 respectivamente.

Entre B-5 e C-5, detectámos o que poderá eventualmente configurar-se como sendo o negativo de um buraco de poste pouco profundo – cerca de 5cm de profundidade – [UE.38] preenchido por uma matriz de terras castanhas-avermelhadas (5 YR5/4) de consistência média. [UE.37]. Iremos em próximas campanhas indagar da possibilidade deste negativo corresponder





Fot. 7 - Vista geral da zona intervencionada após a decapagem da UE.0, sentido N-S sendo visíveis, na matriz de terras UE.31, os negativos da lavra mecânica.

ou não ao negativo de um poste, de níveis superiores, entretanto destruídos pela actividade agrícola, no arqueossítio.

Após o registo gráfico e fotográfico, devido a limitação temporal, procedemos à desmontagem da UE.31 em duas zonas: D'/H'-5 e D/J-5 (Cf. Estampa 3, Planta P2):

· Nos quadrados D/J-5, após a remoção da [UE.31] e alargamento da área escavada nas campanhas anteriores, identificámos em D/E-5 a interface superior de uma matriz de terras compactas de coloração vermelho-amareladas (5 YR5/6), as quais tinham já sido identificadas anteriormente, tendo por isso recebido a mesma referência [UE.4]. Foi assim possível determinar o limite oeste da cabana detectada nas anteriores campanhas, que se configura como tendo pelo menos 5m de extensão no sentido N-S e 4,5m no sentido E-O, estando associada a pelo menos dois negativos de buracos de poste estruturados, no seu sector norte [UE.15] em H6 e [UE.23] em G-5, já descritas anteriormente (Cf. CARVALHO, VENTURA & PINHEIRO, 2009 e 2010).

· No sector Este de H5 e em toda a área de J-5 detectámos um

afloramento de xisto que constitui um nível geológico [UE.18]. Nesta área foi registado apenas um único artefacto, um fragmento de percutor em quartzo, de I-5 [XAIRES-1 148/10];

· No sector oeste de E'/H'-5 a decapagem da [UE.31] permitiu a detecção da interface superior de uma matriz castanho-avermelhado (5 YR 5/4), de consistência dura [UE.39], em cuja superfície eram visíveis os negativos inferiores das valas das lavras [UE.32 e UE.33] já detectadas na unidade que a cobria. Na decapagem da [UE.31] foram recuperados vários artefactos, dos quais destacamos um pendeloque recuperado em E'-5 [XAIRES-1 138/10];

· No canto oeste de H'5, junto a uma pequena oliveira situada perto do corte foi possível identificar um conjunto de terras com bastantes elementos xistosos [UE.40] que pensamos ser o enchimento de uma presumível fossa de plantio da supra-referida oliveira, situação já recorrente noutros quadrados.

· No topo nordeste de E'5 detectámos o que se configura como sendo um negativo de um buraco de poste estruturado [UE.35] preenchido por uma matriz de terras castanhas-avermelhadas



Fot. 8 - Vista do piso [UE.4] no sentido N-S



Fot. 9 - Vista do afloramento de xisto [UE.18] no sentido NO-SE.



Fot. 10 - Pendeloque [XAIRES-1 138/10].





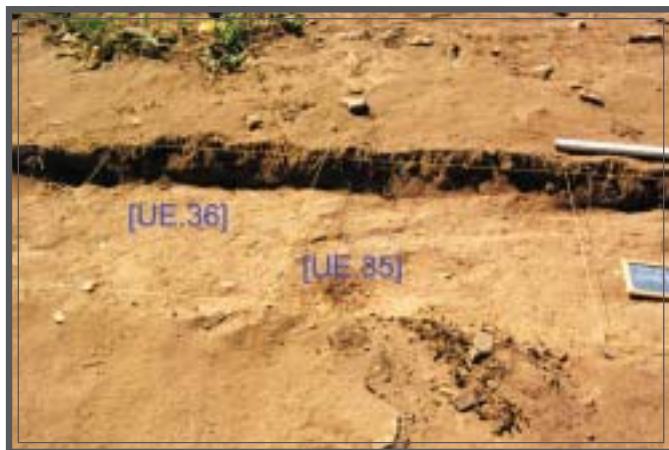
Fot. 11 - Vista do sector oeste, sentido NE-SW, sendo visível a interface superior da UE.39 e da UE.40.

(5 YR5/4), de consistência média [UE.34] no seio das quais, foi possível recuperar, uma lasca retocada em quartzo (XAIRES-149/10);

· Numa provável articulação com este buraco de poste identificámos em D'5 a interface superior de uma matriz de terras [UE.36] extremamente compacta de coloração castanha



Fot. 13 - A área intervencionada (NE-SO) após a colocação do Geotêxtil e da terra de crivo.



Fot. 12 - Pormenor de E'/D'-5 sendo visível o buraco de poste [UE.38] e do seu lado esquerdo o piso [UE. 36].

(7,5 YR5/2) que pela superfície superior polida e extremamente compacta, se configura como vestígios de um outro piso de habitação de uma eventual cabana, situação a esclarecer numa próxima intervenção.

Por limitações de tempo, demos por concluídos os nossos trabalhos tendo toda a área intervencionada sido coberta por geotêxtil, sendo depois preenchida por pedra e terra de crivo.

Os materiais recolhidos na presente campanha, bem como os resultantes das recolhas de superfície, encontram-se depositados provisoriamente no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, prevendo-se a sua integração após estudo, na Sala de Arqueologia do Museu Municipal de Macedo de Cavaleiros, instalada no Complexo do Parque Natureza do Azibo.

### 3. Considerações finais

Apesar da contínua alteração de estratégia decorrente das intervenções humanas recentes no arqueosítio foi possível determinar que:

- Foram identificados pelo menos dois pisos de habitat, um dos quais parece apontar para uma dimensão de 5 m x 4,5 m;
- Estas estruturas habitacionais seriam, muito provavelmente, cobertas por um sistema de ramagens e as paredes revestidas com ramos entrelaçados e cobertas por argila seca. Até ao momento não foi possível detectar estruturas de combustão;
- Os materiais recolhidos na presente campanha bem como nas recolhas anteriores permitiu determinar um conjunto bastante homogêneo provavelmente reflexo de um único momento cultural, onde dominam os elementos cerâmicos lisos sobre os decorados;
- As gramáticas decorativas variam entre o puncionamento simples e a incisão, prevalecendo organizações decorativas complexas de onde destacamos os triângulos preenchidos, linhas paralelas e mais raramente as métopas com uma variedade de estilos e técnicas.
- Encontram-se totalmente ausentes do espectro, até ao momento, as cerâmicas com motivos «penteados» e elementos plásticos como asas, cordões e botões. Até ao momento não foi recuperado um único fundo plano, o que parece apontar para um momento anterior às realidades do Bronze regional, identificado em outros arqueosítios.
- Em termos de utensilagem lítica, dominam esmagadoramente as matérias primas locais – o quartzo e o xisto jaspoide – sobre as exógenas, ainda que estas estejam presentes,

nomedamente o sílex, mas em números insignificantes;

· Ainda nesta área, a maioria dos artefactos recuperados, foram talhados sobre quartzo, dominando na tecnologia de talhe os suportes sobre lasca e os laminares, sobre os lamelares, padrão este que parece ser consentâneo com outras realidades supra-regionais, enquadráveis na mesma realidade crono-cultural.

Tendo em conta os dados recolhidos até ao momento, parece-nos que o enquadramento crono-cultural, já referenciado em artigos anteriores são ainda válidos.

Assim, encontramos similitudes com outros ambientes regionais e supra-regionais integráveis no Calcolítico Final, dos quais destacamos, pela sua proximidade geográfica, a realidade identificada no nível II do Buraco da Pala (Mirandela) e eventualmente com algumas do nível III (Cf. SANCHES, 1997), estando ausentes elementos que consideramos definidores de momentos mais tardios, como os que detectámos no Abrigo e Habitat da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros), atribuídos por nós a uma Primeira Idade do Bronze (Cf. SENNA-MARTINEZ, VENTURA & CARVALHO, 2004, 2005, 2006, 2007 e SENNA-MARTINEZ & LUIS, 2009) ou ainda os associados aos depósitos do Alto das Madorras, onde dominam os recipientes cerâmicos com decoração penteada.

Até ao momento não foi possível recuperar elementos que permitam uma datação cronométrica, mas se considerarmos as datações C<sup>14</sup> existentes para o Nível II do Buraco da Pala, podemos considerar provisoriamente que não seria descabido uma inserção entre os 2800 e 2400 cal AC para a realidade arqueológica detectada até ao momento para o Habitat de Xaires.

Mais uma vez, apesar das intensas acções de prospecção em todo o planalto, tudo parece indiciar estarmos perante um povoado aberto sem estruturas defensivas artificiais, mas com excelente domínio da paisagem, controlando visualmente as portelas tradicionais do Sabor.

Não sendo um caso inédito, no Noroeste Português, a existência de povoados sem estruturas defensivas (Cf. JORGE, 1986 e SANCHES, 1997) a sua raridade – provavelmente associada à falta de acções de prospecção intensivas – associada à sua eventual inserção crono-cultural, não deixa de destacar este povoado na literatura científica regional.

## Bibliografia:

BOTELHO, I. J. (1997) – “Dos cacos e dos vasos. O «Castelo Velho» de Freixo de Numão, na charneira do III<sup>o</sup> - II<sup>o</sup> mil. a.C.”, in: II Congresso de Arqueologia Peninsular, II. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, p. 401-416

CARVALHO, A.F. (2004) – “O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)”, in: Revista Portuguesa de Arqueologia, 7(1), pp.185-219.

CARVALHO, H. A.; VENTURA, J. M. O. & PINHEIRO, P. A. (2009) – “Xaires (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Pré-História Recente em Trás-os-Montes Oriental. A Sondagem (2008)”, in: Cadernos «Terras Quentes», 6, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.91-96

CARVALHO, H. A.; VENTURA, J. M. O. & PINHEIRO, P. A. (2010) – “Um Habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental. O Arqueosítio de Xaires (Macedo de Cavaleiros)”, in: Cadernos «Terras Quentes», 7, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.7-9613

JORGE, S. O. (1986) – Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 3 Vols.

MENDES, C. A. S. (Coord.) (2005) – “Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Campanha 1/2004”, in: Cadernos «Terras Quentes», 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.5-49

SANCHES, M.J. (1997) – Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2 Vols.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; LUIS, E. (2009) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008). Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 6, pp.69-79

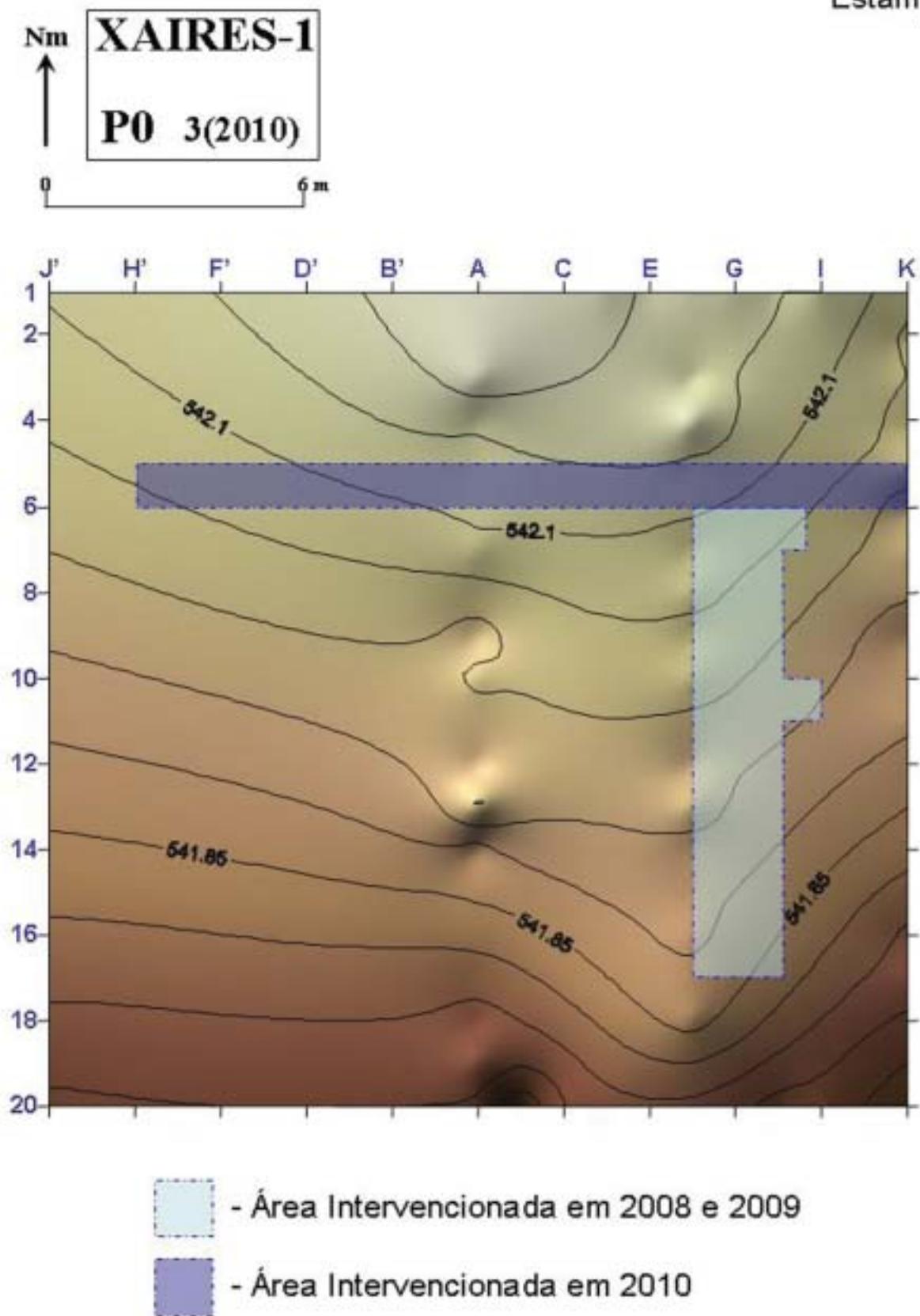
SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. O. & CARVALHO, H. A. (2004) – “A Fraga dos Corvos : Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros”, in: Cadernos «Terras Quentes», 1, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.32-58

SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. O. & CARVALHO, H. A. (2005) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do “Mundo Carrapatas” da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental”, in: Cadernos «Terras Quentes», 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.61-81

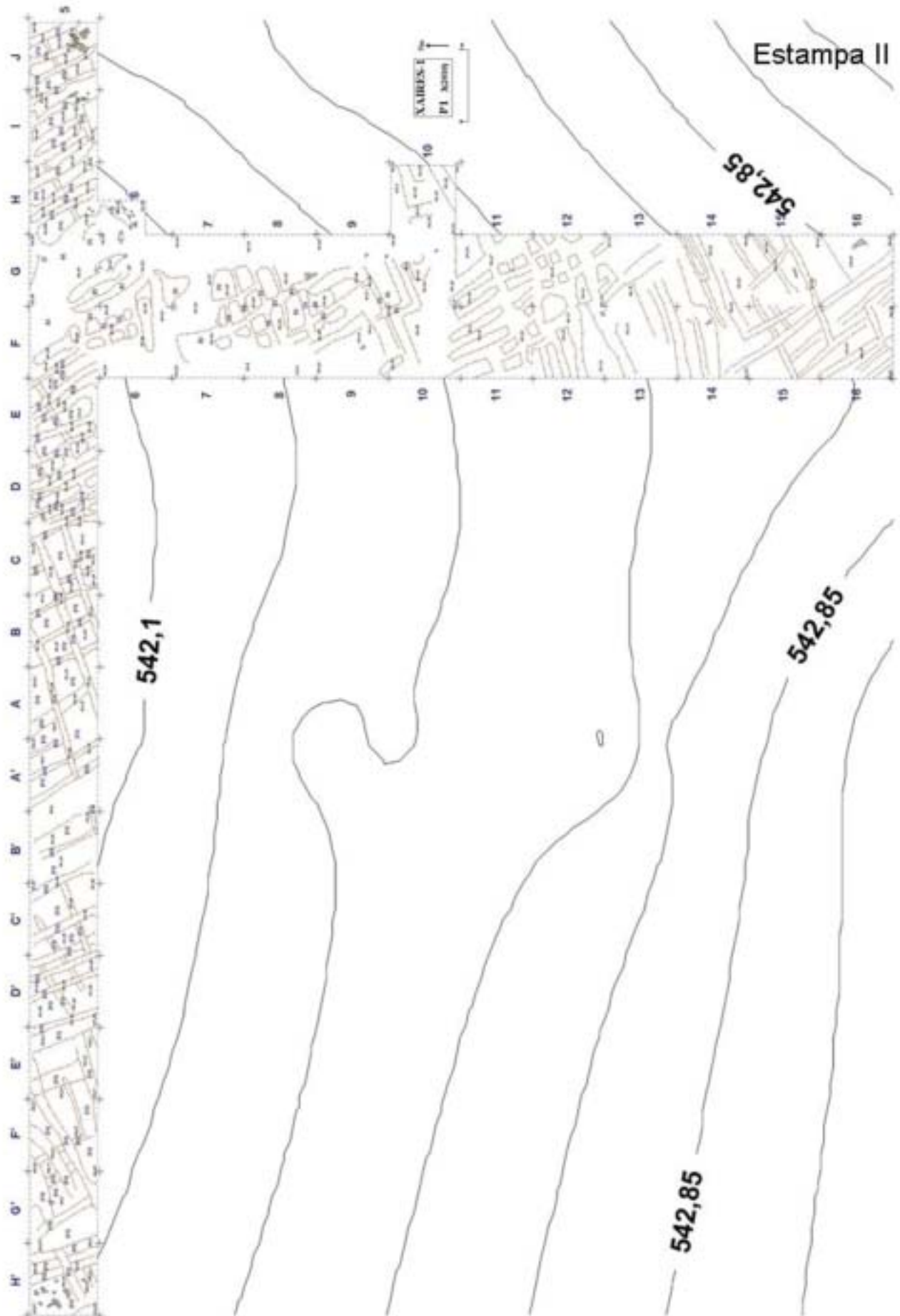
SENNA-MARTINEZ, J.C. et alii. (2006) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 3, pp.60-85

SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. O. & CARVALHO, H. A. (2007) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 4 (2006)”, in: Cadernos «Terras Quentes», 4, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.84-110

Estampa I







Planta P1 após a decapagem das terras soltas [UE.0]. A cinzento encontra-se delimitada a área escavada em 2008 e 2009.



Planta P2 após a decapagem da UE.31 e de todas as Unidades Estratigráficas associadas.

# A Fraga dos Corvos

## (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 8 (2010)

### 1. LOGÍSTICA

A Campanha 8 (2010) neste arqueossítio decorreu entre 16 de Agosto e 5 de Setembro de 2010. Os trabalhos foram co-dirigidos pelos signatários e contaram com a participação de licenciados e alunos de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (cf. Anexo I) no âmbito do protocolo assinado entre a Uniarq, a Associação Terras Quentes e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Como em anteriores intervenções o suporte logístico (alojamento de participantes no complexo do Parque Natureza do Azibo, alimentação, transportes e equipamento de campo) esteve a cargo da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros "TERRAS QUENTES", com apoio financeiro da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

A continuidade de estudo arqueometalúrgico deste sítio enquadra-se ainda no âmbito do Projecto EarlyMetal (PTDC/HIS-ARQ/110442/2008) financiado pela FCT.

### 2. Localização e Caracterização Geográfica

A Fraga dos Corvos é um esporão rochoso situado na vertente noroeste da Serra de Bornes, freguesia de Vilar do Monte, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança. As suas coordenadas são 99 122,194 de Longitude e 203 403,721 de Latitude GAUSS, a 870,856m de Altitude (Fig. 1).

O cabeço possui domínio visual sobre a quase totalidade da bacia de Macedo de Cavaleiros nomeadamente sobre os solos férteis da mesma, e ainda sobre as portelas tradicionais de trânsito em direcção a nor-deste e noroeste (Abreiro, Carrapatas, Vale Benfeito e Vimioso), célebres pelos depósitos de alabardas aí encontrados (BARTHOLO, 1959).

O seu substrato é constituído, maioritariamente, por rochas metamórficas xistosas, com alguns filões de quartzo e grauvaque, conhecidas pela acidez que fornecem aos solos, reduzindo assim a possibilidade de preservação de matéria orgânica no registo arqueológico. Na região existem alguns afloramentos de talcoxisto, matéria-prima utilizada no sítio arqueológico para elaboração de artefactos de excepção. A região apresenta também algumas jazidas de minério que poderão ter abastecido a metalurgia incipiente do povoado, sobretudo no que diz respeito ao estanho, obtido com facilidade. Por outro lado, o cobre é bastante raro, apresentando-se fundamentalmente sob a forma de sulfuretos e carbonatos que, pela sua tonalidade esverdeada e brilhante, terão facilmente sido reconhecíveis para as comunidades pré-históricas.

Trata-se ainda de uma região com abundantes recursos hídricos numa complexa rede de afluentes dos rios Sabor e Azibo e de várias ribeiras. Na vertente noroeste da Serra de Bornes, limitando o cabeço a poente e nascente destacam-se os vales relativamente profundos de duas pequenas ribeiras, respectivamente a de Vale de Nogueira e a Ribeirinha, constituindo as duas fontes mais próximas de água para o sítio arqueológico.

As espécies vegetais naturais desta região são, maioritariamente, o *Quercus pyrenaica wild* (carvalho negral) e *Quercus ilex L. ssp. Rotundifolia* (Lam.) (azinheira). Numa aproximação paleoambiental realizada a partir de carvões recuperados em vários sítios arqueológicos, foram identificadas distintas espécies vegetais. Entre as quais elementos vegetais com características do clima mediterrânico, como o sobreiro, a azinheira, o carvalho cerquinho, o zimbro e o medronheiro, e também típicas de clima atlântico, como o carvalho alvarinho, o pinheiro bravo e a vegetação frequente em zonas de vale ou margens de cursos de água, como o freixo, o amieiro, o salgueiro e a aveleira (Figueiral et. al. 1998-1999).



Fig. 1 - Localização da Fraga dos Corvos na Península Ibérica e na folha 78 da CMP 1/25000.

<sup>1</sup> Professor Associado do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Centro de Arqueologia (Uniarq) e Instituto «Alexandre Herculano» de Estudos Regionais e do Municipalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Cidade Universitária, Campo Grande, 1600-214 LISBOA. smartinez@iol.pt

<sup>2</sup> Licenciada em Arqueologia e História pela F.L.U.L., Mestranda em Arqueologia, F.L.U.L. elsavluis@gmail.com



### 3. Antecedentes da intervenção de 2010

O habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos foi descoberto em 2003 em resultado de trabalhos de desmatção que o puseram em perigo e que justificaram uma primeira intervenção (Senna-Martinez, Ventura & Carvalho, 2004).

O espaço em que tem vindo a ser possível identificar estruturas correspondentes a esta etapa de ocupação constitui uma plataforma em declive suave, correspondente à parte noroeste do topo do cabeço, enquadrada a ocidente pela escarpa e a oriente por afloramentos que a separam do estradão que atravessa o “Monte do Vilar”, formando a área que designámos como Sector A.

Ao fim da sétima campanha (2009) o Sector A deste arqueosítio era caracterizável como um povoado de 19 cabanas sub-circulares ou elipsoidais, distribuídas por 3 fases de ocupação e ainda um conjunto de camadas e estruturas pétreas e negativas ao longo de 5 fases de ocupação seguras.

As cabanas identificadas apresentam diferentes diâmetros, podendo ser agrupadas em 2 grandes conjuntos. O primeiro (Cabanas 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10 e 12) apresenta cerca de três metros de diâmetro, sendo as cabanas delimitadas por 13 a 14 buracos de poste perimetrais e um central, de maior diâmetro; o segundo engloba as de tipo elipsoidal (Cabanas 4 e 5), portanto maiores, como é o caso da Cabana 4, com eixos de 4m por 3,2m, delimitada por 20 buracos de poste perimetrais, apresentando também um central, equivalente aos das demais cabanas, e o da Cabana 5, aparentemente a maior de todas, com eixos de 4,6m por 4,3m e limitada por 21 buracos de poste perimetrais e seis interiores, apenas foi totalmente definida na campanha de 2006.

Na campanha de 2009, procedeu-se a um alargamento da Sondagem para 93m<sup>2</sup>, para os quadrados G/H/I/J/7/8/9/10 e G/11/12/13/14, permitindo um estabelecimento mais ajustado do faseamento inicialmente proposto. Não tendo sido identificada qualquer estrutura nesta nova área associada à Fase 1, procedeu-se à escavação da U.E. [109], correspondente à Fase 2, na qual se puderam reconhecer os restantes buracos de poste da Cabana 10, configurando assim um espaço elíptico com aproximadamente 3,5m de comprimento N/S por 2,5m de largura W/E. Além desta estrutura habitacional foram postas a descoberto, parcialmente, duas novas Cabanas associadas à fase 2 (U.E. [109]): as cabanas 16 e 17. A primeira destas foi definida por um arco de 6 buracos de poste e um central, enquanto a segunda apresenta um arco de 4 buracos de poste.

Relativamente à fase 3, que corresponde às U.E. [151=280], foi terminada a identificação dos restantes buracos de poste associados à Cabana 13, apresentado assim uma planta elíptica de 3 m no sentido N/S e 2,5m no sentido E/W, delimitada por 17 buracos de poste. Foram igualmente identificadas duas novas estruturas habitacionais, as cabanas 18 e 19. A estrutura 18 apresentava um arco elíptico de 16 buracos de poste perimetrais e um central, enquanto a estrutura 19 apresentava um arco de apenas 3 buracos de poste, localizados no limite sudoeste da área aberta nessa campanha.

No que diz respeito à fase 4, associada à U.E. [287], apresenta algumas estruturas negativas como 8 buracos de poste, não relacionáveis entre si, e uma fossa não muito profunda [579] situada nos quadrados G13/14. O número restrito de estrutu-

ras negativas identificadas e a sua dispersão não permite tecer grandes considerações contextuais, para além do facto de esta camada se apresentar restringida ao lado ocidental da área aberta e de ser de muito pouca espessa no limite oriental dificultando a definição precisa da respectiva extensão. Aumenta para oriente mas raramente ultrapassando os 2 cm.

Sob a U.E. [287], surge então a U.E. [152], correspondendo à fase 5, na qual foram identificadas algumas estruturas. Em primeiro lugar é a este nível que se detecta uma zona de barro cozido, U.E. [437], configurando um fundo de lareira, com cerca de 80 cm no sentido W/E por 60 cm no sentido N/S. Adjacente a esta lareira foi localizada uma fossa, U.E. [590], com cerca de 90cm no sentido N/S por 45cm no sentido W/E, composta por uma sequência de 2 preenchimentos distintos, U.E. [589] e [591]. No ângulo noroeste da Sondagem, em G13, verificou-se a existência de uma estrutura empedrada, U.E. [581], limitada a oriente por uma laje de xisto colocada em cutelo.

Sob a U.E. [152], nos quadrados HIJK11/13, foram identificadas várias estruturas pétreas numa matriz de terras muito compactas, U.E. [492], aparentemente constituindo fundos de lareiras, pequenos arcos pétreos e buracos de poste estruturados: U.E.s [490, 491, 486, 487, 488]. Estas últimas apenas se encontram definidas e não escavadas.

Por último, em KL8/9, sob a U.E. [152], foi identificada a U.E. [467], que, pela sua constituição compacta, aparenta constituir um piso de utilização. Os limites desta unidade, para Este, ainda se encontram por definir.

A Fase 6 identificada neste espaço corresponderá à Cabana 1, cujo solo, U. E. [157], ainda não foi desmontado.

### 4. A Campanha 8 (2010)

#### 4.1. A estratigrafia

A intervenção de 2010 teve como objectivos a continuação da escavação na área Este da sondagem, nomeadamente nos quadrados J7 a J11 e G7 a G11, para compreender a sequência estratigráfica nesta área e sobretudo a relação da fossa e lareira (U.E. [590] e [437]) anteriormente identificadas com a estratigrafia envolvente. Paralelamente abriu-se uma nova fila de quadrados, a Este, com a letra F, perfazendo mais 8 quadrados (F7-F14). A área de escavação atinge assim 101m<sup>2</sup>.

A abertura desta nova fila de quadrados permitiu a identificação das unidades [109], [151], [287] e [152], já conhecidas de campanhas anteriores.

Após a remoção da U. E. [0], pode-se continuar a escavação da U.E. [109] na nova área aberta, não tendo sido identificados novos buracos de poste. Nos quadrados F12 e F13 a unidade apresentava-se com algumas perturbações, sob a forma de pequenas depressões com cerca de 8 cm (Fig. 2).

De seguida, iniciou-se o registo (Fig. 3) e remoção da U.E. [151], na qual apenas foi identificado um buraco de poste [603/604] não sendo possível atribuí-lo a qualquer unidade doméstica. Na área Nordeste, esta unidade foi cortada pela fossa [605/606], fazendo parte de uma sequência de perturbações naturais abaixo detalhadamente descritas.



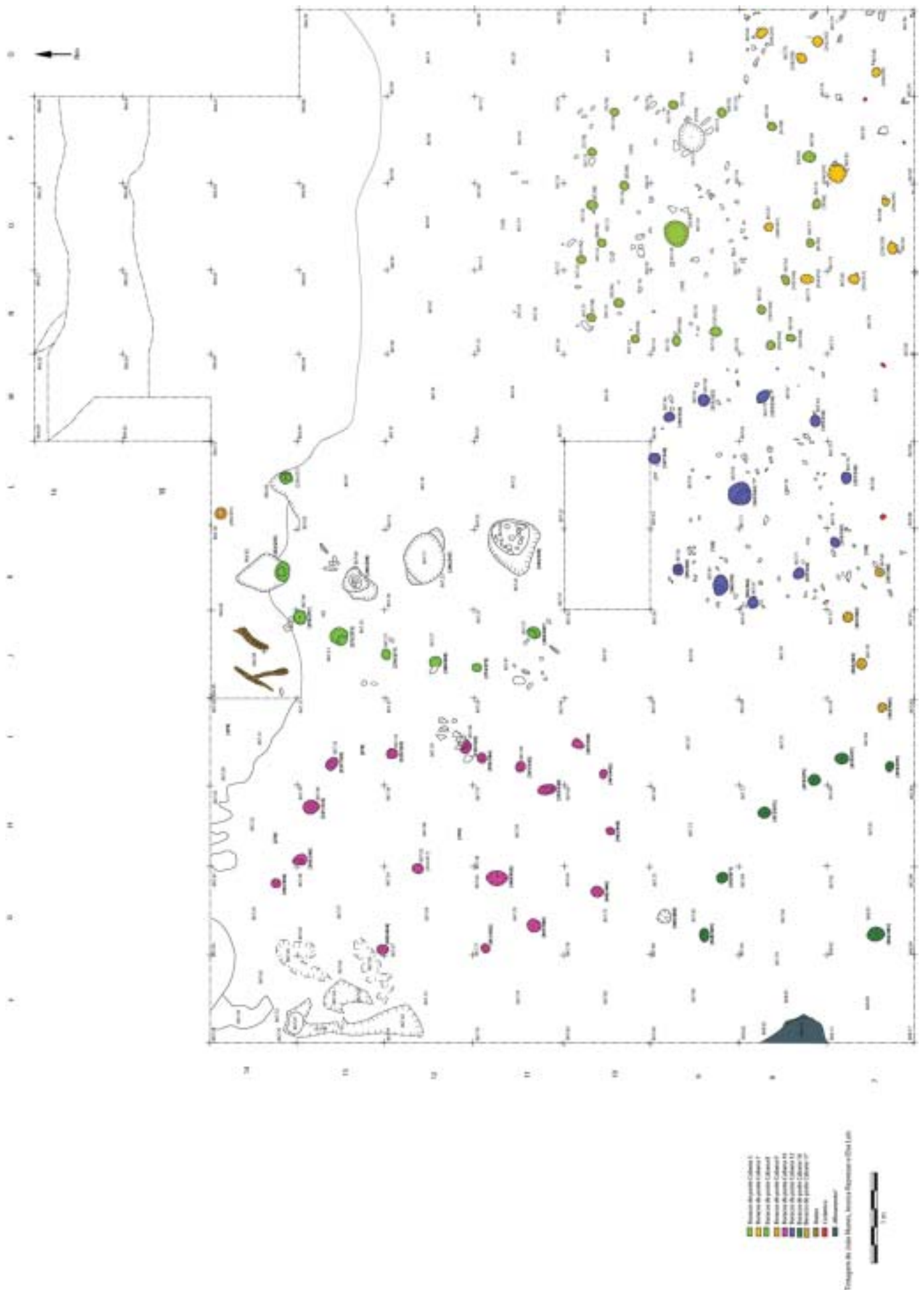


Fig. 2 - Planta de interface superior da UE.109 com as estruturas negativas nela incluídas.



No quadrado F7, abaixo da U.E. [151] e a cortar a U.E. [287], encontrava-se uma fossa de perturbação natural [607/608], de tendência ovalada, preenchida por terras soltas cinzentas muito escuras (7.5 YR 3/2) e por raízes abundantes de média dimensão (Fig. 4).

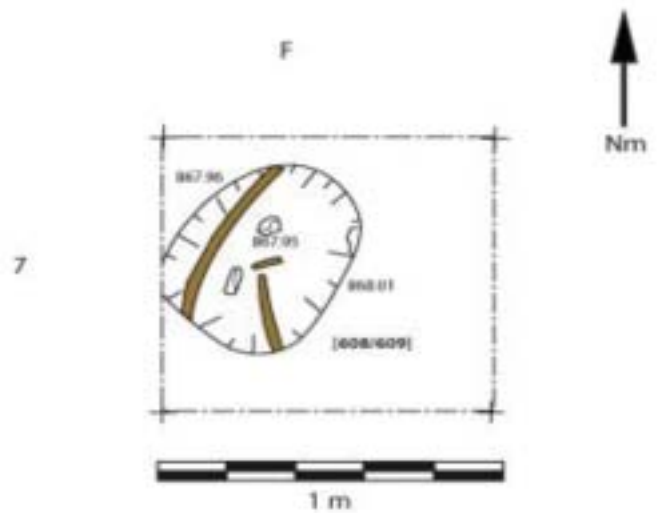


Fig. 4 - Planta da UE.607/608.



Fig. 5 - Planta de interface superior da UE.287 com as estruturas negativas nela incluídas.

Imediatamente abaixo encontrava-se a continuidade da U.E. [287] na qual apenas foi identificado um buraco de poste [609/610] não sendo possível atribuí-lo a qualquer unidade doméstica. Na área nordeste, esta unidade foi cortada pela fossa [679/575], identificada na campanha anterior, e pela fossa [611/612], fazendo esta última parte da sequência de perturbações

naturais abaixo detalhadamente descritas.

Após a remoção da U.E. [287], ficou visível a U.E. [152], apresentado nesta área grande parte do seu limite Este. Não foram identificados buracos de poste ou qualquer outra estrutura negativa.

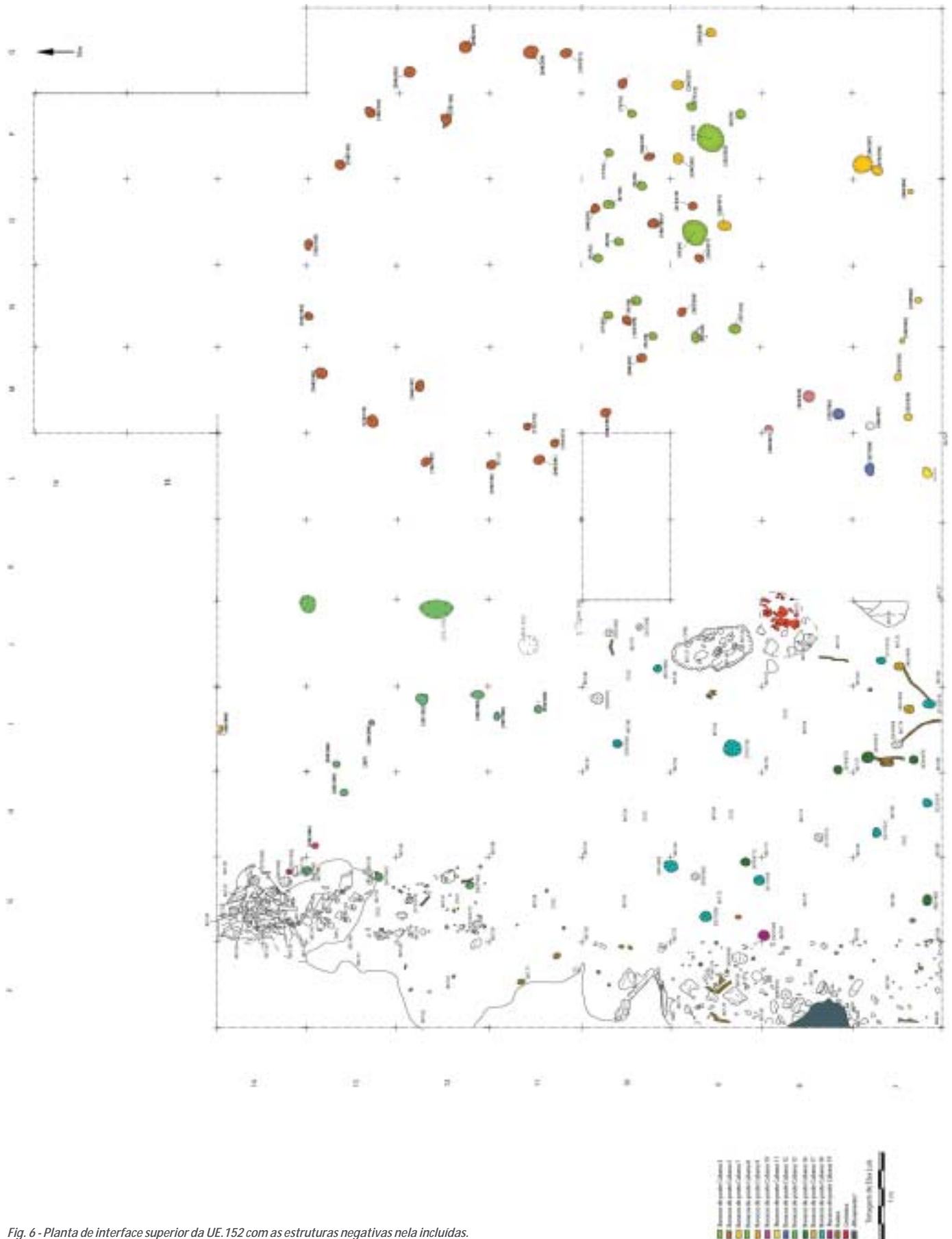


Fig. 6 - Planta de interface superior da U.E. 152 com as estruturas negativas nela incluídas.



No quadrado F7, abaixo da [152] foi identificada uma pequena camada [615] disforme composta por terras argilosas soltas castanho amareladas escuras (10 YR 3/4), com bastantes raízes pequenas e vários nódulos de cerâmica de revestimento.

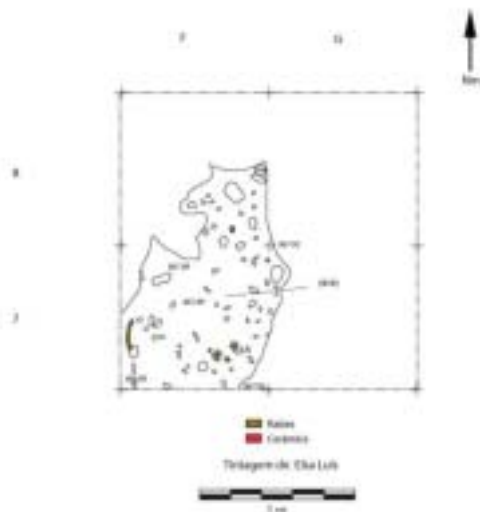


Fig. 7 - Planta da UE.615.

Nos quadrados F8 e F9, abaixo da [152] foi identificada uma outra pequena camada [616] composta por terras argilosas compactas castanho amareladas escuras (10 YR 3/4), que surge conservada apenas numa área reduzida entre pedras que já deverá pertencer ao empedrado de base [582]. Esta camada poderá equivaler, ainda que em descontinuidade, à U.E. [615].

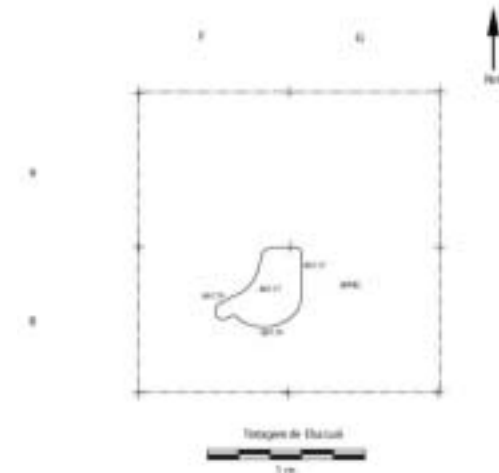


Fig. 8 - Planta da UE.616.

Abaixo da U.E. [152], ainda na campanha anterior foi identificada uma nova unidade estratigráfica, a U.E. [467], que se apresenta como uma camada de terras argilosas muito compactas castanho claras (10 YR 4/4), identificada numa área relativamente extensa da Sondagem 2: abrange genericamente os quadrados L7-9; K7-9; J8-10; I8-10; H8-10 e G9-10. Pela consis-

tência extremamente dura desta camada, e pela sua localização circunscrita envolvendo uma base de lareira e uma fossa, foi interpretada como tendo sido um piso de utilização. Nesta campanha foram identificados os seus limites finais, excepto na zona norte, área algo perturbada pelas raízes da árvore sita em KL-10.

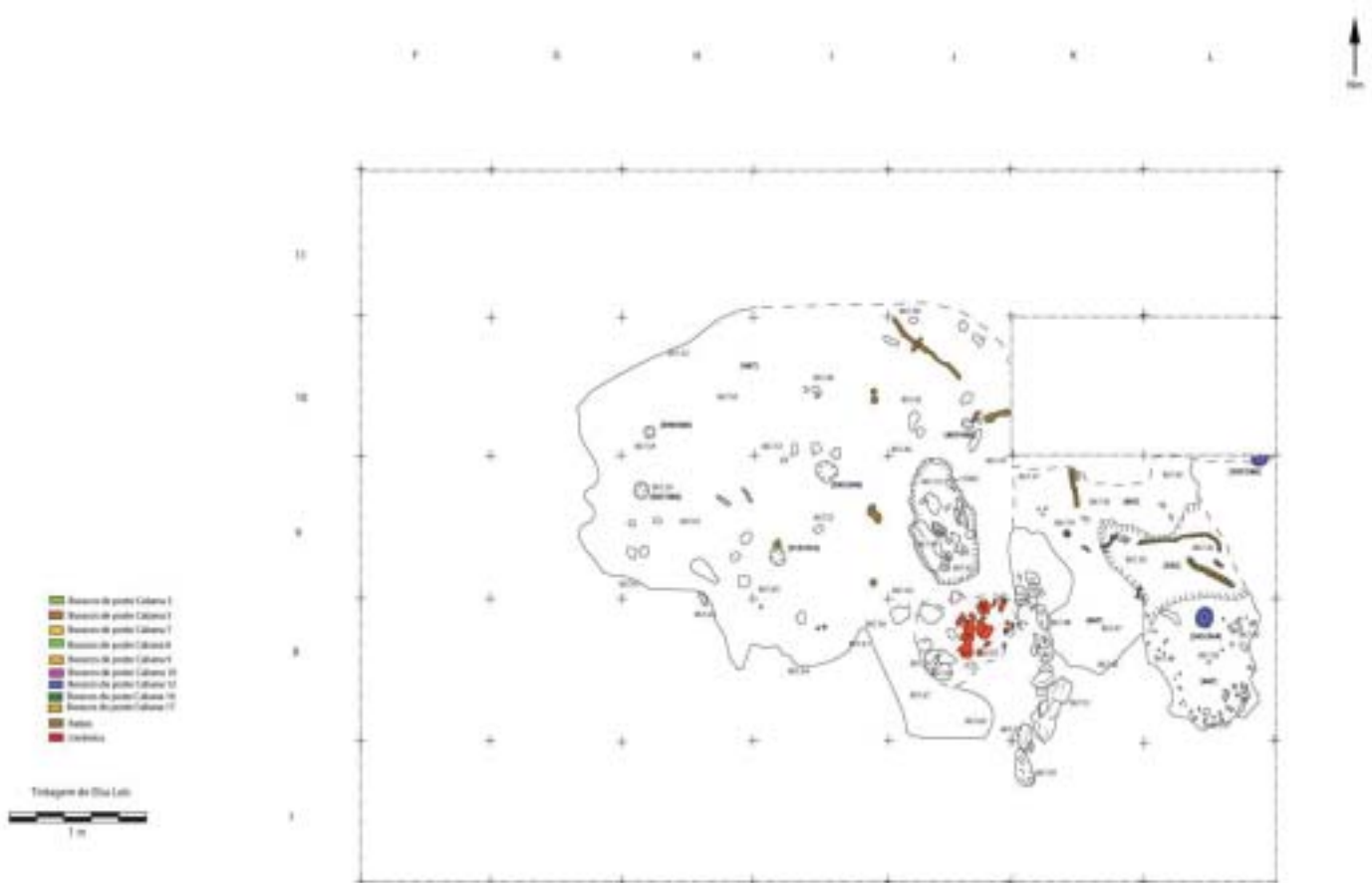


Fig. 9 - Planta de interface superior da UE.467 com as estruturas negativas nela incluídas.



Fig. 10 - A UE.467 delimitada e com as estruturas negativas nela contidas escavadas.

Abaixo da U.E. [467], foi identificada uma camada de terras castanho amareladas escuras (10 YR 4/4), menos compactas que a anterior, U.E. [623], contendo abundante pedra miúda e de média dimensão e concentrações de olaria quebrada *in situ* [3175 a e b].

Estas duas últimas unidades estratigráficas ainda não foram totalmente escavadas.



Fig. 11 - UE.623 concentrações de olaria quebrada *in situ* [3175 a e b].

Em aparente continuidade com a anterior está uma estrutura pétrea [624], sub-circular de com blocos de grande dimensão, colocados de forma irregular na horizontal, oblíqua e em cutelo (Fig.12) . Entre estes blocos existem algumas depressões com terras soltas escuras, com raízes e cerâmica. Este pequeno "muro", ou "murete", parece ter sido colocado de forma estratégica para ter uma função de contenção de escoamento de águas das chuvas provenientes do afloramento rochoso situado na zona nordeste da plataforma.

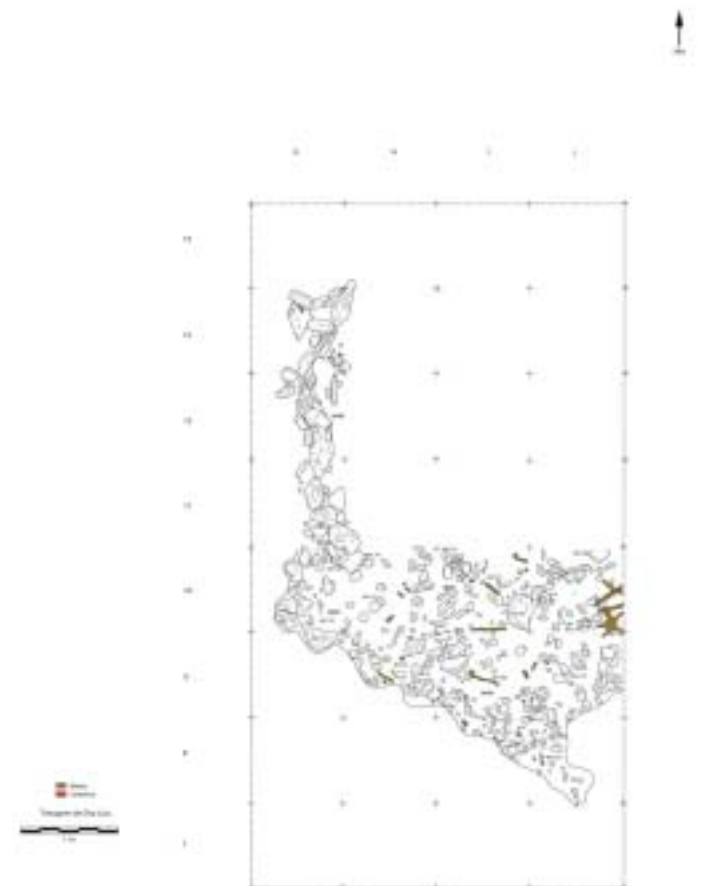


Fig. 12 - Planta de interface superior das UEs.623/624 com as estruturas negativas nela incluídas.



Por último, na zona Sudeste da área escavada e sob a U.E. [152] e, numa parte, sob a U.E. [467], foi identificada a continuação da U. E. [582], composto pelo empedrado de base, ou seja, blocos pétreos de pequena e média dimensão dispostos de

uma forma não organizada, de forma relativamente homogénea por toda a área da U.E., podendo ser interpretado como a desagregação do afloramento rochoso (Fig. 13).

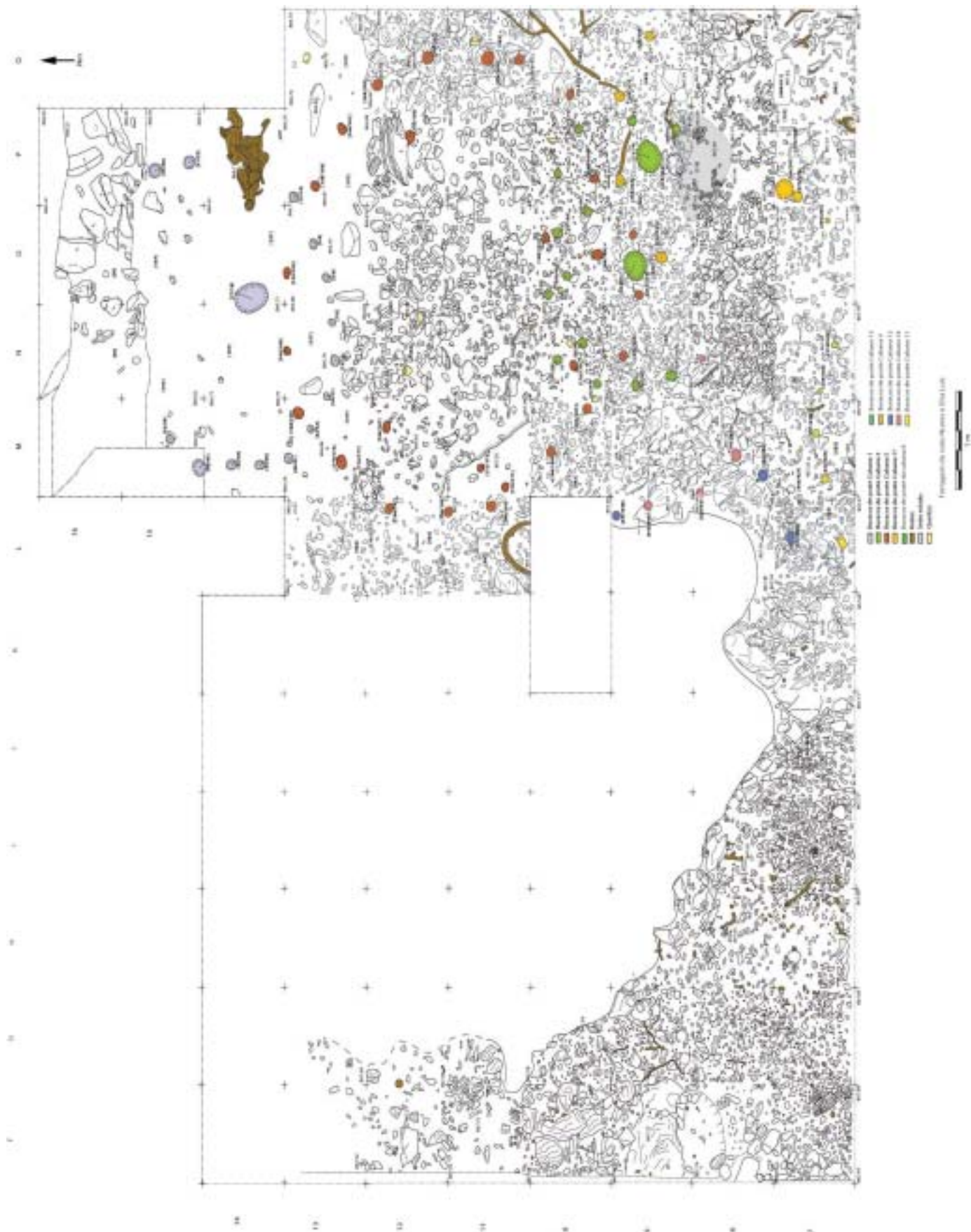


Fig. 13 - Planta de interface superior da UE.582 com as estruturas negativas nela incluídas.

No canto nordeste da área escavada, sobretudo nos quadra-  
 dos F10 a F14, foi identificada toda uma sequência de fossas  
 de perturbação natural.

De facto, estes quadrados encontram-se muito próximos do  
 afloramento rochoso de base visível à superfície, local prefe-  
 rencial de escoamento de águas provenientes das chuvas que  
 circulam dos pontos mais altos do afloramento até à actual  
 área de escavação. Neste sentido, a infiltração de águas pro-  
 piciará a formação de raízes de média dimensão, de formação  
 subterrânea que afectaram o solo arqueológico nesta área.  
 Assim, foram identificadas várias fossas e camadas  
 estratigráficas sequenciais apresentando todas elas caracte-  
 rísticas completamente diferentes dos restantes níveis arque-  
 ológicos preservados, tais como terras muito escuras (casta-  
 nho acinzentado muito escuro e cinzento muito escuro), húmi-  
 das e muito orgânicas, associadas na maioria dos casos a  
 raízes de pequena e média dimensão e ainda a uma raiz bas-  
 tante grande, com cerca de 15 centímetros de diâmetro com  
 várias ramificações. Entre estas fossas e camadas puderam  
 identificar-se não mais que pequenas ilhas de solo arqueoló-  
 gico conservado.

A matriz de Harris apresentada na figura 14 representa a  
 sequência estratigráfica desta área.

Imediatamente abaixo da U.E. [0] foi identificada a fossa [593],  
 disforme, com cerca de 1,47m por 0,68m de diâmetro e 0,23 m  
 de profundidade. O seu enchimento [594] é composto por ter-  
 ras pouco compactas, castanhas acinzentadas (10 YR 3/2 casta-  
 nho acinzentado muito escuro), com poucas pedras. Continha  
 várias raízes que tornavam o sedimento circundante húmido e  
 solto. Apenas continha dois artefactos líticos, um denticulado  
 e uma lasca.

Após a remoção do que restava da U.E. [109] foi identificada  
 uma nova fossa [605] que corta a U.E. [151], com cerca de 1,30 m  
 por 1m de diâmetro e cerca de 0,10 m de profundidade. O seu  
 enchimento [606] é constituído por terras soltas escuras (10 YR  
 3/2 castanho acinzentado muito escuro), por raízes de média  
 dimensão e uma raiz de grande dimensão com cerca de 0,15m  
 de diâmetro e várias ramificações. Esta fossa continha alguns  
 artefactos arqueológicos, tais como um artefacto de talcoxisto,  
 um fragmento de cadinho, uma lamela e um bordo com frag-  
 mento de mamilo.

Após a remoção do que restava da U.E. [151] foi identificada  
 uma nova fossa disforme [611], bastante extensa, que corta a  
 U.E. [287] e a U.E. [617], com cerca de 2,50 m de comprimento e  
 1m de largura e cerca de 0,15 m de profundidade. O seu enchi-  
 mento [612] é constituído por terras soltas escuras (10 YR 3/2  
 castanho acinzentado muito escuro) com muita matéria orgâ-  
 nica e por raízes de mé-  
 dia dimensão. De todas  
 as unidades desta área,  
 a U.E. [612] é a que apre-  
 senta maior quantidade  
 de artefactos, tais como  
 5 bordos, um fragmento  
 de caldeiro, um fragmen-  
 to de dormente, um bojo  
 decorado, um possível  
 fragmento de cadinho,  
 um terminal de torques  
 (Fig. 18 – FCORV-A 3009) e  
 ainda um pedaço de met-  
 tal.



Fig. 18 - FCORV-A 3009. Terminal de torques (bronze?) recolhido nas terras remexidas da UE.612.

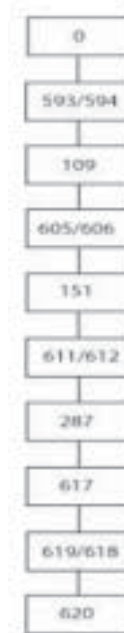


Fig. 14 - Matriz de Harris das unidades correspondentes aos remeximentos detectados no ângulo noroeste da área escavada.

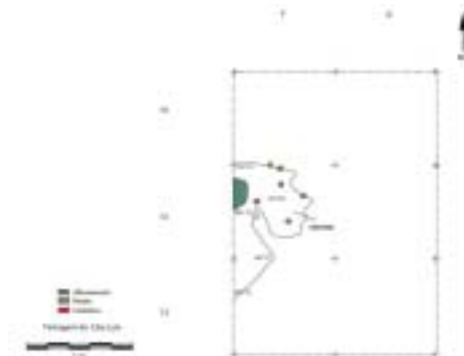


Fig. 15 - Planta das UEs.593/594.

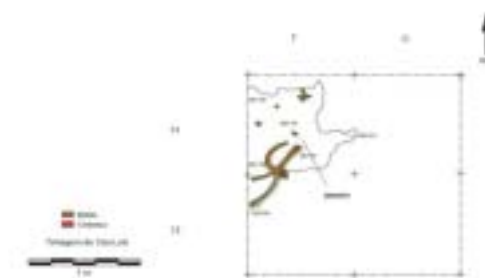


Fig. 16 - Planta das UEs.605/606.

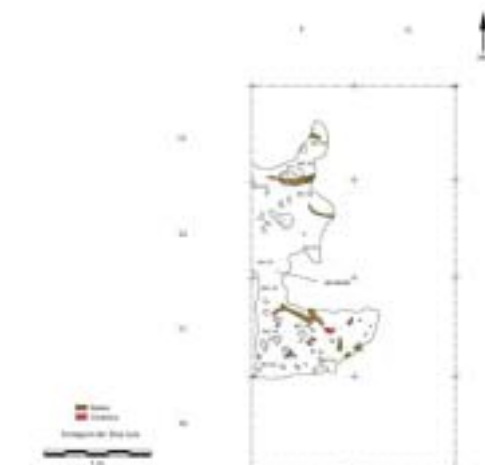


Fig. 17 - Planta das UEs.611/612.



Imediatamente abaixo da fina camada que resta aqui da U.E. [287] foi identificada uma nova camada [617], com cerca de 2 m de comprimento por 1,30m de largura e cerca de 0,10 m de profundidade. É constituída por terras compactas escuras (10 YR 3/1 cinzento muito escuro), por raízes de média dimensão e pouca pedra miúda. Esta camada apenas continha um fragmento indeterminado de metal, uma fíbula de tipo Bencarrón/Carmona (Fig. 20), e um bojo com perfuração.

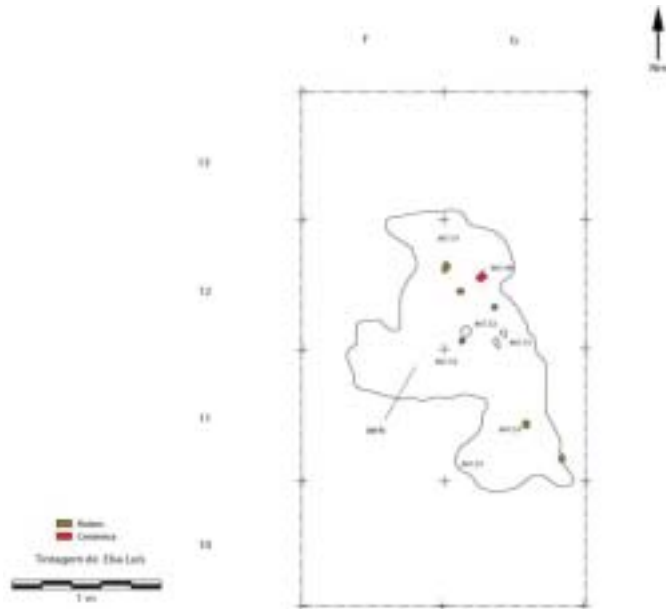


Fig. 19 - Planta das UEs.617.



Fig. 20 - Fibula (de tipo Bencarrón ou Carmona?) recolhida nas terras remexidas da UE.617.

Removida a U.E. [617], foi identificada uma nova fossa irregular [619], com cerca de 2,17 m de diâmetro e 0,12m de profundidade. O seu enchimento [618] era composto por terras semi compactas castanho azeitona escuras (10 YR 3/3), com presença de raízes médias e alguma pedra miúda.

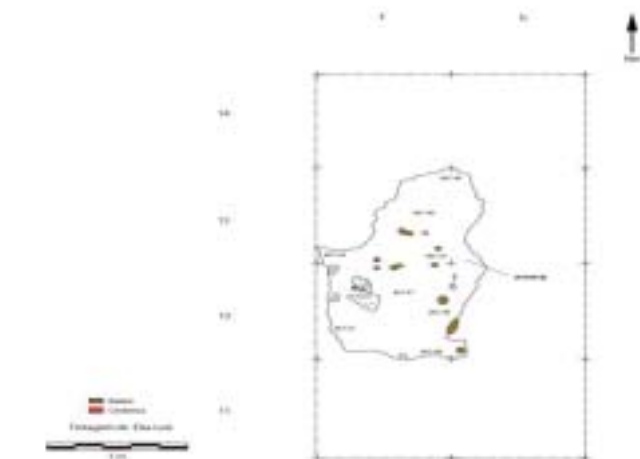


Fig. 21 - Planta das UEs.619/618.

A fossa [619/618] cortava a camada [620], esta última composta por terras compactas castanho amareladas escuras (10 YR 4/4), com presença de pequenas raízes e algumas pedras de pequeno tamanho. Em termos de artefactos arqueológicos são de destacar um fragmento de chapa com rebite, em metal; um terminal de torques (Fig. 23 - FCORV-A 3091); uma base e dois bordos.

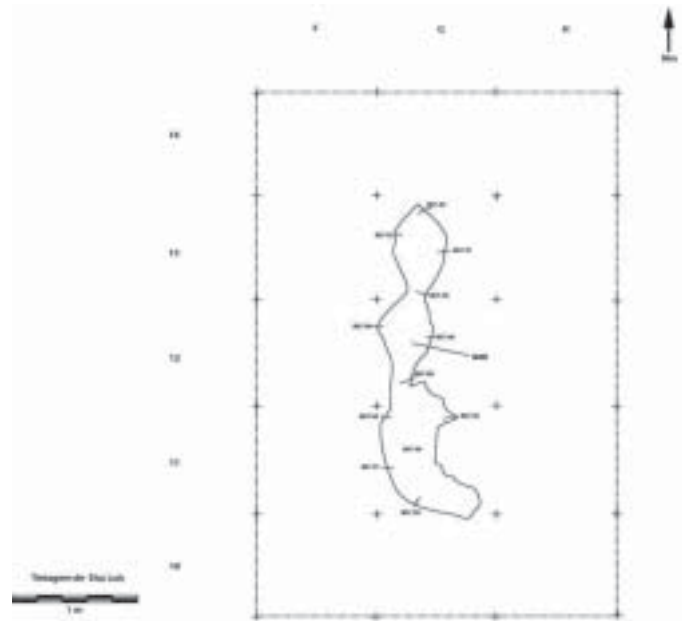


Fig. 22 - Planta da UE.620.



Fig. 23 FCORV-A 3091. Terminal de torques (bronze?) recolhido nas terras remexidas da UE.620.

Abaixo da U.E. [620] encontra-se definida a U.E. [582], que ainda se encontra por escavar, aguardando intervenção na próxima campanha.

#### 4.2 Faseamento e interpretação

Atendendo à evidência estratigráfica exposta, podemos afirmar com segurança o faseamento proposto nas campanhas anteriores. De referir que a numeração das fases de ocupação da Fraga dos Corvos segue uma lógica inversa ao que é habitual, ou seja, a fase 1 corresponde à fase de ocupação mais recente do sítio, enquanto as fases 5 e 6 serão das fases mais

antigas. Esta numeração foi assim atribuída por uma simples razão, a de que o sítio ainda não se encontra totalmente escavado, pelo que não podemos ainda assertivamente afirmar quantas fases de ocupação o sítio terá conservado.

Assim, e sintetizando, a primeira fase de ocupação apenas apresenta a parte inferior dos buracos de poste pertencentes ao que designámos de Cabana 7, não exibindo qualquer camada ou piso de ocupação associado.

A segunda fase de ocupação corresponde, genericamente, à U.E. [109=278] integrando as respectivas estruturas habitacionais e de fossa que cortam esta camada (Cabanas 3, 8, 10, 12, 16 e 17, fossas [73/74; 244/245; 246/247; 593/594]).

A terceira fase de ocupação corresponde, grosso modo, à U.E. [151=280] integrando as respectivas estruturas habitacionais e de fossa que cortam esta camada (Cabanas 5, 9, 11, 13, 18 e 19, fossas [538/539; 605/606]).

A quarta fase de ocupação corresponde, genericamente, à U.E. [287], integrando apenas alguns buracos de poste não relacionáveis entre si, portanto não fornecendo a possibilidade de identificação de uma estrutura habitacional coerente, e uma fossa [579/575] e ainda outra fossa de clara perturbação natural [611/612].

A quinta fase de ocupação corresponde, grosso modo, à U.E. [152], que integra apenas alguns buracos de poste não relacionáveis entre si, portanto não fornecendo a possibilidade de identificação de uma estrutura habitacional coerente. É ainda a este nível que se detecta a lareira [437] e a fossa [590], não sendo clara a contemporaneidade entre a sua utilização e esta unidade estratigráfica.

Abaixo da U.E. [152] estão a tornar-se visíveis várias realidades distintas que ainda não pudemos integrar numa visão estruturada e sequencial, na medida em que a maioria destas realidades ainda não foi escavada. Se na área Este da Sondagem se sucedem as camadas [467], [623], [624] e [582], ainda não se afigura claro a sua relação com as estruturas identificadas na área norte da Sondagem, nomeadamente as estruturas [490, 491, 486, 487 e 488]. E, resta ainda averiguar a relação destas últimas realidades com a U.E. [157] que constituiu o piso de ocupação da Cabana 1.

Serão portanto, estas as questões que nortearão parte da Campanha 9 de 2011.

### 4.3 Os materiais e Integração crono-cultural

O ambiente cultural documentado na escavação das Fases 2, 3, 4 e 5, únicas com materiais associados até à data, caracteriza-se por produções cerâmicas que, para além das formas correntes, apresentaram recipientes com decorações de "tradição Campaniforme", impressas a pente, juntamente com taças de "tipo Cogeces ou Protocogotas" que por vezes combinam decorações, conjugando estilos, pontilhadas geométricas e impressas a punção ocasionalmente com preenchimento a pasta branca.

A indústria lítica talhada, incide sobretudo em quartzo e xisto anfibólico e engloba elementos de foice denticulados, pontas de projectil, furadores e raspadores.

A fauna, representada pelos restos osteológicos recuperados nas Cabanas 5 e 9 em ambiente da Fase 3, engloba *Bos taurus*, *Ovis/Capra*, *Cervus elaphus* e *Sus sp.* (porco ou javali, mais provavelmente o segundo). Com claro predomínio das espécies domésticas sobre as selvagens, mesmo atribuindo a totalidade dos restos de *Sus* ao javali.

Quadro I  
Restos de Fauna identificados<sup>1</sup>

Cabana 5		Cabana 9	
Género / Espécie	Nº	Género / Espécie	Nº
<i>Ovis / Capra</i>	3	<i>Ovis / Capra</i>	2
<i>Bos Taurus</i>	4	<i>Bos Taurus</i>	1
<i>Sus sp.</i>	2	<i>Sus sp.</i>	1
		<i>Cervus Elaphus</i>	1

Sem que a quantidade de restos recolhidos permita ir muito mais longe, parece-nos contudo de salientar que estes dados podem ser paralelizados com os obtidos para as faunas da ocupação da 1ª Idade do Bronze do Buraco da Moura de S. Romão (Cardoso, Senna-Martinez e Valera, 1995 e 1995/1996).

A associação de olaria decorada de tradição campaniforme, até à data identificada em todas as fases, juntamente com formas e decorações típicas do "Mundo Cogeces" constitui um argumento poderoso para enquadrar este povoado num momento relativamente antigo da Primeira Idade do Bronze, eventualmente no segundo quartel do segundo milénio a.C.

À evidência contextual disponível, que nos permite considerar a Cabana 4 e o Alpendre anexo – uma vez confirmados, para os restantes elementos metálicos descobertos, os resultados analíticos obtidos para o primeiro pingão de fundição recuperado em 2004 – como uma área de fundição de bronze ("melting" – Senna-Martinez, *et al.* 2010), somam-se agora as evidências recuperadas para a Fase 3 que nos fazem suspeitar de que além da fundição talvez possa encarar-se que também a redução de minérios de cobre e estanho ("smelting") possa aí ter tido lugar.

Assim, a ser correcta a nossa proposta de cronologia, estaremos em presença de um dos mais antigos povoados com evidência de produção de bronzes conhecidos no território português e, eventualmente, peninsular.

O que este local nos documenta, pela própria modéstia dos dados disponíveis, é uma produção que pode interpretar-se como de "tipo doméstico" e em pequena escala (Senna-Martinez, *et al.* 2007).

Por outro lado, toda a área nordeste, composta por sucessão de fossas e camadas de remeximento por agentes naturais, forneceu um conjunto metálico totalmente diferente do que foi identificado para os níveis de Primeira Idade do Bronze. De facto, o fragmento de caldeiro, o fragmento de chapa com rebites e, sobretudo, os dois terminais de torques e a fibula remetem claramente para um ambiente cultural de Bronze Final. Atendendo à datação do tipo de fíbula Bencarrón/Carmona,

<sup>1</sup> Agradecemos aos colegas Dr. Manuel Cardoso e Prof. Doutor João Luís Cardoso a determinação destes restos de fauna. Encontra-se em preparação a publicação respectiva.

estes materiais poderão situar-se genericamente nos séculos VII/VI (Ponte, 2006).

Esperamos, desta forma, que a continuidade de estudo deste arqueosítio nos permita enquadrar o mundo dos depósitos da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental já não só como achados avulsos de conjuntos metálicos mas também como parte de um todo social caracterizado multidimensionalmente.

Por último o começo, programado para 2011, da escavação do Sector M, pensamos que poderá permitir caracterizar em contextos primários a ocupação deste sítio correspondente ao Bronze Final e enquadrar com maior rigor as descobertas de materiais metálicos atribuíveis a esta etapa, que têm tido lugar em contextos de remeximento no Abrigo 2 e Sector A.

## Bibliografia

- AAVV, (1995) – A Idade do Bronze em Portugal, Lisboa, *Secre-ta-ria de Estado da Cul-tura, Instituto Português de Museus*
- BÁRTHOLO, M.L. (1959.) “Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança”, in: *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Vol. I, pp.431-39*
- CARDOSO, J. L.; SENNA-MARTINEZ, J. C. & VALERA, A. C., (1995) - “Um indicador económico para o Bronze Pleno da Beira Alta: A fauna de grandes mamíferos da Unidade Estratigráfica 4 da ‘Sala 20’ do Buraco da Moura de S. Romão (Concelho de Seia)”, in: *Actas do III Encontro do Quaternário Ibérico, Coimbra, pp. 457-460*
- CARDOSO, J. L.; SENNA-MARTINEZ, J. C. & VALERA, A. C., (1995/96) - “Aspectos da Economia Alimentar do Bronze Pleno da Beira Alta: A fauna de grandes mamíferos das «Salas 2 e 20» do Buraco da Moura de S. Romão (Seia)”, in: *Trabalhos de Arqueologia da EAM, 3/4, Lisboa, Colibri, p.253-261.*
- CARVALHO, A.F. (2004) – “O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)”, in: *Revista Portuguesa de Arqueologia, 7(1), pp.185-219*
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; LULL, V. & MICÓ, R. (1996) – Cronologia de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ANE), Oxford, *TEMPVS REPARATVM, «BAR International Series», 652*
- FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M.J. (1998-1999) – A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história Recente. Portugalia, Nova Série, XIX-XX, p. 71-95.
- GEIRINHAS, F.; GASPAS, M.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C (no prelo) - Copper isotopes on artifacts from Fraga dos Corvos First Bronze Age habitat site and nearby Cu occurrences: an approach on metal provenance. V Symposium Internacional «Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo», León (España), 19-21 June 2008
- PONTE, S. (2006) - Corpus Signorum-das Fibulas Proto-históricas e Romanas de Portugal. *Caleidoscópio.*
- SENNAMARTINEZ, J.C. (2002) – “Aspectos e Problemas da Investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX”, in: *Arqueologia 2000: Balanço de um século de Arqueologia em Portugal, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.103-124*
- SENNAMARTINEZ, J.C. (2007) – “Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do bronze na Fachada Atlântica Peninsular”. In: *Estudos Arqueológicos de Oeiras, 15, Oeiras, Câmara Municipal, p.119-134*
- SENNAMARTINEZ, J. C. e Luís, E. (2009) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008)”. In: *Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Câmara Municipal. 6, p.69-79.*
- SENNAMARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2004) – “A Fraga dos Corvos : Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros”, in: *Cadernos «Terras Quentes», 1, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.32-58*
- SENNAMARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2005) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do “Mundo Carrapatos” da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental”, in: *Cadernos «Terras Quentes», 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.61-81*
- SENNAMARTINEZ, J.C. et alii. (2006) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). *Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 3, pp. 61-85*
- SENNAMARTINEZ, J. C. et alii. (2007) – “Bronze Melting and Symbolic of Power: The Foundry Area of Fraga dos Corvos Bronze Age Habitat Site (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal)”. In: *Proceedings of the 2nd International Conference “Archaeometallurgy in Europe”. Aquileia, Italy, 17-21 June 2007*
- SENNAMARTINEZ, J. C. et alii. (2010) – “«Melting the Power» – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal)”. In: A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES e R. FÁBREGAS VALCARCE (Eds.) *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe. BAR International Series 2058. Oxford. Archaeopress. p.111-117.*





# A Exploração do Quartzo e do Xisto: a indústria lítica do sítio de habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)<sup>1</sup>

## Resumo

O estudo dos materiais líticos provenientes do sector A do arqueossítio da Fraga dos Corvos possibilitou a caracterização tecnológica e funcional da indústria de pedra talhada deste habitat da Primeira Idade do Bronze. Foi possível determinar uma estratégia de exploração de matérias-primas locais, sobretudo o quartzo e o xisto, conhecidas pelas suas peculiares propriedades físicas e fraca aptidão para o talhe. A integração regional do conjunto permitiu a identificação de uma dinâmica de produção comum, que nos permite definir a indústria de pedra talhada da Fraga dos Corvos, bem como as de estações coevas, como indústrias expeditas.

**Palavras-chave:** Primeira Idade do Bronze; tecnologia lítica; quartzo; xisto.

## Abstract

The study of the lithic artefacts from Fraga dos Corvos habitat site Sector A allowed the technological and functional characterization of this First Bronze Age settlement lithic industry.

This case study permitted the establishment of a model for local raw-material exploitation, namely quartz and schist. These rocks are well known for their peculiar physical properties and low knapping qualities. Regional contextualization of the study results enabled us to identify a common production dynamic and qualify these industries as "expeditive".

**Key-words:** First Bronze Age; lithic technology; quartz; schist.

## Agradecimentos

Um especial agradecimento ao Prof. Doutor João Carlos de Senna-Martinez da Faculdade de Letras de Lisboa e ao Prof. Doutor Miguel Gaspar da Faculdade de Ciências de Lisboa pelo apoio científico. E, ainda, à Associação «Terras Quentes» pela publicação deste trabalho.

## Introdução

O estudo do conjunto teve como objectivo a caracterização da tecnologia lítica do sítio arqueológico da Fraga dos Corvos, datado da Primeira Idade do Bronze. As características petrológicas da indústria de pedra talhada, maioritariamente xistos e quartzos, reconhecidas matérias-primas de fraca aptidão para o talhe, tornaram este estudo particularmente interessante, ao que acresce o facto de pouco ou nada se conhecer das indústrias líticas produzidas e utilizadas em contextos desta época no território peninsular. Este trabalho pretende, assim, contribuir para a colmatação de uma importante lacuna nos estudos sobre as indústrias líticas das Primeiras Sociedades Camponesas e, neste caso, também, das Primeiras Sociedades Metalurgistas da Península Ibérica.

## 1. Metodologia de análise

A indústria de pedra talhada do sítio de habitat da Primeira Idade do Bronze da Fraga dos Corvos foi analisada de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos implícitos ao con-

ceito de cadeia operatória, uniformizados e expostos por Tixier, Inizan e Roche (1980). Na análise da tecnologia, a escolha dos atributos e a terminologia aplicada correspondem às propostas de Tixier, Inizan e Roche (1980), Zilhão (1997) e Carvalho (1998), adaptadas às problemáticas concretas da colecção.

## 2. O sítio de habitat da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): enquadramento ambiental e geomorfológico

A Fraga dos Corvos localiza-se na vertente noroeste da Serra de Bornes, na elevação conhecida localmente como Monte do Vilar, sobranceira à povoação de Vilar do Monte, sede da freguesia homónima, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança. O cabeço da Fraga dos Corvos possui domínio visual sobre a bacia de Macedo de Cavaleiros e é limitado a poente e nascente pelos vales relativamente profundos de duas pequenas ribeiras, a ribeira de Vale de Nogueira e a Ribeirinha, respectivamente, afluentes da Ribeira de Carvalhais. Estas foram possivelmente as principais fontes de água na época a que nos reportamos mas também de outros recursos, nomeadamente de matéria-prima para talhar ou em bruto, isto é, os seixos rolados, utilizados como alisadores cerâmicos ou para estruturas de combustão.

A geologia da região de Macedo de Cavaleiros é dominada pelo Maciço de Morais, um dos maciços alóctones da Noroeste da Ibéria, conhecido pela comunidade científica como o «Umbigo do Mundo», não só pelo seu aspecto na Carta Geológica, de forma arredondada, mas porque testemunha processos de transformação importantes da litosfera do planeta, nomeadamente a colisão do Continente Laurásia, do Continente Gondwana e do Oceano Rheic, os dois continentes e o oceano que milhões de anos mais tarde geraram a cartografia do mundo dividido nos cinco continentes que hoje conhecemos. Designa-se por Maciço de Morais, *sensu lato*, o conjunto formado por rochas ultramáficas-máficas (ricas ou muito ricas em magnésio e ferro) e sequências vulcano-sedimentares metamorfoseadas que ocorrem, quer no Complexo Alóctone Superior, quer no Complexo Alóctone Intermédio, também denominado Complexo Ofiolítico. (Pereira s/d). O Maciço de Morais, no sentido restrito, engloba também o Complexo Alóctone Inferior. As três unidades referidas estão fixadas sobre o Complexo Parautóctone, por elas arrastado na base e à frente, sobre a Zona Centro Ibérica.

A Fraga dos Corvos está, portanto, implantada sobre o Complexo Alóctone Inferior do Maciço de Morais que compreende dois conjuntos de unidades carregadas, a Unidade de Pombais, superior, que ocorre apenas na região da Junqueira (Vimioso), e Unidades Centro-Transmontanas, inferior (Pereira s/d). A paisagem geológica é, assim, dominada pelas rochas metabásicas (xistos verdes, xistos anfibolíticos, anfibolitos e blastomilonitos), os metaperidotitos e os paragnaisses, havendo também a registar a presença de gnaisses, micaxistos e talcoxistos. Surgem, ainda, formações de xistos e grauvaques, rochas quartzíticas e rochas graníticas.

<sup>1</sup> Este trabalho corresponde, com algumas revisões, ao trabalho final da cadeira de Seminário do curso de Arqueologia (1º ciclo) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação do Senhor Professor Doutor J. C. Senna-Martinez.

<sup>2</sup> Licenciada em Arqueologia pela F.L.U.L., Mestranda em Geoarqueologia, F.C.U.L. danielaf\_matos@hotmail.com

### 3. A problemática da exploração do quartzo e do xisto na Pré-História

A problemática das matérias-primas “pouco frequentes” carece ainda hoje de estudos de referência na Pré-História europeia, o que se pode dever a uma “orientación sílexcentrista” (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008:129). Com efeito, outros tipos de matérias-primas como o quartzito, o quartzo, o quartzo hialino, o basalto e o xisto, por exemplo, foram relegados para segundo plano e interpretadas muitas vezes como matérias-primas de substituição ou de último recurso, cuja utilização estaria relacionada com a falta de matéria-prima de boa qualidade. Por outro lado, as propriedades físicas inerentes a estas rochas dificultam o trabalho de leitura e de interpretação dos estigmas presentes nos objectos nelas fabricados, sendo por isso muitas vezes excluídos dos estudos tipológicos, tecnológicos e traceológicos. A atenção dos investigadores acaba por recair especialmente sobre os artefactos produzidos em sílex. Este facto explica a raridade de estudos sobre matérias-primas que não o sílex, tanto a nível metodológico, como em termos de inferências arqueológicas sobre os comportamentos tecnómicos das sociedades estudadas.

Os últimos anos, contudo, assistiu-se a um interesse crescente por estas matérias-primas, multiplicando-se trabalhos de investigação que contemplam não só aspectos metodológicos, como o próprio estudo dos materiais líticos trabalhados pelo Homem (Igreja 2008). Contudo, este trabalho é ainda insuficiente, particularmente no âmbito cronológico da Pré-História das Sociedades Camponesas (Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze). Conhecemos, para o território peninsular e na mesma unidade regional da Fraga dos Corvos, apenas um único trabalho sobre esta temática de autoria de investigadores da Universidade de Santiago de Compostela (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008). As conclusões retiradas por estes investigadores a partir do conjunto de El Pedroso foram fundamentais neste estudo.

### 4. A exploração do quartzo e do xisto no sítio de habitat da Fraga dos Corvos

	Calcedónia	Quartzito	Quartzo amarelo	Quartzo cinzento	Quartzo hialino	Quartzo róseo	Quartzo silicioso	Xisto	Rocha escura
<b>Núcleos</b>	1 (2%)	1 (2%)				2 (4%)	1 (2%)		
<b>Produtos debitados</b>									
Lanças		3 (6%)	3 (6%)	3 (6%)	2 (4%)	1 (2%)	30 (60%)	3 (6%)	2 (4%)
Lâminas							1 (2%)		
Lanceóis		1 (2%)	1 (2%)			2 (4%)			1 (2%)
<b>Utensílios</b>									
Lanças (retaçado)	1 (2%)					2 (4%)	1 (2%)		1 (2%)
Lanceóis (retaçado)						1 (2%)			
Fusões		1 (2%)				1 (2%)	2 (4%)		2 (4%)
Barbs		1 (2%)							1 (2%)
Entalhes	1 (2%)					1 (2%)			
U.A.D.s			1 (2%)			1 (2%)	1 (2%)		
Elementos de fôrca	1 (2%)	3 (6%)	2 (4%)			4 (8%)	6 (12%)	3 (6%)	1 (2%)
Respingos	1 (2%)	2 (4%)				2 (4%)		8 (16%)	
Detritados			1 (2%)			6 (12%)	2 (4%)	1 (2%)	
<b>Material de preparação e revestimento</b>									
Preço com cores			1 (2%)	1 (2%)		2 (4%)	2 (4%)		
Tablótes						2 (4%)	1 (2%)		
<b>Mat. Residual</b>									
Esparilhas						1 (2%)			
Micro-litos							1 (2%)		
Restos de talha	2 (4%)	3 (6%)	5 (10%)	8 (16%)	3 (6%)	1 (2%)			

Tabela 1 - Inventário da Indústria de Pedra Talhada

	Quartzito	Quartzo amarelo	Quartzo cinzento	Quartzo hialino	Quartzo róseo
Percutores	1 (4%)	2 (8%)	25 (88%)	1 (4%)	1 (4%)
Báscuas	1 (2%)		3 (7%)		

Tabela 2 - Inventário geral dos utensílios de talha

### 4.1. Estratégias de aprovisionamento da matéria-prima

Na indústria lítica talhada da Fraga dos Corvos sobressai a utilização exclusiva de matérias-primas locais, com especial relevância para o quartzo e o xisto. As fontes de aprovisionamento da matéria-prima seriam com certeza os blocos desmantelados dos filões de quartzo que cortam os afloramentos de xisto locais, correspondendo a uma estratégia de aprovisionamento directo e no âmbito de exploração do território imediato de captação de recursos. A análise do córtex presente nos núcleos exumados na Fraga, apesar de muito escassos, assim o confirma.

A área de implantação do sítio caracteriza-se, do ponto de vista geológico, pelo domínio de séries metamórficas paleozóicas presididas por xistos e quartzofilitos ordovícicos, que compõem a Formação de Macedo de Cavaleiros, e uma sequência vulcano-sedimentar silúrica de xistos esverdeados, xistos borra de vinho e xistos cinzentos azulados muito siliciosos, que compõem o Complexo vulcano-silicioso (Pereira s/d). Na transição entre as duas unidades há ocorrências de liditos, jaspes e calcários negros, matérias-primas com características físicas e mecânicas favoráveis ao fabrico de uma indústria de pedra talhada de qualidade, mas ainda assim a preferência das populações que ocuparam a Fraga dos Corvos recaiu nos xistos esverdeados e cinzentos, de estrutura foliada e mais quebradiça que, por exemplo, os xistos negros, mais siliciosos (ainda que também estejam representados).

A preferência pelo quartzo leitoso (32%) é flagrante, sendo utilizado no fabrico de todo o tipo de suportes e utensílios, seguindo-se o xisto (30%) e depois os restantes tipos de quartzo. Matérias-primas como o quartzito ocupam um lugar secundário na produção lítica apesar de se registar um aprovisionamento massivo de seixos rolados de quartzito, contabilizando-se 39 seixos de rio desta matéria. Seixos de rio em quartzo também terão sido explorados para talhar, atendendo à análise do córtex dos produtos debitados, visto que predominam o córtex de seixo e de alteração por rolamento. O quartzo é, no entanto, de qualidade medíocre apresentando clivagens e, por vezes, ressaltos.

A aquisição da matéria-prima corresponde, assim, a uma estratégia de abastecimento mista visto que se documentam materiais de origem primária e secundária. A recolha de seixos em quartzo e quartzito associa-se a uma estratégia de captação oportunista, ocasional, associada a deslocações periódicas aos cursos de água mais próximos, nomeadamente à ribeira de Vale de Nogueira e Ribeirinha. Acresce a possibilidade de recolha destes seixos nos terraços do rio Azibo por oportunidade das deslocações para recolha de cobre, com vista à produção de bronze (Geirinhas *et al.* 2008).

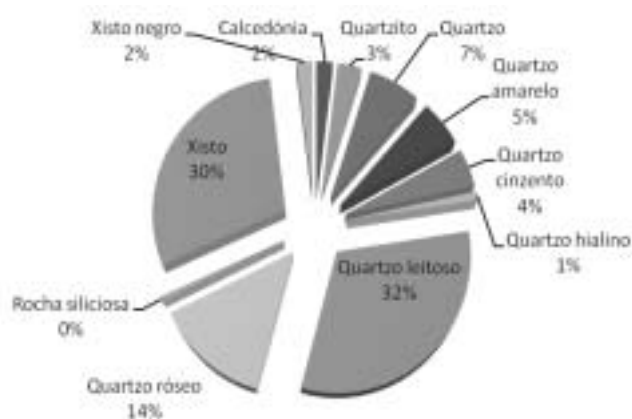


Gráfico 1 - Percentagem de matérias-primas debitadas

## 4.2. O talhe do quartzo: métodos, técnicas e utensílios

### 4.2.1. Propriedades físicas e comportamento mecânico

O quartzo apresenta uma estrutura interna e composição bastante variável, pelo que se torna difícil definir um comportamento mecânico único para este mineral. O resultado de um mesmo gesto técnico pode variar substancialmente dependendo se este é xenomorfo ou automorfo, da sua granulometria ou da existência de planos de debilidade internos. Os processos de formação e a natureza petrográfica do quartzo determinam em grande medida as suas propriedades mecânicas.

Os quartzos formados como aglomerados policristalinos (xenomorfos) apresentam uma estrutura interna com fissuras e diaclases, por entre as quais se introduzem materiais de diferentes características físicas, que alteram a sua composição interna e propriedades mecânicas. O quartzo não é um material homogêneo devido à presença de falhas internas e superfícies cristalinas, que provocam fracturas não intencionais e com uma enorme variabilidade. A fractura do quartzo vai desde a típica concoidal à mais irregular (Lombera Hermida 2008). O carácter policristalino do quartzo provoca que os cristais imperfeitos interrompam e alterem a direcção das ondas de percussão. Já os planos de clivagem ou a cristalização propiciam a existência de pontos a partir dos quais as ondas se propagam com maior facilidade. Ainda que não sejam tão desenvolvidos como no xisto, e por isso não afectem tão significativamente os resultados do talhe, os planos de clivagem induzem a uma direcção de fractura preferencial. Os pontos de clivagem podem ser vantajosos se os planos de cristalização correrem paralelos à direcção do golpe, facilitando a fractura da peça. Mas, se os ditos planos são perpendiculares, há grandes possibilidades de se produzir um rebate, até ao exterior das ondas de percussão, provocando um acidente de talhe característico, denominado de «fractura em *step*» (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008:130).

A redução bipolar sobre bigorna é o método que melhor faz frente às peculiares características mecânicas do quartzo, e também do xisto. A maior força exercida, no método bipolar, durante o golpe, junto com uma firme pressão do núcleo, permite que as ondas de percussão superem os cristais imperfeitos ou os planos de debilidade interna responsáveis por uma boa parte dos acidentes de talhe produzidos por percussão directa.

A redução bipolar sobre bigorna consiste na interacção entre um percutor móvel e um núcleo imóvel colocado longitudinalmente sobre uma bigorna, geralmente pétreo, mas também poderá ser em madeira ou outro material. Este método de talhe diferencia-se do tipo convencional, não só na técnica aplicada mas também nas características dos produtos obtidos e, inclusivamente, na concepção de exploração do material. Trata-se uma estratégia de talhe oportunista e expedita e com um certo descontrolo dos produtos derivados e, por isso, denominado como método de redução, direccionado não tanto para o fabrico de utensílios concretos mas sim à obtenção de lascas e lâminas para serem utilizadas sem retoque ou como suporte de futuros utensílios. O método bipolar permite ultrapassar as limitações qualitativas da matéria-prima pois é aplicável em rochas de difícil talhe, segundo os procedimentos clássicos da debitagem laminar, mas também permite explorar ao máximo um volume de rocha de pequeno nódulo, de outra forma não aproveitado (Carvalho e Gibaja Bao 2005: 375).

Na redução bipolar produz-se uma pancada sistemática em que o percutor geralmente segue uma trajectória cujo ângulo de impacto (90° a 95°) é maior que no caso da percussão directa. O elemento mais característico no talhe bipolar sobre bigorna

é o “contra-golpe” (Prous 2005: 70, in Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán, 2008: 131), originado pela existência de um segundo plano de interacção provocado pela percussão e consequente compressão do núcleo contra a bigorna. No talhe do sílex, pelo método bipolar, é habitual o aparecimento de dois bolbos extremos e de ondas de percussão contrapostas, mas no caso do quartzo o efeito não é tão linear (Prous, 2005: 71 in Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008: 132). Os principais indicadores de talhe bipolar são sobretudo a «fractura em *step*» que provoca uma espécie de repisado característico na extremidade proximal das lascas e dos núcleos (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008: 132); a espessura do talão, que se reduz paulatinamente para uma superfície linear ou punctiforme devido aos ângulos oblíquos de percussão sistemática (Curtoni 1996:193; Prous, 2005:71 in Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008: 132) e a própria delineação dos produtos debitados que, pelo método bipolar, apresentam formas uniaxangulares ou sinuosas. Uma prova indirecta do uso desta estratégia poderá ser a presença de percutores e bigornas.

### 4.2.2. A indústria de pedra talhada em quartzo da Fraga dos Corvos

O número de núcleos é bastante reduzido, contando-se apenas com cinco exemplares em todo o conjunto dos líticos da Fraga dos Corvos. O seu carácter minoritário no interior do conjunto, e o facto de se tratarem apenas de núcleos de quartzo, pode dever-se exactamente aos problemas na identificação deste tipo de peças em campo. De facto, para o caso do xisto, a ausência de núcleos nessa matéria-prima dever-se-á aos problemas de identificação/distinção dos blocos de xisto talhados das lascas.

Os núcleos reconhecidos na Fraga dos Corvos são sobretudo em quartzo de tipos diferentes: quartzo (20%), quartzo leitoso (40%), quartzo róseo (20%), calcedónia (20%). Predominam os núcleos bipolares, com dois exemplares inequívocos, um sobre calcedónia e outro sobre quartzo leitoso. De facto, a utilização do método bipolar permitiu ultrapassar os problemas qualitativos de uma matéria-prima medíocre. Os produtos obtidos são mistos, mas a debitagem orientou-se sobretudo para a obtenção de lascas, bastante irregulares, sem grandes preocupações de normalização nem preparação dos planos de percussão, típico num método de redução aleatória.

As lascas dominam, portanto, o rol dos produtos debitados, contabilizando-se 38 peças, entre as quais 5 são lascas retocadas, considerando-se, portanto, como utensílios. Contam-se apenas 1 lâmina e 8 lamelas, de entre as quais apenas uma é retocada. A matéria-prima preferida é, mais uma vez, o quartzo, dos vários tipos presentes na Fraga, representando cerca de 73% dos casos.

A debitagem do quartzo estava sobretudo direccionada para a obtenção de suportes lascares, com baixo índice de standardização. O formato geral dos bordos de uma peça serve, por vezes, para averiguar o grau de standardização de uma indústria. As lascas de quartzo da Fraga dos Corvos apresentam maioritariamente bordos irregulares, em 39% dos casos, o que aponta para uma economia de produção expedita.

Quanto à utilização, o quartzo é a matéria-prima preferida na maioria dos grupos tipológicos: total dos U.A.D., 90% dos denticulados, 81% dos elementos de foice, 59% dos raspadores, 50% dos buris, 50% dos entalhes. Exceptuam-se os furadores em que apenas 17% utilizam o quartzo como matéria-prima.

No conjunto dos utensílios, contam-se três utensílios de aresta diédrica (ou distal), em quartzo róseo, amarelo e leitoso, 2 em suporte prismático e 1 sobre lasca. Caracterizam-se por um único levantamento lascar, numa só extremidade, um modo



rápido e expedito de obtenção de uma superfície angulosa adequada as funções de raspagem ou perfuração.

De representação mínima na Fraga dos Corvos, conhecem-se apenas um buril e um entalhe em quartzo. O primeiro foi classificado como buril diedro direito. O entalhe, em quartzo leitoso, sobre lasca, foi configurado parcialmente por retoque abrupto.

No caso dos denticulados contabilizam-se 9 peças em quartzo: 1 em quartzo amarelo (10%), 6 em quartzo leitoso (60%) e 2 em quartzo róseo (20%). Os suportes são maioritariamente lascas (78%), com apenas dois exemplares em suporte lamelar (22%). Os denticulados da Fraga foram obtidos por retoque directo, abrupto e semi-abrupto, num dos bordos, definindo reentrâncias.

Contabilizaram-se 23 elementos de foice nas matérias-primas mais frequentes na Fraga dos Corvos: 12 peças em quartzo leitoso (42%); 6 em quartzo róseo (21%); 3 em quartzo (11%); 2 em quartzo amarelo (7%). O retoque é maioritariamente directo, em 18 casos, alternante em 2 casos e inverso em 2 casos. Quanto à repartição, é total em 11 casos, parcial em 5 casos e descontínuo em 6 casos. A extensão é sobretudo marginal-curta, em 15 casos, marginal-longa em 5 casos e invasora em 2 casos. A inclinação é semi-abrupta em 11 peças, abrupta em 10 e rasante apenas em 1 caso. A morfologia é sobretudo sub-paralela, em 11 casos, escamosa em 4 casos, paralela em 5 casos e escalariforme em 2 casos.

Os elementos de foice da Fraga dos Corvos utilizam sobretudo suportes lascas, em 21 dos casos (92%), contando-se apenas 1 peça em suporte laminar (4%) e 1 em suporte lamelar (4%). Quanto aos traços de uso, a abrasão dos bordos é notória em 57% dos casos, sendo que o restante 43% do conjunto apresenta a morfologia típica de um elemento de foice, o serrilhado do gume e o lado oposto embotado, mas sem o lustre nos bordos.

Os raspadores em quartzo representam 59% do total, com 13 peças contabilizadas. Quanto aos tipos, predominam os raspadores distais, em 6 peças, seguidos dos raspadores múltiplos, sendo que em 2 casos são raspadores laterais esquerdos e direitos, 2 casos são raspadores distais e laterais direitos e esquerdos e o restante 1 trata-se de um raspador distal e lateral direito e o outro é um raspador distal e lateral esquerdo. Há ainda um raspador unguiforme em quartzo leitoso.

Os furadores em quartzo representam, opostamente aos restantes tipos, um conjunto minoritário frente ao xisto. De um total de 35 exemplares apenas 6 são em quartzo: 3 em quartzo leitoso (8%), 2 em quartzo róseo (6%) e 1 em quartzo (3%). Os suportes utilizados são sobretudo a lasca. E destes apenas um elemento apresenta traços de utilização, nomeadamente a peça nº 240. Este furador destaca-se por não ter retoque, tratando-se de um pequeno prisma de quartzo com intensas marcas de uso, ponta muito acerada e esboroadada.

É, portanto, notória a predominância dos utensílios de corte perante os de raspagem e perfuração. Estes correspondem a uma utilidade que, considerá-riamos, do “fundo comum”, de uso quotidiano, para actividades básicas ligadas à alimentação, (recolha/agricultura/processamento dos alimentos).

### 4.3. O talhe do xisto: métodos, técnicas e utensílios

#### 4.3.1. Propriedades físicas e comportamento mecânico

As características físicas e mecânicas do xisto diferem inteiramente dos cânones estabelecidos para as rochas microcristalinas (como o sílex), o que contribuiu para o desprezo da aptidão desta matéria-prima para o talhe. A estrutura interna laminada e o carácter foliado desta rocha são os principais factores a ter em conta no seu estudo. A xistosidade consiste, exactamente, numa propriedade estrutural da rocha evidenciada pela existência de planos paralelos (foliação) resultantes da forte recristalização dos minerais no processo de metamorfismo. Como resultado a rocha divide-se em finas lâminas paralelas, uma característica que origina fracturas de tendência desigual e que impossibilitam um processo controlado do talhe, pois as ondas de percussão serão desviadas e/ou interrompidas pelos múltiplos planos existentes no xisto. Estes planos encontram-se cheios de sericites, clorites e outras micas e minerais que alteram a composição interna da rocha. Perante a enorme variabilidade de composição interna e características mecânicas não é possível definir um comportamento único no talhe do xisto.

Os estudos de dinâmica de materiais actualmente conhecidos (Sastre e Calleja 2004) demonstram que há um incremento na velocidade de propagação das ondas elásticas quando estas ocorrem paralelamente aos planos de foliação. Isto significa que, do ponto de vista técnico, a fractura dos blocos de xisto não pode efectuar-se mediante uma percussão perpen-



Fig. 1 - Raspadores em quartzo



dicular ao plano da xistosidade (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008: 135, Fig. 3), pois é possível que as ondas hertzianas não penetrem no material e se produza, assim, uma fractura anárquica impossível de aproveitar ou a extracção de pequenas lascas de grossura ínfima (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008: 134). Portanto, um dos pressupostos do talhe do xisto é a percussão paralela aos planos de foliação da rocha, um processo muito mais controlado, sobretudo se realizado mediante o método bipolar sobre bigorna.

No entanto, a utilização do método bipolar não é facilmente rastreável nos objectos de pedra talhada em xisto pois os prováveis estigmas derivados desta técnica são facilmente confundidos com as falhas que caracterizam a própria rocha. Também os produtos de talhe levantam problemas de diferenciação, pois apresentam características muito peculiares. Na maioria dos casos é quase impossível realizar uma diferenciação morfológica efectiva entre núcleos e lascas mais além da espessura e do tamanho das peças. É também difícil determinar em que ponto da exploração do núcleo se originou uma peça concreta, a menos que se trate de uma lasca cortical, dado que, num só impacto, é possível extrair produtos de vários tamanhos e grossuras. No caso dos produtos debitados (lascas, lâminas e lamelas), a diferenciação entre a face ventral e a face dorsal é, na maior parte das vezes, impossível, visto que não é fácil determinar o talão ou o ponto de impacto. A debitação do xisto, devido à foliação, também não deixa um bolbo evidente, como é típico nos produtos de talhe das rochas microcristalinas. A sua identificação enquanto tal depende

O xisto também não permite efectuar um retoque seguindo um ângulo muito aberto, pois isso implicava uma percussão perpendicular aos planos de clivagem, correndo o risco de uma fractura descontrolada ou um acidente de talhe. Segundo Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán (2008), o retoque deve, tal como na redução dos núcleos, seguir um ângulo paralelo aos planos de foliação da rocha, incidindo sucessivamente nesses planos e seguindo uma direcção desde o bordo até ao interior da peça. O Modo ou ângulo de retoque (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008:135, Fig. 4) depende da distância entre os diferentes planos do xisto, obtida pela pressão de um qualquer objecto brando (osso ou madeira). Um retoque abrupto é obtido quando a distância das lâminas que compõem o xisto é menor e quando essa distância é maior trata-se de um retoque plano (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008:135). A morfologia tenderá a ser escalariforme.

#### 4.3.2. A indústria de pedra talhada em xisto da Fraga dos Corvos

O conjunto dos líticos talhados em xisto identificados, até ao momento, no habitat da Fraga dos Corvos é bastante reduzido. O processo de triagem que efectuámos excluiu a maioria dos materiais recolhidos em escavação por se tratarem de peças sem transformação antrópica, meras lascas naturais com xistosidade sugestiva de talhe.

Na amostra formada persistem sobretudo utensílios, peças retocadas e indubitavelmente transformadas pela mão do Homem. Tal como já foi referido anteriormente, não possuímos núcleos em xisto o que se deve, muito provavelmente, aos problemas na identificação deste tipo de peças em campo. De facto, a ausência de núcleos de xisto dever-se-á aos problemas de identificação/distinção dos blocos de xisto talhados dos blocos naturais visto que o carácter foliado do xisto não deixa os mesmos estigmas que as rochas de fractura concoidal. Quanto aos produtos, estes também são escassos, conhecendo-se apenas 4 lascas do tipo de xisto mais comum

(cinzento e esverdeado) e 1 lasca de xisto negro. Não podemos, mais uma vez, deixar de registar os problemas de reconhecimento das lascas de xisto em campo, quando estas não apresentam transformação notória, facilmente confundidas com lascas naturais, o que de algum modo desvirtua esta análise.

Com mais representatividade encontram-se utensílios como os furadores. Foram recolhidos 35 exemplares dos quais 29 em xisto, representando 83% do total. Deste conjunto apenas 9 peças apresentam traços de utilização notórios (31%), com as pontas polidas, esboroadas ou estriadas, resultado da fricção do instrumento durante a perfuração. Estes utensílios associam-se funcionalmente a um conjunto de materiais incluídos na *Varia*, três lascas naturais em xisto fracturadas pela perfuração, provavelmente com o objectivo de constituírem objectos de adorno, mas também a um outro grupo de materiais exumados no habitat da Primeira Idade do Bronze da Fraga dos Corvos. Estes consideram-se como “artefactos de excepção” pelo significado simbólico que lhes é imputado: três ídolos em talcoxisto polido (Senna-Martinez 2009: Fig. 4, 5 e 6) e um “amuleto”, tipo pendente, em talcoxisto polido, gravado com cabeça de cavalo estilizada (Senna-Martinez e Cardoso 2010: Fig. 7). Os furadores em xisto, a par dos buris, com uma dureza bastante razoável, seriam instrumentos ideais para o fabrico destes objectos numa matéria-prima macia e de fácil perfuração como é o talcoxisto. De facto, notamos que o xisto escolhido para a produção lítica apresenta uma maior compactação e cimentação, o que lhe confere dureza e resistência suficientes para actividades como o corte, a raspagem ou a perfuração.

O único buril em xisto identificado na Fraga apresenta esboroamento da ponta mas também polimento nas arestas, o que pode corresponder a uma multifuncionalidade do utensílio (perfuração/raspagem).

Os raspadores em xisto representam 36% do total, com 8 peças contabilizadas. Quanto aos tipos, predominam os raspadores distais, em 4 peças contabilizadas, seguidos dos raspadores laterais, sendo que em 2 casos são raspadores laterais direitos e 1 raspador lateral esquerdo, e, por fim, um raspador proximal. Estes raspadores foram configurados, sobretudo, por retoque directo (75%) e parcial (62%). A extensão é sobretudo marginal-curta (75%), enquanto a inclinação varia entre o abrupto e semi-abrupto e a morfologia varia entre o sub-paralelo e o escalariforme. A peça nº 918 apresenta uma característica muito particular, o polimento da extremidade proximal, que pensamos ser resultado da utilização, onde se agarrava a peça.

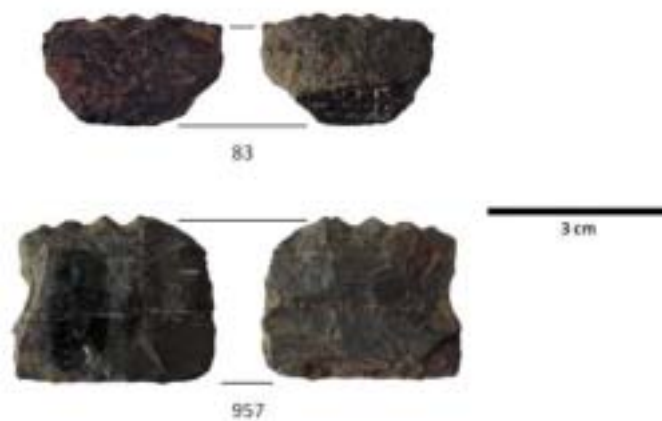


Fig. 2 – Elementos de foice em xisto

Os restantes grupos tipológicos não apresentam grande valor na amostra: 4 elementos de foice, 1 denticulado e 1 entalhe.



##### 5. A produção lítica talhada da Fraga dos Corvos no contexto regional

Para a integração regional da produção lítica talhada do arqueossítio da Fraga dos Corvos foram atendidos os dados de sete sítios arqueológicos com ocupação do Calcolítico Final e Primeira Idade do Bronze, seis em território português e um em território espanhol: Pastoria (Jorge 1986), Fraga da Pena (Valera 2007), Castelo de Aguiar (Jorge 1986), Fumo (Carvalho 2004), "sala 20" do Buraco da Moura de S. Romão (Senna-Martinez 1993), Sola (Bettencourt 2000) e o "Santuário" de El Pedroso, em Zamora (Fábregas Valcarce e Réllan 2008). Esta integração não se afigura fácil perante a subalternização das análises das indústrias líticas face ao estudo das cerâmicas e da metalurgia (Valera 1997:112) para o período cronológico que nos ocupa. Não obstante, procuramos aqui estabelecer alguns paralelos na tecnologia e na dinâmica de produção a partir da informação disponível.

A realidade da Fraga dos Corvos, no que toca à tecnologia lítica talhada, é em tudo semelhante à de estações coevas. As disponibilidades locais em matéria-prima condicionaram fortemente a produção lítica e há, em geral, uma baixa representatividade de matérias-primas exógenas (nula no caso

da Fraga dos Corvos). Excepção à regra é o conjunto lítico talhado da "sala 20" do Buraco da Moura de São Romão (Seia), que utiliza apenas o sílex como matéria-prima. Nos restantes sítios encontramos uma clara dependência do quartzo, dos diversos tipos disponíveis localmente. No sítio do Fumo (Vila Nova de Foz Côa) o volume de rochas usadas para o talhe foi muito mais favorável ao quartzo, com 49% do peso total (Carvalho 2004:207). Nas estações da Sola (Bettencourt 2000:61), Santuário de "El Pedroso" (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008), Pastoria e Castelo de Aguiar (Jorge 1986:760) o peso de matérias-primas locais, nomeadamente o quartzo e o xisto, é bem mais relevante que o do sílex e outras rochas siliciosas com maior aptidão para o talhe.

A produção lítica nestes sítios está essencialmente orientada para a obtenção de lascas, suportes predominantes mesmo para o fabrico da utensilagem. São essencialmente indústrias expeditas, sem grande investimento na configuração dos núcleos ou na transformação dos produtos. Deste modo, a redução era sobretudo aleatória, particularmente nos casos do Fumo, Sola e Fraga da Pena, pois trata-se de indústrias de lascas sem grandes preocupações de normalização. O método de talhe bipolar está também comprovado no Fumo, Fraga da Pena e, muito particularmente, no "Santuário" de El Pedroso. A redução bipolar constituiria a melhor forma de controlar a qualidade inferior da matéria-prima, para além de permitir superar as limitações de força física impostas pela dureza das rochas exploradas. Por ser um método de aplicação de pouco esforço, o sector feminino facilmente fabricava suportes úteis às actividades quotidianas, segundo estudos etnográficos sobre as populações aborígenes de Papua-Nova Guiné (Hardy 2006 in Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008). Mas associar este método de talhe exclusivamente às mulheres, na Pré-História, é, por ora, excessivo.

As indústrias líticas do Noroeste ibérico no Calcolítico Final/Primeira Idade do Bronze caracterizam-se, portanto, pelo seu carácter expedito, atendendo às definições de Binford (1983) e Andrefsky (1994): *expedient tools* (Binford 1983) ou *informal tools* (Andrefsky 1994) são instrumentos de fabrico tecnologicamente simples, utilizando matérias-primas acessíveis localmente, produzidos e abandonados na área de actividade, pouco ou nada retocados e sem qualquer nível de standardização. Os «utensílios informais», caracterizados pelo seu carácter de produção/utilização imediata, são, sobretudo, associados a grupos com algum grau de sedentarização (Andrefsky 1994:22). Opõem-se às *curated tools* (Binford 1983) ou *formal tools* (Andrefsky 1994), i.e., tecnologias mais complexas, standardizadas, utilizando matérias-primas de boa qualidade e geralmente exógenas, antecipando desde logo o transporte para uso futuro, sendo produzidos nos acampamentos-base e abandonados noutros locais, quando já não são passíveis de reciclagem.

A produção lítica na Idade do Bronze é, assim, bastante simples e directa e define-se, em suma, pelas seguintes características: a qualidade da matéria-prima torna-se pouco importante; não há muitas evidências de preparação dos talões ou de rejuvenescimento dos núcleos e são, tendencialmente, indústrias de lascas (Butler 2009). Acresce, ainda, a gradual diminuição dos utensílios formais produzidos. De facto, o leque de instrumentos é bem menor, persistindo maioritariamente instrumentos de raspagem e perfuração (raspadores, UAD's, furadores), indispensáveis nas actividades do quotidiano.

O conjunto lítico da Fraga dos Corvos afasta-se do padrão regional no que toca à produção de pontas de projectil, pois todas as possíveis pontas de seta foram eliminadas no processo de triagem, visto que constituíam apenas formas naturais do xisto

sugestivas desse tipo de instrumento.

As pontas de seta são um dos grupos tipológicos mais frequentes em contextos do IV e III milénio em toda a Península Ibérica. Quanto ao Norte de Portugal, estas dominam o repertório lítico dos túmulos megalíticos do Noroeste (Jorge 1982). No panorama geral, parece verificar-se uma tendência para o declínio da sua produção a partir da 2ª metade do III milénio. Este tipo de artefacto surge ainda com alguma frequência em sítios como “Santuário” de El Pedroso (12 peças), em Castelo de Aguiar (13 peças), enquanto na Fraga da Pena são apenas 8, representando 7,3% do total da indústria lítica do sítio, em Pastoria, 7 peças em xisto, e no Fumo conhecem-se apenas dois exemplares em quartzo. A baixa representatividade deste tipo de instrumento talvez se deva aos condicionamentos da matéria-prima, ainda que esteja provado o conhecimento de técnicas de debitage e retoque para o quartzo e xisto (Fábricas Valcarce e Rodríguez Rellán 2008), que possibilitavam a sua produção e, aparentemente, garantiam, segundo estes autores, alguma eficácia.

A progressiva substituição da pedra pelo metal parece ser o argumento latente para explicar esta diminuição (Butler 2009:123). Se quanto aos instrumentos de uso quotidiano o registo arqueológico desmente essa substituição, no que toca aos materiais tipicamente classificados como “armas” essa afirmação parece-nos plausível, conquanto insustentável em termos de caça. Poderemos interrogar-nos, neste particular, se a utilização de matérias-primas orgânicas (osso/chifre), de difícil conservação em solos muito ácidos, não estará por detrás da sua rarefacção em pedra. Tal mudança é particularmente visível no registo funerário, com a crescente descoberta de enterramentos individuais com um espólio metálico associado a símbolos de poder e estatuto, inclusivamente em metais nobres. O «pacote artefactual de acompanhamento», na Primeira Idade do Bronze Peninsular, pode incluir cerâmicas campaniformes (mundos Palmela-Geométrico ou Ciempozuelos Pleno), armas (pontas Palmela, punhais de lingueta e alabardas) e, por vezes, jóias de ouro (Senna-Martinez 2007:121). Os primeiros bronzes surgem no Noroeste, dentro do segundo quartel do II milénio (1750-1500 AC) materializados nos machados Tipo Bujões/Barcelos, os primeiros artefactos produzidos com ligas Cu/Sn. A evidência mais precoce deste tipo de produção metalúrgica encontra-se exactamente nos arqueosítios da Sola e Fraga dos Corvos. Todavia, estes materiais metálicos possuem um valor muito mais simbólico do que prático. De facto, a economia destes grupos populacionais do Norte de Portugal continua a assentar nos meios de trabalho anteriores (tecnologia de pedra talhada e polida)<sup>2</sup>, sem grande capacidade de armazenagem e excedente.

A produção metalúrgica, em pequena escala, destas sociedades da Primeira Idade do Bronze apresenta, assim, uma natureza não-económica que se enquadra num sistema económico-social do tipo “*staple-finance*” (Senna-Martinez 2009). As armas metálicas deste período devem, portanto, ser entendidas como “elementos de prestígio” (Senna-Martinez 2009), enquadráveis num novo “discurso de poder”, com o objectivo de controlo simbólico de um determinado território.

A introdução dos metais não teve, assim, grande impacto na tecnologia lítica. A produção metalúrgica apresenta uma dimensão própria e pretende responder a objectivos muito diferentes. As indústrias líticas permanecem como os principais instrumentos de trabalho, sobretudo nas actividades básicas,

como a alimentação. Não deixa, no entanto, de ser notória a ausência de machados de pedra polida e enxós no conjunto da Fraga dos Corvos, o que nos conduz a afirmar a sua provável substituição pelo equivalente metálico, tal como acontece noutros contextos europeus (Butler 2009).

### Considerações finais

O estudo da tecnologia lítica da Fraga dos Corvos foi encarado como um desafio, desde o início do projecto, pelas características óbvias do conjunto. A falta de bibliografia especializada sobre as indústrias líticas de quartzo e xisto tornou este trabalho particularmente difícil mas também mais interessante na medida em que me obrigou a um maior esforço de pesquisa e a buscar em outras áreas do saber as vias de resposta aos problemas que se colocaram.

Foi, assim, possível caracterizar um conjunto dos materiais líticos inéditos que, como tantos outros do mesmo período e região, carecia de atenção e de estudo. Consideramos, portanto, concluído o objectivo de contribuir um pouco para o conhecimento da cultura material das populações da Primeira Idade do Bronze no Noroeste da Península Ibérica, deixando ainda muitas questões em aberto sobre a sua tecnologia lítica.

Julho-Agosto 2010 | Lisboa/Torres Novas/Setúbal

### Referências bibliográficas

- ANDREFSKY, W. (1994) – *Raw-Material Availability and the Organization of Technology*. In: *American Antiquity*, Vol. 59, N. 1 (Jan., 1994), p. 21-34
- BETTENCOURT, A. M. S. (2000) – O povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal. Ed. *Cadernos de Arqueologia. Monografias - 9, Braga*
- BINFORD, L. (1983) – Em Busca do Passado: a descodificação do registo arqueológico. *Fórum da História. Publicações Europa-América*
- BUTLER, C. (2009) – *The demise of the flint tool industry*. In CLARK, P., Ed. - *Bronze Age Connections: Cultural Contact in Prehistoric Europe (Dover, 2006)*. *Oxbow Books*, p. 122-128
- CARVALHO, A. F., GIBAJA BAO, J. F. (2005) – *Talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço Calcário Estremenho (Portugal): matérias-primas, tecnologia e análise funcional*. In ARIAS, P., ONTAÑON, R., GARCIA, C., Eds. - *Actas del III Congreso del Neolítico en la Península Ibérica (Santander, 2003)*. *Santander: Universidad de Cantabria*, p. 373-381
- CARVALHO, A. F. (2004) – *O Povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (Trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7-1, p. 185-219
- CARVALHO, A. F. (1998) – *Talhe da pedra no Neolítico antigo do maciço calcário das Serras d'Aire e Candeeiros (Estremadura Portuguesa)*. Um primeiro modelo tecnológico e tipológico. *Lisboa: EAM - Estudos Arqueológicos da Bacia do Mondego*
- CURTONI, R.P. (1996) – “*Experimentación con bipolares: indicadores e implicancias arqueológicas*”. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología XXI*, p. 187-224
- FÁBRICAS VALCARCE, R., RODRÍGUEZ RELLÁN, C. (2008) – “*Gestión del cuarzo y la pizarra en el Calcolítico peninsular: el “Santuário” de El Pedroso (Trabajos de Aliste, Zamora)*”. *Trabajos de Prehistoria*, Vol. 65, 1, p. 125-142
- GEIRINHAS, F.; GASPAS, M.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F. e SILVA, R.J.C. (2008) – “*Copper isotopes on artifacts from Fraga dos Corvos First Bronze Age habitat site and nearby Cu occurrences: an approach on metal provenance*”. In: *Actas V Simposio Internacional «Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo»*. *León (España)*
- IGREJA, M. A. dir. (2008) – “*Estudos funcionais recentes em matérias-primas alternativas ao sílex: avanços metodológicos e inferências arqueológicas*”. *Lisboa. WORKSHOP Internacional*. 23-25 Maio 2008. <http://www.workshop-traceologia-lisboa2008.com/index.htm>
- JORGE, S.O. (1986) – Povoados da pré-história recente: III.º inícios do II.º Milénio a.C. da Região de Chaves – V.ºP.º de Castelo de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental). *Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto*
- JORGE, V.O. (1982) – Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto - os monumentos e a sua problemática no contexto europeu. *Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto*
- LOMBERA HERMIDA, A. (2008) – *Quartz morphostructural groups and their mechanical implications*. *Annali dell'Università degli Studi di Ferrara Museologia Scientifica e Naturalistica. Ferrara. vol. Special*, 101-104
- PEREIRA, E. (s/d) – *Breve História Geológica do NE de Trás-os-Montes (Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e Maciço de Morais)* <http://www.azibo.org/geohistorappaa.pdf>
- RODRÍGUEZ SASTRE, M.A. e CALLEJA, L. (2004) – “*Caracterización del comportamiento elástico de materiales pizarrosos del Sinclinal de Truchas mediante ultrasonidos*”. *Trabajos de Geología. Universidad de Oviedo*, n.º 24, 153-164
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (2009) – “*Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas*”

<sup>1</sup> Confirmado pelo estudo realizado pela própria no âmbito da Bolsa Fundação Amadeu Dias/Universidade de Lisboa (2009-10), subordinada ao tema “A Tecnologia Lítica do Sítio de Habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)”.

- na Primeira Idade do Bronze". Estudos Arqueológicos de Oeiras. *Oeiras. Câmara Municipal*. 17, p. 467-488
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (2007) – "Aspectos e Problemas das Origens e Desenvolvimento da Metalurgia do Bronze na Fachada Atlântica Peninsular". Estudos Arqueológicos de Oeiras. *Oeiras. Câmara Municipal*. 15, p. 119-134
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1993) – "A ocupação do Bronze Pleno da sala 20 do Buraco da Moura de São Romão". Trabalhos de Arqueologia da EAM. *Lisboa. Colibri*. 1, p. 55-75
- SENNA-MARTINEZ, J.C., CARDOSO, M. (2010) – "A horse! A horse! My kingdom for a horse!". *Cadernos Terras Quentes Macedo de Cavaleiros. Câmara Municipal*. 7, p.41-46
- TIXIER, J., INIZAN, M-L., ROCHE, H. (1980) – Prehistoire de la Pierre Taillée. Terminologie et Technologie, *Tomo I, CREP*
- VALERA, A. C. (2007) – Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda). *Município de Fornos de Algodres / Terras de Algodres – Associação de Promoção do Património de Fornos de Algodres*
- VALERA, A. C. (1997) - O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda). Aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego. *Textos Monográficos 1, Lisboa. Câmara Municipal de Fornos de Algodres*
- ZILHÃO, J. (1997) - O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa. *Lisboa. Colibri*



# Os recipientes cerâmicos do sítio do Alto da Madorra

## 1. Introdução e enquadramento geográfico

Este trabalho corresponde à revisão do trabalho de Seminário de licenciatura intitulado “Estudo dos recipientes cerâmicos do sítio do Alto da Madorra” apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação do Senhor Professor Doutor João Carlos de Senna-Martinez, e que agora se publica.

Neste trabalho analisamos o material cerâmico do sítio arqueológico do “Alto da Madorra”, ou também conhecido como “Madorra 1”. O sítio do Alto da Madorra foi identificado no decorrer das obras do IP2 no troço Pinhovelo/Vale Benfeito, e iria ser afectado pelo traçado previsto deste troço. Assim sendo, foram levadas a cabo, no ano de 1997, intervenções arqueológicas de emergência realizadas pela empresa ARQUEOHOJE, com o objectivo de verificar o tipo de estação arqueológica e minimizar o impacto criado pelas obras (Carvalho, *et alli*, 1997).



Figura 1 – Carta militar de Portugal na escala 1:25000, Carrapatas (Macedo de Cavaleiros), folha 77, 1995.

O sítio de habitat do “Alto da Madorra” (Fig. 1), também conhecido como “Madorra 1”, é um povoado aberto cujo os vestígios da sua ocupação se distribuíam sobretudo pelo topo e encosta sul/sudeste de um pequeno monte, de perfil cónico, com uma cota máxima de 563,2 metros, tendo desfrutado de um razoável domínio visual sobre a paisagem envolvente, sobretudo no que diz respeito à direcção para sul e sudeste.

O Alto da Sequeira e a Serra do Facho constituem o limite visual a Oeste e Noroeste e a Serra de Pinhovelo a Norte. Para Sul e Este o território visual abrange grande parte da depressão de Macedo de Cavaleiros, tendo como limite a Serra de Bornes. A Ribeira de Travanca é a linha de água que passa na base destes relevos a cerca de 500 metros a Este.

A 20 metros para Este do ponto de cota mais elevada, encontra-se um marco granítico com uma cruz patada gravada numa das faces, tratando-se de um marco divisório das freguesias de Travanca, Vale Benfeito e Carrapatas. Administrativamente o sítio de habitat do “Alto da Madorra” pertence à freguesia de Vale Benfeito, Concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança.

## 2. A Intervenção

De acordo com o relatório consultado foram primeiramente efectuados trabalhos de prospecção de superfície no local que levaram à recolha de alguns artefactos cerâmicos (fragmentos cerâmicos lisos e decorados, com especial relevo para a decoração penteada e incisa) e líticos (dois machados de pedra polida, um elemento fixo de moinho manual de grandes proporções, vários elementos móveis de moinhos manuais e vários polidores) cronologicamente integráveis num período indefinido da Pré-História das Sociedades Camponesas e que, segundo as indicações constantes no estudo de impacto ambiental, indicariam uma cronologia “calcolítica” para o sítio. Na intervenção no sítio, segundo o relatório efectuado pela empresa ARQUEOHOJE (Cardoso *et alli*, 1997) foram abertas várias valas nos espaços onde tinham sido recolhidos mais artefactos durante a prospecção de superfície, tendo no decorrer dessa intervenção sido identificadas apenas duas zonas com vestígios de áreas habitacionais, nomeadas “Sector A” e “Sector B”.

O Sector A revelou-se de difícil caracterização, sendo definido pela acumulação de alguns elementos pétreos que, em algumas zonas deste sector, formavam uma espécie de “empedrados”, que delimitavam uma depressão no afloramento ou solo base, formando possivelmente uma bolsa, onde permaneceram intocados alguns fragmentos cerâmicos e um machado de pedra polida. Ainda neste sector, foram identificados dois sulcos escavados no solo de base, quase paralelos, podendo corresponder possivelmente aos negativos de uma estrutura, realizada em material perecível, provavelmente para protecção contra os ventos.

A estratigrafia desta área revelou-se simples, com uma única camada de ocupação. Quanto ao espólio exumado, este é maioritariamente cerâmico, sendo que há indicação da recolha de um machado fracturado em anfíbolito, um fragmento de movente de mó manual, dois fragmentos de “pesos de tear em xisto” e vários polidores.

Há ainda, no que consta sobre este sector, uma referência à exumação de vários fragmentos de “barro de cabana” ou “barro de revestimento”.

No que diz respeito ao espólio cerâmico deste sector é essencialmente liso; no entanto foram encontrados fragmentos cerâmicos com decoração. Quanto às técnicas e motivos decorativos deste espólio, nele encontram-se representadas fiadas de punção sobre o bordo, séries de punções formando triângulos, séries de triângulos incisos preenchidos com linhas oblíquas também incisas ou puncionamentos e, apenas num fragmento, uma banda de linhas incisas, sub-verticais, delimitadas no topo e na base por fiadas de puncionamentos. Quanto às formas do espólio deste sector, prevalecem os recipientes fechados, esféricos e de fundo redondo.

Na escavação do Sector B a área intervencionada apresentava-se extremamente remexida devido aos trabalhos agrícolas, visto que esta seria uma zona de cultivo de trigo e centeio, o que levou a uma dificuldade em retirar leituras estratigráficas.

<sup>1</sup> Licenciado em Arqueologia (1º ciclo) e aluno do Mestrado em Arqueologia (2º ciclo) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Contudo daqui foram obtidos os dados mais seguros sobre a ocupação humana existente neste sítio arqueológico.

Foi encontrada uma área de combustão associada a mais de uma centena de fragmentos cerâmicos, que correspondem a cerca de uma dezena de recipientes, dois polidores e um fragmento de um movente. A ideia tirada desta área de carvões é de que ali poderá ter existido uma estrutura de madeira que terá ardido e ruído, destruindo e selando esta área de habitat.

O espólio cerâmico deste sector permitiu realizar observações relevantes. No quadrante SE, Q4, foi identificada uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos que apresentaram colagens entre si o que permite interpretá-los como quebrados *in situ*. Esta situação parece não se ter dado no quadrante NO de R4 deste sector, onde existem colagens, mas a maioria dos fragmentos são de recipientes incompletos. Esta situação fez supor que a área correspondente a R4 terá funcionado como uma área de detritos e Q4 ter funcionado como uma área de ocupação efectiva de carácter doméstico.

A estratigrafia deste sector revelou dois níveis de ocupação, a Camada 1 e a Camada 2, sendo que a Camada 2 corresponde ao nível com elementos carbonosos, e é tida como o nível de destruição do povoado. A uma dada altura do povoado a estrutura de madeira que cobria a área doméstica ardeu e ruiu, e com a sua queda quebrou os recipientes dentro desta área e selou este nível ocupacional.

Quanto ao espólio encontrado neste sector, é maioritariamente cerâmico, tendo ainda sido recolhidos dois polidores e um fragmento de elemento móvel de moinho em granito. No que diz respeito ao material cerâmico, finalmente, predominam os fragmentos de cerâmica lisa, tendo sido também identificados recipientes com decoração penteada, distribuída em duas ou três fiadas de punções sob o bordo, quanto às formas deste material, elas são maioritariamente fechadas e esféricas de fundo redondo.

### 3. O Conjunto cerâmico

O material que se trata aqui está depositado à guarda da Associação Terras Quentes, sendo constituído por um pequeno conjunto de doze fragmentos cerâmicos, na sua maioria decorados com motivos penteados e a que não é possível fazer corresponder qualquer um dos contextos referidos no relatório da Arqueohoje que se apresenta demasiado sucinto e incompleto. É manifesto que o conjunto artefactual entregue pela empresa responsável à Associação Terras Quentes, via Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, parece compreender apenas uma parte do que terá efectivamente sido recuperado (e conservado?).

O estudo do conjunto do Alto da Madorra partiu da tentativa de reconstituição gráfica dos recipientes e análise dos mesmos quanto à sua informação tecnológica, morfológica e decorativa seguindo os pressupostos teórico-metodológicos definidos sobretudo na tese de mestrado de Elsa Luís (2010), seguindo o seu conjunto de campos analíticos baseados em propostas efectuadas por Senna Martinez (1986, 1993), Raquel Vilaça (1995, p.42-55) e Séronie-Vivien (1982) e ainda em António Carlos Valera (2007) para a parte decorativa.

O conjunto é constituído por doze fragmentos de recipientes, quase todos reconstituíveis graficamente (Estampas I-IV), sendo onze deles decorados e apenas um não decorado.

Numa análise global, observou-se um predomínio claro das formas globulares. Os tipos representativos são as taças (Forma 2), os esféricos (Forma 5 e 8), globulares (Forma 6) e vasos fundos (Forma 13).

Tabela de Formas

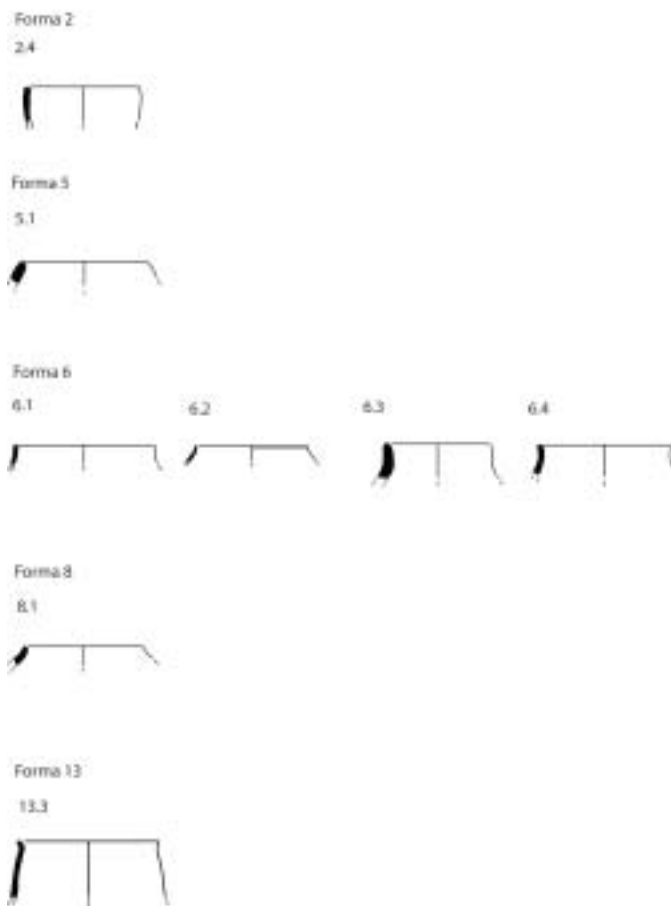


Figura 2 - Tabela de Formas do Alto da Madorra

Em termos de subtipos, nas taças apenas se encontrou um fragmento de taça representativo do subtipo 2.4, taça hemielipsoidal funda. Nos esféricos correspondendo a duas formas diferentes foram encontrados dois subtipos, o subtipo 5.1, esférico simples, e o subtipo 8.1 correspondente a recipientes fechados, denominados de esféricos achatados. No que corresponde aos globulares identificaram-se quatro subtipos: subtipo 6.1, globular de colo vertical; subtipo 6.2, globular de colo baixo; subtipo 6.3, globular de colo troncocónico; e o subtipo 6.4, globular de colo estrangulado. Por fim nos vasos fundos, tipo saco, apenas se verificou um fragmento desta forma, trazendo com ele uma problemática inovadora pois não se encaixava em nenhum dos subtipos apresentados na tabela de referencia, pois são subtipos representativos de formas de bordo redondo e direito ou formas ligeiramente fechadas e o fragmento representativo deste conjunto apresenta-se com a mesma forma direita e funda tipo saco mas com um bordo de perfil redondo exvertido. Assim sendo decidiu-se abrir um novo subtipo, que será apresentado na tabela de formas (Fig. 2), denominado como subtipo 13.3.

O conjunto cerâmico apresentado só contém dez fragmentos com bordo e, dentro desses dez só se conseguiram distinguir dois tipos de bordo, os bordos de perfil redondo com orientação direita e os bordos de perfil redondo com orientação exvertida. Realço ainda que neste conjunto também existe apenas um bordo que está decorado, sendo este de perfil redondo e de orientação direita.

Os fragmentos do conjunto foram macroscopicamente observados e descritos quanto às suas pastas, sendo que dentro

deste campo teve-se em conta a sua textura, a consistência, cozedura e frequência e calibre de elementos não plásticos nas peças. Foram ainda caracterizados quanto ao seu tratamento de superfície, onde se observou os lados externos e internos dos fragmentos e, por último, o conjunto de fragmentos foi ainda caracterizado quanto ao seu estado de conservação.

O conjunto apresenta pastas compactas de textura xistosa, com cozedura predominante oxidante (8 exemplares), tendo ainda dois exemplares com cozedura redutora de arrefecimento oxidante (re/ox) e outros dois com cozedura predominantemente redutora.

Ainda dentro das pastas, a frequência de elementos não plásticos varia entre pouco frequentes e frequentes, sendo que na sua maioria são pouco frequentes e de calibre pequeno.

As superfícies externas apresentam-se maioritariamente alisadas sobre engobe, com três fragmentos em que este alisado se fez sobre engobe almagrado e um fragmento espatulado sobre engobe; a nível interno os fragmentos apresentam-se, na sua maioria, como alisados sobre engobe, enquanto um fragmento é alisado sobre engobe almagrado.

Quanto ao estado de conservação dos fragmentos, na sua maioria é regular, havendo ainda quatro fragmentos num estado de conservação corroído e dois em bom estado de conservação.

No que diz respeito à presença de decoração, verificou-se que dentro dos doze fragmentos cerâmicos que constituem o total do conjunto, onze são decorados. A localização da decoração é somente no lado externo das peças sendo que numa delas também se verificou decoração no lábio. A nível das técnicas, dominam as técnicas de incisão penteada (Estampas I-IV e Fig. 5), existindo ainda um fragmento decorado a impressão a pente lateral (Fig. 4) e outro com decoração no lábio por impressão a punção (Fig. 5).

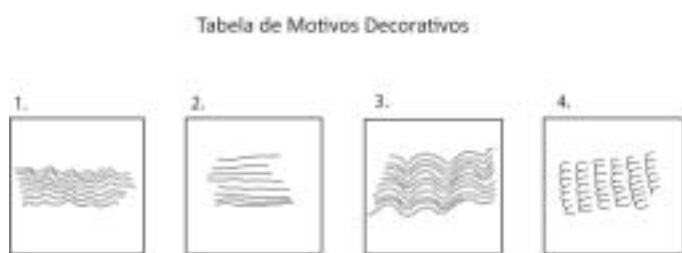


Figura 3 - Tabela de motivos decorativos do Alto da Madorra

Quanto aos motivos, tivemos em conta a tabela de organizações decorativas de António Carlos Valera para a "Malhada" na sua tese de doutoramento (2007), assim sendo considerouse que o conjunto detém dois grupos decorativos, o primeiro representado aqui na tabela de motivos decorativos criada (Fig. 3), como o número 4, com uma organização de tendência horizontal com três bandas de impressões a pente lateral interrompidas por brunimento, formando métopas, esta representação só se aplicou a um fragmento (Fig.4)



Figura 4 - Fragmento (MAD 11) com decoração impressa a punção lateral interrompida por brunimento formando métopas.

O segundo grupo decorativo organiza-se com base em motivos penteados incisos ou linhas onduladas. Dentro deste grupo estão presentes no conjunto cerâmico aqui em estudo dois subgrupos, as bandas penteadas rectas horizontais ou verticais, apresentado aqui na tabela de motivos decorativos como número dois (Fig. 5) e as organizações à base de motivos penteados ondulados apresentado na tabela de motivos decorativos como motivo decorativo número um e três (Fig. 6).



Figura 5 - Recipiente (MAD 03) com decoração em bandas horizontais lineares incisivas a pente.

Dentro deste conjunto só se verificou a presença de uma base, e dela apenas pudemos referir que, quanto ao seu perfil, este é aplanado.

#### 4. Integração regional e discussão

Este conjunto cerâmico não possui dados estratigráficos que



possam servir de referência e de base para a aplicação de um estudo mais aprofundado do mesmo. Nesta análise procurou-se então proceder a uma comparação com outros sítios arqueológicos, tendo-se baseado esta comparação sobretudo nas formas cerâmicas do conjunto e nas suas decorações, encontrando-se paralelos com o povoado da “Malhada” (Valera, 2007), “Fraga da Pena” (Valera, 2007), Buraco da Moura de S. Romão (Senna-Martinez, 1993) e do sítio do “Buraco da Pala” (Sanches M. J., 1997 volume 1).



Figura 6 - Recipiente globular de colo estrangulado (MAD 01) decorado com

bandas de incisões penteadas e a punção sobre o bordo.

O estudo realizado permite afirmar que, ao contrário do inicialmente proposto pelos responsáveis da intervenção no sítio, este conjunto deverá corresponder a um momento inicial da Idade do Bronze, com paralelos na Malhada, Fraga da pena e Buraco da Moura de S. Romão.

Assim sendo, o sítio arqueológico do Alto da Madorra insere-se cronologicamente na transição do III<sup>o</sup> para o II<sup>o</sup> milénio AC, onde se assiste a uma intensificação e diversificação das actividades de base substancial, sobretudo dentro da agricultura e da pastorícia. A metalurgia do cobre é outro factor que merece destaque nesta zona regional do distrito de Bragança com o aparecimento das chamadas Alabardas Tipo Carrapatas, merecendo destaque o aparecimento de um depósito de três destas lâminas no sopé sul do morro do Alto da Madorra (Bártholo, 1959).

Estas Alabardas “tipo Carrapatas” distribuem-se no norte do território peninsular, sendo que em Portugal se restringem apenas à região de Trás-os-Montes oriental, no distrito de Bragança, distinguem-se pela dimensão das suas lâminas e caneluras, o forte nervo central e as suas bases de encabamento triangular com três orifícios. A produção destas Alabardas é considerada como local por vários investigadores, entre eles Harbinson (1967), Harrison (1974), e Ruiz-Galvez Priego (1984), referindo que estas têm origem numa notória influência atlântica de origem imprecisa.

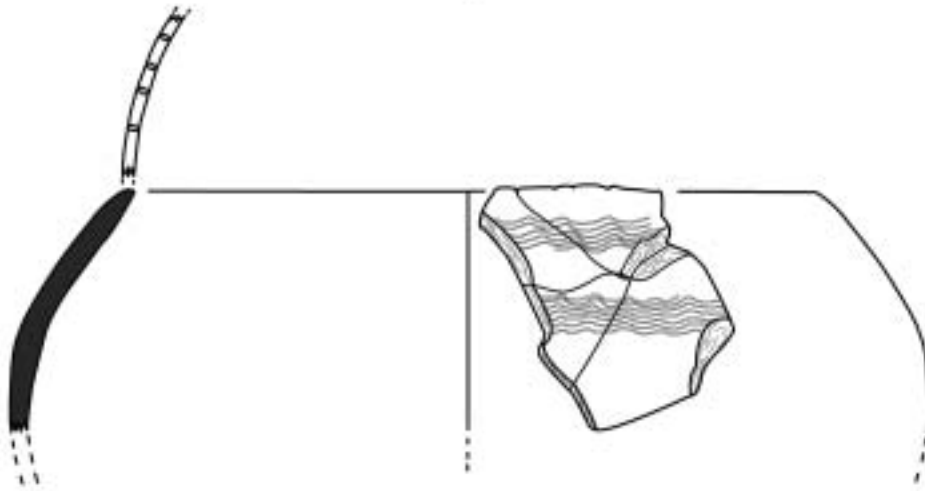
Este tipo de artefacto (c. 2250-1750AC – cf. Senna-Martinez, 2009) confere uma carga fortemente simbólica de ordem social, podendo representar um efectivo exercício do poder. Neste período temporal de transição entre o fim do mundo Calcolítico e o começo da primeira idade do Bronze, este tipo de habitats, como o “Alto da Madorra” interagiria com outras áreas regionais a nível económico-social, havendo termos comparativos (neste caso e como vimos a nível cerâmico) entre áreas regionais mais próximas. Este conjunto não pode ser analisado e comparado a nível estatístico devido a reduzida amostra em estudo e à falta de dados estratigráficos da mesma.

### Bibliografia

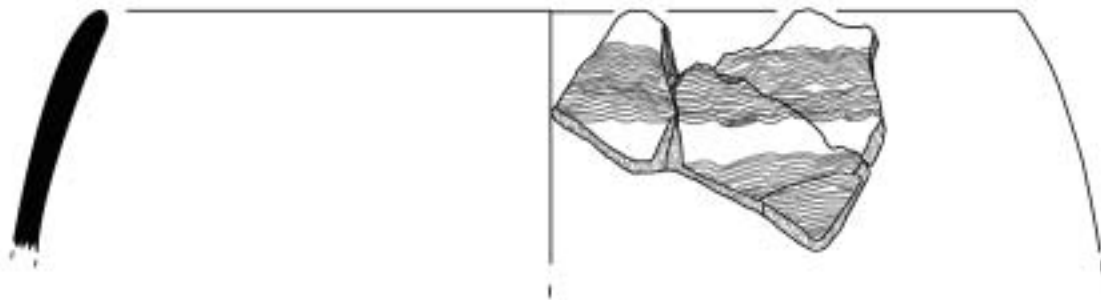
- BÁRTHOLO, M.L. (1959) – “Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança”. In: Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa. Instituto de Alta Cultura. 1, p. 431-39.
- CARVALHO, et alii (1997) - Os Habitats Pré-Históricos do Alto da Madorra e Urreta das Mós (Macedo de Cavaleiros/Bragança), in “Em busca do Passado 1994/1997” Ed. Junta Autónoma das Estradas, Lisboa.
- LUÍS, E. (2010) – A Primeira Idade do Bronze no Noroeste: O conjunto cerâmico da Sondagem 2 do Sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- HARBINSON, P. (1967) - Mediterranean and atlantic elements in Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia. Madrider Mitteilungen, 8. Madrid: Instituto Arqueológico Alemán. Madrid. p. 118.
- HARRISON, R. J. (1974) - A closed find from Cañada Rosal, Prov. Sevilla and two bell beakers. Madrider Mitteilungen. Heidelberg. 15, p. 77-94.
- JORGE, S. O. (1986) – Povoados da Pré-História Recente (III<sup>o</sup> - Inícios do II<sup>o</sup> milénios A.C.) da Região de Chaves - V<sup>a</sup> P<sup>a</sup> de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental). Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 3 vols.
- RUIZ-GALVEZ PRIEGO, M. (1984) – Reflexiones terminológicas en torno a la edad del bronce peninsular. Trabajos de Prehistoria, 41, p. 323-342.
- SANCHES, M. J. (1997), Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional), 2 vol., Textos, 1, SPAE, Porto.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (1985) – Contribuição Para Uma Tipologia da Olaria do Megalitismo das Beiras: Olaria da Idade do Bronze. Clio Arqueologia, 1. Lisboa. p.105-138
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (1989) - Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (1993) – A Ocupação do Bronze Pleno da ‘Sala 20’ do Buraco da Moura de São Romão. Trabalhos de Arqueologia da EAM, 1, pp.55-77.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2009) - Armas, lugares e homens: aspectos das práticas simbólicas na primeira idade do bronze. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 17. Oeiras: Câmara Municipal.
- SÉRONIE-VIVIEN, M. R. (1982) – Introduction à l'étude des poteries préhistoriques. Siège Social: Hôtel des Sociétés Savants, Bordeaux.
- VALERA, A. C. (1997) - O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda). Aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego. Textos Monográficos 1, Lisboa: Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- VALERA, A. C. (2007) – Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3<sup>o</sup> milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda). Município de Fornos de Algodres / Terras de Algodres – Associação de Promoção do Património de Fornos de Algodres.



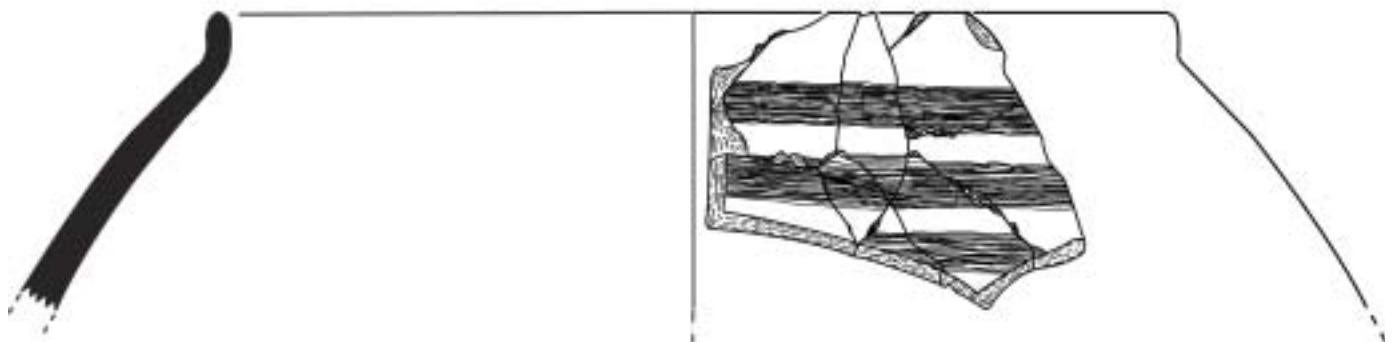
### Estampa I



Alto da Madorra  
Recipiente 1



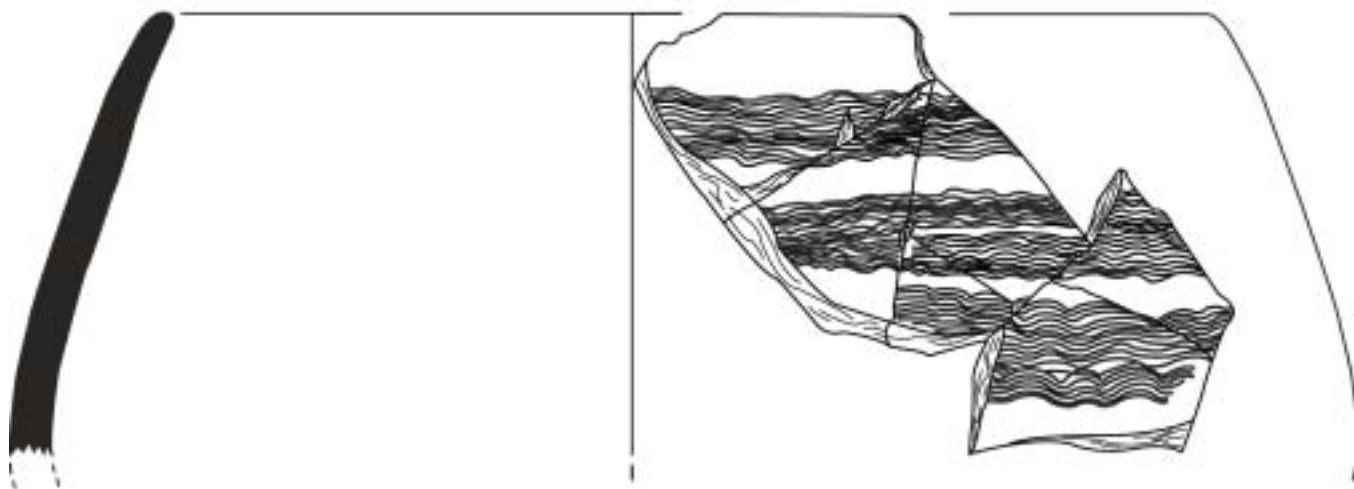
Alto da Madorra  
Recipiente 2



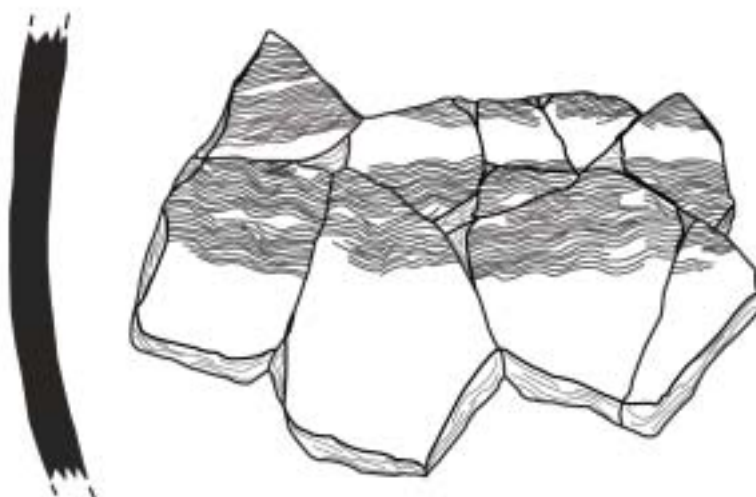
Alto da Madorra  
Recipiente 3



## Estampa II



Alto da Madorra  
Recipiente 4



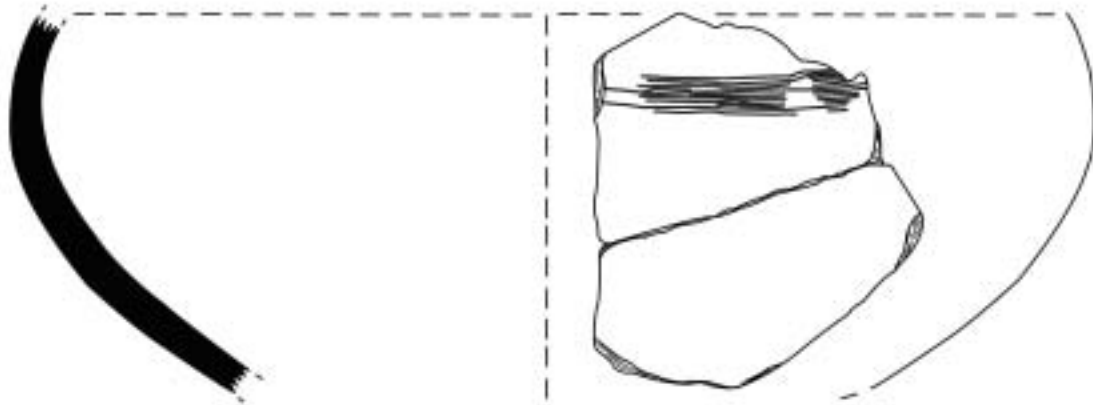
Alto da Madorra  
Recipiente 5



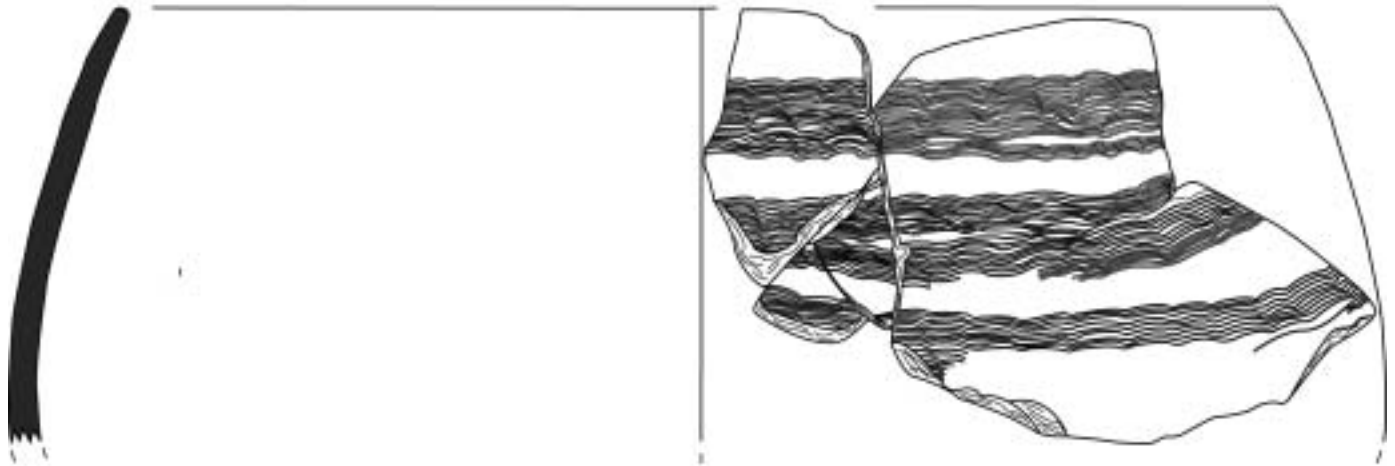
Alto da Madorra  
Recipiente 6



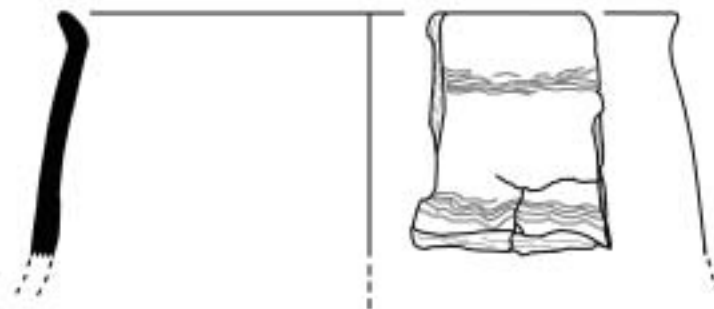
### Estampa III



Alto da Madorra  
Recipiente 7



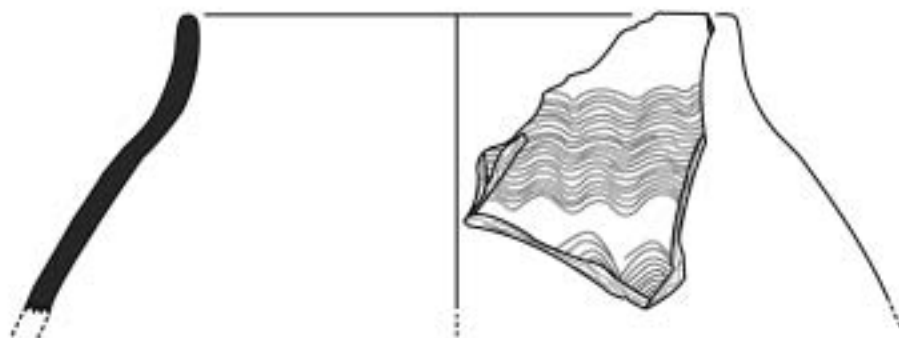
Alto da Madorra  
Recipiente 8



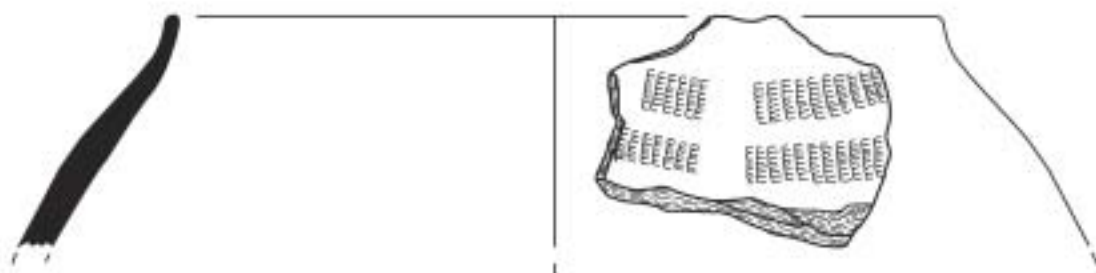
Alto da Madorra  
Recipiente 9



## Estampa IV



Alto da Madorra  
Recipiente 10



Alto da Madorra  
Recipiente 11



Alto da Madorra  
Recipiente 12





# UMA VISÃO ECUMÉNICA DO ORIENTE NA PINTURA PORTUGUESA DO SÉC. XVI

O 'PENTECOSTES' DE ANTÓNIO LEITÃO EM FREIXO DE ESPADA-À-CINTA.



\* Professor Catedrático (Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa); Director Científico do Projecto "Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança – Associação Terras Quentes.

Face ao notável trabalho de recenseamento do Inventário histórico-artístico da Diocese de Bragança-Miranda, levado a cabo em poucos anos, fruto de uma equipa de investigadores com coordenação da Associação Terras Quentes, é da maior justiça afirmar que a História da Arte portuguesa tem vindo a renovar a sua prática. No que respeita à pintura antiga, surge uma nova visão globalizante e inter-disciplinar, capaz de enfrentar sem preconceito as velhas e redutoras perspectivas de auto-menorização.

O quadro de António Leitão recenseado no Verão de 2009 no curso de uma das campanhas deste Inventário constitui um bom exemplo daquilo que se afirma. Quando vemos o esquecimento a que foi votado esse pintor quinhentista, a que ainda se chamava «*mui insigne pintor*» em 1622 por perdurar a memória das suas qualidades, é de insistir no trabalho inadiável que cabe à História da Arte, aos técnicos de conservação e restauro e aos agentes de Património no sentido de resgatarem o tanto que existe no património do nosso país e continua por estudar, identificar, documentar, preservar, redignificar e dar a conhecer. Perante tábuas como a *Visitação da Virgem a Santa Isabel* da Capela de Sant'Ana de Cepões (Lamego), que ele pintou em 1565, ou o recém-identificado *Pentecostes* na capela de Santo António de Freixo de Espada-à-Cinta, pintado cerca de 1580, torna-se evidente a alta qualidade artística de muitas nebulosas do nosso conhecimento colectivo, que urge ultrapassar através do trabalho da História de Arte, com os conservadores-restauradores e os agentes de património. Este *Pentecostes* de Freixo de Espada-à-Cinta é peça de grande valia iconográfica e artística, até porque se trata de uma composição de pendor ecumenista (dentro do sentido que tal poderia ter à luz das valências da época) e que integra as mais antigas

representações de figuras nipónicas na arte europeia, coeva talvez da passagem pela corte portuguesa (1584) da comitiva japonesa enviada ao papa e descrita na crónica do padre jesuíta Duarte de Sande, o que evoca o colorido exótico das descrições coetâneas do padre Luís Fróis (*Historia de Japam*), do mercador-escritor Jorge Álvares (que era, por coincidência, natural de Freixo de Espada à Cinta) e de Fernão Mendes Pinto (autor da *Peregrinação*, ainda então por publicar), o que torna a pintura de Leitão, pela sua actualidade, singular testemunho artístico do *encontro de culturas* entre Portugal e o Oriente num momento em que a missão jesuítica na Ásia vivia tempos de implantação e, dada a receptividade, de aparente esplendor.

É ainda pouco conhecida a figura de António Leitão, que nasceu cerca de 1530 em Castelo Bom (Almeida) na raia beirã, no seio de família de «*homens muito principaes dos melhores deste Reino*». Graças ao apoio de seu tio, Domingos Leitão, figura importante da diplomacia do tempo de D. João III, e que foi embaixador da Infanta D. Maria na Flandres e em França, António Leitão pôde vir cedo para Lisboa e entrar ao serviço da Infanta, a quem serviu como «*moço de câmara*». A Infanta ir-lhe-á custear, em 1562, um estágio em Roma para aí «*ir aprefeiçoar*» a arte da Pintura. Entretanto, foi soldado na Flandres, e estadeou, ao serviço da Infanta, na cidade de Antuérpia, aí casando com a pintora flamenga Luzia dos Reis. Acompanha seu tio em missões em Bordéus e nos Países Baixos. Novos documentos mostram que entre 1564 e 1580 residiu entre Lamego, Pinhel e Castelo Bom. Em 1581, o apoio ao infeliz candidato ao trono, D. António, Prior do Crato, levou o casal a auto-exilar-se em Miranda e de seguida em Bragança, onde morreram, sepultados na igreja de São João Baptista, em data incerta após 1595. A obra, espalhada por Lamego, Cepões, Vila







Nova de Foz Côa e Freixo de Espada à Cinta, começa a ser revalorizada. Mostra as influências de Salzedo, Gaspar Dias e outros italianizados de Lisboa, bem como as da *Bella Maniera* italo-flamenga, que conheceu *de visu*.

O único painel de Leitão identificado até ao fim do século passado era o painel da *Visitação da Virgem* pintado em 1565 para o retábulo da antiga igreja da Misericórdia de Lamego, que passou, mais tarde, para a aldeia de Cepões (perto de Lamego), onde decora a Capela de Santa Ana. Foi restaurado em 1998-2000 na Escola Superior de Tecnologia de Tomar (com tese de Beatriz Albuquerque sobre a intervenção). Sabemos pelas documentação dada a conhecer por Vergílio Correia que António Leitão teve de alterar vários aspectos do retábulo, pois houve figuras que não agradaram à confraria no painel central, tal como pôde ser verificado através do recente estudo físico da pintura. No fim do séc. XVIII outro retábulo de gosto neoclássico (com enorme tela do lisboeta Pedro Alexandrino, hoje no Museu de Lamego) substituiu o antigo retábulo de 1565.

Segundo alguns relatos recolhidos após a morte, António Leitão residiu alguns anos na sua vila natal depois de regressar da Flandres. Era parente de outro ilustre *eupuryensis* (nascido em Castelo Bom), o Dr. António Leitão, estudante na Sorbonne em 1542 e professor de Filosofia em Santa Bárbara em 1547. Ele e a sua mulher Luzia dos Reis, «*senhora muito formosa*», viviam em casa apalaçada da estirpe dos Leitões, «*nobres de quatro costados*», sendo descrito o seu alto estatuto social, pois usava mula e cavalo, tinha «*estado de se servir a sua mesa com muitos criados*», e mostrava-se sempre em público com o seu «*chapeo de veludo verde com huma trança de ouro e hum anel douro grande com as armas da senhora Iffanta*». Fiel aos valores de liberalidade, de *nobiltà* e de *virtù* que os melhores artistas do Maneirismo assumiam pela Europa, António Leitão vivia em Castelo Bom e em Lamego com a ostentação de um nobre,

mostrando-se a cavalo, armado, com o anel de ouro e as armas de D. Maria, e signos de poder estatutário. «*Homem nobre e cristão velho de todos quatro costados*», foi artista de corte com sólida formação em Roma, Lisboa e Antuérpia, centros do Maneirismo europeu. Exacto contemporâneo de Campelo, Cristóvão de Moraes, Francisco de Holanda, Gaspar Dias, Lourenço de Salzedo, Diogo Teixeira, Giraldo Fernandes de Prado e outros nomes maiores da arte maneirista, formou-se de certo modo na mesma linhagem estética. É possível que os passos deste aventureiro e quase romanesco personagem se cruzassem com os de intelectuais da corte como Francisco de Holanda ou o poeta Luís de Camões. Depois de anos juvenis na corte da Infanta, o fidalgo-pintor passa por Roma e, findo o seu tirocínio com o tio nos Países Baixos, retorna à região de origem. Em 1564-65 pintou o retábulo da Misericórdia de Lamego. Em 1571 vivia entre essa cidade e o seu solar de Castelo Bom. Em Lamego possuiu propriedades e bens. Também morou um tempo em Pinhel. Cerca de 1575, pintou o retábulo da igreja matriz de Vila Nova de Foz Côa, terra do senhor Rui Gomes da Silva, príncipe de Ebolí. Após a crise dinástica, em 1581, radicou-se em Bragança e em Miranda do Douro. Ele e sua mulher faleceram em Bragança depois de 1595. Cremos que outras obras podem vir a ser assacadas a seus pincéis, caso dos frescos (com influência miguelangesca) da galilé da Capela da Senhora da Teixeira, em Torre de Moncorvo, no caso de Leitão, e das aflamengadas pinturinhas de um Calendário, ou *Alegorias dos Meses*, na sacristia da Sé de Miranda, no caso de sua mulher Luzia dos Reis.

O facto de ter sido apoiante da causa de D. António, Prior do Crato, foi razão para abandonar Lamego e se radicar discretamente em Bragança e outras terras da raia transmontana, onde continuou a exercer a profissão, com sucesso junto das clientelas, até datas avançadas do século XVI. O casal teve três filhos nos anos em que moraram em Lamego. Dois deles foram cônegos na Sé de Miranda e Maria Leitão veio a casar

com Gonçalo Rodrigues, boticário da Casa do Duque de Bragança. Seu neto António Leitão Homem (fal. 1659) foi doutor em Direito e Cânones na Universidade de Coimbra, desembargador do Paço, cônego na Sé de Miranda e habilitado em 1634 a Familiar do Santo Ofício, tal como ocorrera com seu genro em 1622. Ambos os processos *de genere*, publicados por António Machado de Faria, abriram pistas para a biografia do pintor.

Da autoria deste aristocrata formado simultaneamente (caso raro!) nos modelos de Roma e Antuérpia, que prezava a música e as montarias e se passeava a cavalo de chapéu emplumado e anel de ouro com as armas da Infanta sua protectora, é um interessante painel do *Pentecostes* existente numa capela de Freixo de Espada-à-Cinta onde a composição se desdobra em sentidos plurais de *ecumenismo cristão*, integrando junto às figuras da Virgem e dos apóstolos Pedro e João uma plêiade de figuras profanas e contemporâneas, algumas delas possíveis retratados, desde mercadores a nobres, frades, soldados, um magrebino e três representações de japoneses, todos eles a receber as línguas de fogo numa espécie de convencimento e testemunho da fé apregoado numa escala imperial nos velhos e novos mundos. A descoberta insere-se no âmbito dos trabalhos do *Inventário de Arte Sacra da Diocese de Bragança-Miranda* realizado pela Associação Cultural Terras Quentes ao abrigo de um protocolo de 2006 entre a Diocese, a Faculdade de Letras de Lisboa, a Universidade Católica do Porto e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, foi possível registar e identificar largas centenas de peças em igrejas, capelas, ermidas e oratórios do Distrito de Bragança. O esforço remonta, como se sabe, a 2003 visando a inventariação sistemática dos bens patrimoniais brigantinos e superou as melhores expectativas. Além de duas exposições sectoriais (em Alfândega da Fé e Vimioso), foi inaugurado o Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros, valioso mostruário de arte sacra entre o Gótico e o Rococó seriada em templos desse concelho, e foi criada a Oficina de Conservação Preventiva para diagnósticos e intervenções de salvaguarda. É incontável o acervo de peças e fundos documentais que tem sido revalorizado e devolvido ao conhecimento através deste trabalho de inventário.

Entre as novidades recenseadas, conta-se a identificação desta singular tábuca do século XVI tardio com a *Descida do Espírito Santo sobre a Virgem e os Apóstolos*, esquecida e em mau estado na sacristia da Capela de Santo António em Freixo de Espada à Cinta. A pintura, que ostenta a primitiva estrutura retabular, mostra especificidades de estilo e uma inesperada largueza de composição, pois reúne em torno da Virgem Maria, ladeada por São João Evangelista e São Pedro, vinte e oito figuras dispostas em vários planos dentro de um espaço clássico de planta centralizada que se inspira no Panteão de Roma; esse grupo integra os apóstolos e discípulos de Cristo juntamente com personagens contemporâneos (entre eles casais de nobres estirpe, frades, mercadores, um berbere, e até três figuras asiáticas, com trajes e chapéus nipónicos!). Tudo revela artifícios de uma cultura artística invejável, formatada por experiência viajeira. A descoberta deste tão interessante '*Pentecostes*' pintado para a vila de Freixo de Espada à Cinta (hoje na Capela de Santo António, mas procedente de uma antiga Capela hospitalar dedicada ao Espírito Santo) mostra as suas boas qualidades artísticas, dentro de um desenho pessoal e com interpretação ousada da cenografia maneirista. A composição reúne quatro dezenas de figuras, trajando à época, a receberem as línguas de fogo em torno da Virgem Maria e dos santos apóstolos Pedro e João, entre elas figuras de nobres, burgueses, clérigos, mercadores, mouriscos e, ainda, três personagens de japoneses com os seus típicos trajes orientais! Este

pormenor, de todo inesperado, torna a movimentada composição pintada para essa confraria transmontana num raro testemunho da vertente ecumenista da Contra-Reforma católica, através de uma interpretação livre que integra vários povos e culturas sob o halo luminoso do Espírito Santo.

Estas pinturas de Cepães, Foz Côa e Freixo de Espada à Cinta mostram que o maneirista António Leitão era senhor de um estilo pessoalizado no desenho e no forte cromatismo utilizado, com influências de três níveis:

a) a tradição do Renascimento manuelino-joanino, patente na escolha de certas soluções e modelos mais tradicionalistas (com a retoma de gravuras de Durer, Lucas Van Leyden, e ainda a inspiração em módulos 'ferreirinescos' e inclusivamente 'grãovasquinos');

b) a influência da *Bella Maniera* romana, de pintores como Giorgio Vasari e os Zuccari, as gravuras rafaelianas de Marcoantonio Raimondi e, inclusive, certas 'receitas' dos círculos miguelangescos;

c) e a influência do romanismo flamengo de pintores como Michel Coxie, por exemplo, tudo mesclado num discurso contra-reformista muito pessoal em que a criação das imagens (na sua maioria destinadas ao culto) ganha um sabor eloquente que se adequa ao tipo de mercados que António Leitão encontrou nas Dioceses de Lamego e Miranda.

São todas estas razões de auto-descobrimto da nossa memória colectiva que tornam mais urgente, se possível, o cumprimento de um inventário histórico-artístico (da arte sacra e não só) dos concelhos do Nordeste Transmontano com intuítos de exaustividade, servido por uma sólida metodologia de abordagem das 'fortunas críticas'. E que tornam urgentíssimo o cuidadoso restauro de peças de excepção, como é o caso do *Pentecostes* de Freixo de Espada-à-Cinta, neste caso recorrendo aos serviços dos técnicos da Universidade Católica do Porto para o efeito já sondados pela ATQ, e sua adequada exposição pública em espaço museológico da vila.

**AGRADECIMENTOS:** Alexandra Curvelo, Ana Calvo, António Martinho Baptista, Beatriz Albuquerque, Carlos Mendes, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, João Mário Soalheiro, Joaquim Inácio Caetano, Jorge Cardoso Duarte, José Meco, Lécio da Cruz Leal, Lília Pereira da Silva, Luís Filipe Barreto, Manuel Cardoso, Nuno Resende, Raquel Seixas, Rui Oliveira Lopes, Victor Gaspar e António Ventura (Lab. Física e Química da Escola Superior de Tecnologia, Tomar).

#### BIBLIOGRAFIA:

José da Silva Mendes Leal, in *Corpo Diplomático Português, IX, Lisboa, 1886, p. 149; Visconde de Santarém, Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas..., XIII, 1876, p. 233; F. M. de Sousa Viterbo, Notícia de alguns pintores portugueses..., I, Lisboa, 1903, p. 100; Vergílio Correia, Artistas de Lamego, Coimbra, 1922, pp. 26-28; A. Machado de Faria, «Dois pintores quinhentistas de escola estrangeira», *Arqueologia e História, X, 1961, pp. 183-199; Gonçalves da Costa, M., História do Bispado e Cidade de Lamego, III, Braga, 1982, p. 341, n. 101; Vitor Serrão, «O núcleo de pintura religiosa do Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa», Foz Côa. Inventário e Memória. Programa de Inventário do Património Cultural Móvel das Paróquias do Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, coord. de João Mário Soalheiro, ed. Instituto Português de Museus e C. M. V. N. Foz Côa, 1999, pp. 68-82, 109-139 e 228-229; Maria Beatriz Albuquerque, A Visitação da Capela de Santana – Cepões na Pintura Maneirista da Beira Alta, tese de Mestrado, Fac. Letras de Lisboa, orientação de V. Serrão, 2002; Vitor Serrão, «A pintura maneirista no Nordeste transmontano, entre periferismos e modernidade: algumas contribuições», *Cadernos Terras Quentes, n.º 1, Macedo de Cavaleiros, 2004, pp. 59-82; Vitor Serrão, «A arte da pintura na Diocese de Lamego (séculos XVI-XVIII)», in catálogo da exposição O Compasso da Terra, A arte enquanto caminho para Deus (Arquiepiscopados de Tarouca e Lamego), coord. Nuno Resende, ed. Diocese de Lamego, 2006, vol. I, pp. 66-79.***



# Em cena no presépio de Lamalongo: *A Adoração do Menino*

ATQ / Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda



Fig. 1 - Vista geral do Presépio da igreja de Nossa Senhora dos Reis de Lamalongo

## 1. A igreja de Nossa Senhora dos Reis de Lamalongo

Sita no lugar e freguesia de Lamalongo, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, a igreja está implantada à margem do aglomerado habitacional, a norte, numa encosta pronunciada assente em plataforma artificial que se estende para oeste (IHRU: PT010405170006).

Características várias – planta, técnicas e materiais – tornam vulgar este monumento arquitectónico na região, mas o mesmo não se verifica no que concerne a algumas peças do património móvel integrado, casos particulares do presépio rococó que agora divulgamos e das pinturas tardo-barrocas em caixotão, ambos produtos importados de Lisboa.

## 2. O Abade e Comissário do Santo Ofício Tomás Gomes da Costa

Apesar destas obras de merecido destaque serem, na teoria, da responsabilidade financeira dos fregueses, dado que se situam na nave, a encomenda das mesmas terá partido e sido custeada não excepcionalmente, senão na íntegra, então grandemente, do padre Tomás Gomes da Costa, abade de Lamalongo desde cerca de 1740 até finais da década de 70 (ANTT: PT-ADBGC-MCD17).

Filho de João Gomes da Costa, marinheiro, natural de Águeda, bispaço de Coimbra, e de Maria Luís, natural de Lisboa, moradora na freguesia de Santo Estêvão de Alfama, da mesma cidade, foi baptizado aí a 12 de Setembro de 1683, tendo por padrinho de baptismo o 5º con-

de de São Vicente da Beira, D. Miguel Carlos da Cunha Silveira e Távora (ANTT: PT-TT-TSO/CG/A/8/1/24605).

A sua colocação em Trás-os-Montes, primeiro nomeado pelo 10º conde de Autoguia, D. Luís Peregrino de Ataíde, donatário de Sobreiró de Baixo (Vinhais), e posteriormente pelos senhores de Murça, para a abadia de Guide (Mirandela), terá tido, naturalmente, a influência do seu padrinho.

Foi enquanto abade de São Mateus de Sobreiró de Baixo (Vinhais), que requereu, em 1727, ao cargo de comissário do Santo Ofício da Inquisição, declarando 400.000 reis de renda anual.

## 3. O presépio da igreja de Nossa Senhora dos Reis

Peça composta por armário de dupla porta embutido na parede norte.

Quando abertas as portas ficam expostos os reverentes *Anjos Turiferários* das faces posteriores e a inscrição encerrada em cartela *rocaille* sobrepunhando o vão do armário: GLORIA IN EXCELSIS | DEO. O modelo do presépio é notável pela originalidade, apresentando-se como um teatro de pátio ou praça, em que os alçados das casas, erigidos lateralmente, são apresentados em três andares em que as arcadas, os vãos das janelas e as varandas foram transformados em frisas, balcões e tribunas decoradas e repletas de espectadores, plebeus e nobres. No palco, estruturado em dois pisos, ao fundo do armário, decorrem as cenas principais, a *Adoração dos Pastores ao Menino* - sob abóbada em quarto de círculo e teoria de querubins, onde,

uma vez mais, se inscreve GLORIA IN EXCELSIS DEO, entre grupos de músicos, e a *Cavalgada dos Magos*, seguidos dos criados.



Fig. 2 - GLORIA IN EXCELSIS DEO  
Desenho colorido sobre papel recortado. Inv. 11273

O piso do pátio ou praça com fonte é tido como universo bucólico de pastoreio e não como plateia, sendo povoado por figuras alheias ao desenrolar da narrativa.

### 3.1. Grupos temáticos

#### 3.1.1. Natividade, Adoração dos Pastores e Cavalgada dos Magos

Foi com São Francisco de Assis que se encetou a representação teatral do nascimento de Cristo na floresta de Gréccio, ocorrendo ao local romeiros, músicos, camponeses e pastores. É precisamente inserida nesta lógica do presépio como narrativa visual que se fabrica todo este conjunto artístico, reproduzindo-se, ao centro e destacadamente, a *Adoração do Menino*, num ambiente palaciano, primeiro, pelos Santos Pais, em último, pelos pastores; personagens-tipo presentes em todos os presépios: pastor ajoelhado com a ovelha aos ombros; camponesa com cesto de perus na cabeça; pastor agachado oferecendo cestos de pães e ovos. No topo do conjunto, divididos em três grupos, reproduz-se a cavalgada dos Magos: burros de carga, os três pajens e os três Reis Magos.



Fig. 3 - Vista parcial do Presépio

#### 3.1.2. Vida cortesã e vida campestre

A obra que apresentamos é uma verdadeira comunhão cultural e social, nela estão representados vários estratos da sociedade unidos na celebração do nascimento de Jesus. A representação cenográfica presepeista visa estabelecer um paralelo com a vida quotidiana, aqui ensaiada em binómios: popular e erudito, sagrado e profano, vida cortesã e vida campestre (GARGANO: 43).

Em conjugação com o profano e sagrado, erudito e popular, assistimos a uma verdadeira encenação da sociedade de época, numa am-

pla visão do que seria a faustosidade da corte, usando adereços exuberantes, em justaposição com as lides domésticas da plebe, como a mulher que lava roupa ou o senhor que procura remendar as calças gastas. Contudo, é dado maior enlevo à sociedade cortesã, acompanhada de criados (brancos e pretos) e amas, todos vestidos e penteados a preceito, bem como de animais exóticos, provenientes das zonas distantes do Império - "Era de Portugal que saíam, para delícia e recreação de outros europeus muitos búzios de diversas formas e papagaios de lindas cores e grandes habilidades, e outros animais raros" (FANNY: 528). Porém, se nos ativermos ao plano simbólico, facilmente estabelecemos paralelos com a crítica social e de costumes, numa clara analogia às características irracionais e despropositadas próprias da Natureza, pois o macaco na iconografia cristã é muitas vezes associada à imagem do homem degradado pelos seus vícios e pela luxúria (GHEERBRANT; CHEVALIER: Macaco).

#### 3.1.3. Erudito e Popular

A expressão musical, presença frequente nos presépios, é apresentada aqui de forma dicotómica em dois grupos de músicos, um erudito e outro popular, o da esquerda segue linhas de pauta e o da direita toca alegremente instrumentos vulgares.



Fig. 4 - Grupo de músicos populares. Inv. 11196

A música erudita, na maior parte dos presépios, surge essencialmente ligada a anjos (RIBEIRO: 134), contudo, neste caso, a erudição musical passa da esfera celeste de anjos trombeteiros, patentes nos remates das colunas que enquadram a cena da Natividade, para uma esfera marcadamente terrestre. O grupo erudito assume uma composição de orquestra onde se encontram várias pautas espalhadas, é constituído por doze músicos finamente vestidos, usando chapéus e perucas ao gosto da época. Na primeira fila surgem três mulheres em acompanhamento vocal e os restantes músicos tocam trompa, trompeta, flauta transversal, harpa, guitarra, violino, violoncelo e viola baixo.

O grupo da direita, composto por oito músicos e três figurantes, caracteriza-se pela indumentária usada pela classe social a que pertencem e pelos instrumentos de cariz popular. Os instrumentos variam entre adufes, tambor, cavaquinho, pandeireta, viola, gaita-de-foles e sanfona. É interessante salientar que este último instrumen-



to, seguindo a tradição de outros barristas portugueses, é tocado por um cego acompanhado por uma criança-guia e por um cão.

#### 4. Os palcos de rua

Nunca de forma tão óbvia o presépio foi associado ao teatro e nunca de forma tão espectacular foi apresentado, sobretudo se considerarmos o público-alvo aldeão, não familiarizado com a cultura teatral dos principais centros urbanos. Aqui, a *Adoração ao Menino* por parte dos Santos Pais, dos Pastores e *quasi* dos Magos é recriada num palco de praça ou pátio, estendendo-se o efêmero aos alçados das casas em redor, convertidos agora em lugares privilegiados de onde se assiste ao começo da mais importante narrativa cristã do novo testamento.

Com Filipe I, II de Espanha, houve a tentativa de regulamentar e definir os espaços “dedicados à prática de representação teatral”, a 20 de Agosto de 1588 (CARNEIRO: 31-2), seguindo a experiência dos “corrales de comédias” espanhóis. Esta tipologia de teatro temporário manteve-se no nosso país até meados do século XVIII, altura em que se investiu na construção efectiva dos mesmos.

Se inicialmente estas representações de temática religiosa se realizavam nas igrejas, como o provam as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga de 1477 (REBELO: 30), após Trento tende-se a abolir todas que usem pessoas imitando figuras santas, percebendo-se claramente esta disposição noutras Constituições, agora de Lisboa de 1656 (PAIS: 237).

Ainda que a prática dos presépios seja uma realidade bem anterior ao século XVIII, nunca como a partir destas condicionantes passou a ser tão exigida, acabando não só por incrementar a sua produção, bem como por estendê-la ao “teatro dos bonecos”, onde era possível, em 1778, assistir à *Criação do Mundo* com marionetes (COSTIGAN: 258).

#### 5. Autoria, datação e influências

A inexistência de documentação e as falhas de inventariação em muitas regiões do território nacional não nos permitem avaliar qual a oficina que produziu esta obra, nem aproximá-la a qualquer outra, a não ser no que respeita à decoração. Neste aspecto nota-se certa familiaridade com o presépio do Patriarcado.



Fig. 5 - Pormenor de arranjo floral – papel colorido recortado e encerado; laminado metálico; tecido recortado e envernizado. Inv. 11219

Inserida no período Rococó, como se pode constatar pelas rocailhas infrapostas e sobrepostas aos vãos dos balcões e tribunas, pelas cores predominantes, branco e dourado, pelas guarnições de papéis, vestuário e maquilhagem de corte (SOUSA: 38, 47).

No que concerne às influências, é-nos difícil, dada a singula-

ridade deste presépio, asseverar qual a escola que lhe serviu de modelo e inspiração, mas dado o elevado pendor cortesão verificável no mesmo, podemos ver nisto certa permeabilidade do autor em relação às manifestações napolitanas do género (CARDOSO: 10).

De todos os elementos que compõem o presépio tudo indica que o armário tenha sido o único realizado na região. As suas características formais, de feição germânica e não francesa, apontam Braga como escola de derivação, tendo aí excelentes executantes: André Soares, Marcelino de Araújo, frei José António Vilaça etc. (SMITH: 376). Aliás, a talha, ao contrário da pintura, não carecia de boas referências regionais, daí a encomenda dos *Anjos Turiferários* a João Silvério Carpinetti (atrib.).

Este conjunto de provas e presunções impõem a realização deste conjunto pluridisciplinar na década de 60 do século XVIII.

#### 6. Inclusões posteriores

Sendo uma obra de fácil empatia, fortemente dinâmica e interactiva, espiritualmente intensa, nuclear na história do cristianismo, foi sujeita a inúmeras manifestações de piedade e apreço, tendo por consequências, por um lado, movimentações de peças do lugar pré-definido. Por outro, a inclusão de novas peças, não exclusivas do domínio da escultura e não necessariamente posteriores, por exemplo: ex-vota de criada negra, camponês com ovos e ovelhas; alegorias dos quatro elementos que compõem o universo: água, fogo, terra e ar, em alabastro, imitando a porcelana (COOPER: 162-5).



Fig. 6 - Alegoria da Água - escultura de vulto pleno em alabastro. Inv. 11237

Ovelhas e carneiros do século XX, obtidos por moldagem; par de estampas emolduradas, de *Nossa Senhora do Pilar*, assinadas por João Silvério Carpinetti e datadas de 1765.



Fig. 7 - Nossa Senhora do Pilar  
Carp. Sc. | 1765. Inv. 10950.

## BIBLIOGRAFIA

- BEAUMONT, Maria Alice. Stage Sets by The Bibienas. in *Apollo*. April. 1973. London.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto. O Presépio Barroco Português. 2003. Bertrand. Lisboa.
- CARNEIRO, Luís Soares. Teatros Portugueses de Raiz Italiana. Dois Séculos de Arquitectura de Teatros em Portugal. 2003. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto.
- COOPER, Emmanuel. Ten Thousand Years of Pottery. 1988. British Museum Press. London.
- COSTINGAN, Arthur William. Sketches of Society and Manners in Portugal in a Series of Letters. 1787. [S.e.]. [S.I.].
- GARGANO, Pietro. O Presépio, Oito Séculos de História, Arte e Tradição. 1997. Lisboa.
- GHEERBRANT, Alain; CHEVALIER, Jean. Dicionário de Símbolos: Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números. 1994. Teorema. Lisboa.
- PAIS, Alexandre Nobre da Silva. Presépios Portugueses Monumentais do Século XVIII em Terracota. 1998. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- REBELO, Luís Franco. Primitivo Teatro Português. 1977. Biblioteca Breve. [S.I.].
- RIBEIRO, Maria de Lurdes de Sousa Álvares. Música nos Presépios Setecentistas. 1996. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- SMITH, Robert. C. Three Artists of Braga. in *Apollo*. April. 1973. London.
- SOUSA, Alberto de. O Trajo Popular em Portugal nos Séculos XVIII-XIX. 1924. Sociedade Nacional de Tipografia. Lisboa.



# DOSSIER INVENTÁRIO DA DIOCESE BRAGANÇA-MIRANDA (2004-2011)

Com a publicação deste dossier pretendemos levar ao conhecimento público, alguns dados estatísticos, artigos produzidos pelos colaboradores da Associação Terras Quentes e notícias saídas da imprensa local, regional e nacional, sobre os trabalhos de inventariação aos bens histórico-artístico da diocese Bragança-Miranda mais relevante, durante os quase 6 anos que duraram os trabalhos, do que entendemos, chamar "a primeira fase" da inventariação.

De facto, duas condicionantes levaram a que assim fosse. No verão de 2004, começou de forma tímida (através de voluntariado) o inventário ao Concelho de Macedo de Cavaleiros, início que se deveu ao empenhamento dos responsáveis da edilidade. Programou-se o término do trabalho de campo neste concelho para 2007, o que veio no substancial, a acontecer. A 6 de Dezembro de 2006 foi possível a assinatura de um protocolo de colaboração entre a Associação Terras Quentes, a Diocese de Bragança-Miranda, a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros o Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Escola das Artes do Núcleo do Porto da Universidade Católica Portuguesa e o Instituto Superior da Polícia Judiciária e Ciências Criminais, tendo como objectivo o inventário integral de toda a região onde se implanta a Diocese de Bragança, palimpsesto do Distrito de Bragança.

Por dificuldades negociais com a Câmara Municipal de Bragança e com a Câmara Municipal de Mirandela e também pela existência de um tecto máximo financeiro para a apresentação da candidatura, optou-se por negociar com os restantes municípios da parte sul do distrito. Assim, foi possível juntar nesta primeira fase, para além do município de Macedo de Cavaleiros já aderente ao protocolo, os Municípios de Alfândega da Fé, Vila Flor, Freixo de Espada à Cinta, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e posteriormente, por sugestão da Diocese, o Município de Vimioso. Entregue em Abril de 2008 a candidatura ao Quadro de Referência Nacional, viria a ser aprovada em 2 de Dezembro desse mesmo ano. Um dos documentos exigidos em sede de candidatura foi uma declaração de compromisso financeiro, assinado pelos representantes de cada município no sentido de dar substância a realização da componente nacional.

Os trabalhos foram decorrendo dentro do que tinha sido planeado, mesmo com as dificuldades financeiras que se iam sentido em atrasos nos recebimentos de alguns municípios, mormente Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Flor. Acresce ainda as dificuldades nos recebimentos do Oren/CCRD-n. Na data em que se escreve este artigo conseguiu-se receber desta estrutura 18.453,90€, sendo que o último recebimento efectuou-se no início do ano de 2010.

Se em Carrazeda de Ansiães poderia existir alguma compreensão pela situação de falência em que se encontrava o Município, já o comportamento indecoroso e irresponsável da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo não foi aceitável. Este Município, após nos ter disponibilizado alojamento para os técnicos, autorizar a tomada de refeições na sua cantina, quando necessário e, após 11 meses de trabalho de campo, literalmente expulsou-nos do seu município. Que sentido de responsabilidade poderá ter um autarca que não respeita um

termo de compromisso por si assinado.

Com o prazo de execução da operação planeada para o final de Junho de 2010, foi contudo numa primeira apreciação prorrogado o prazo para a data da assinatura do contrato ou seja 2 de Dezembro de 2010. Após reunião com os técnicos responsáveis pela candidatura, sugeriram que se pedisse nova prorrogação de prazo, para 31 de Janeiro de 2011, o que veio a acontecer. Tinha esta prorrogação como objectivo, proporcionar à Associação Terras Quentes receber algumas verbas em atraso e proceder à liquidação de verbas a fornecedores que se encontravam em mora. Infelizmente esgotou-se esse prazo e, pensamos nós, mais uma vez por zelo dos serviços de análise e fiscalização não se recebeu nenhuma verba em atraso, o que veio piorar ainda mais a situação financeira da Associação.

Mas, como iremos ver mais à frente, a execução física do projecto (o que estava previsto) foi amplamente atingida. Previa-se a inventariação de 10.649 peças e inventariaram-se 11.265 peças.

Também nunca se percebeu a razão da candidatura apresentada e aprovada em sede do Quadro de referência nacional ter sido aprovada com a ajuda comunitária de 55%, quando todas as outras dioceses do país, que desenvolvem trabalhos iguais de inventariação, serem financiadas a 75%.

*DAS CONTAS: situação em 29 de Março de 2011*

*Valor total da candidatura aprovado 560.536,96€*

*FEDER- 55% = 308.295,33*

*MUNICÍPIOS 45% = 252.241,63*

Nome	Comparticipações	Após cortes do item; restituição de peças	Valores recebidos pela ATQ até 28 Mar. 2011	Saldos em 28 de Março de 2011
FEDER	308.295,33		18.453,90	289.841,43
Alfândega	44.141,28	34.585,02*	23.960,74	0,00
Carrazeda	39.938,26	31.291,22	0,00	39.938,26
Freixo	12.812,10	9.881,44	9.881,44	0,00
Macedo desde 2004	79.876,50	62.582,43	62.582,43	0,00
Torre	35.734,23	27.897,40	0,00	35.734,23
Vila Flor	39.938,26	31.291,22	12.500,00	18.791,22
<b>Total</b>	<b>560.536,96</b>		<b>127.378,51</b>	<b>384.305,14</b>

\* dFP paga pela ATQ, despesas de alojamento

No final, uma palavra de apreço, reconhecimento e agradecimento pelo esforço e dedicação efectuado por todos aqueles que, voluntariamente colaboraram para que fosse possível terse apresentado no passado dia 22 de Janeiro os resultados deste inventário. Uma palavra muito especial ao Director científico do Projecto Professor Doutor Vitor Serrão, pois sempre que foi chamado a dar os seus conselhos e transmitir os seus conhecimentos sempre o fez de forma desinteressada e pronta.

Mas porquê inventariar:

Comunicação apresentada aquando da inauguração da exposição “Matérias de Fé” em Alfândega da Fé pelos, colaboradores da Associação Terras Quentes, Lília Pereira da Silva e Lécio da Cruz Leal

## INVENTARIAR PARA ENRICAR

### Definição de património:

A definição de património constante no dicionário diz-nos que património é os bens que temos ou que herdamos dos nossos antepassados, contudo esta noção de património está mais ligada ao património individual do que ao património colectivo. O património colectivo está relacionado com património cultural e identidade colectiva. O património colectivo é a voz passiva e activa da identidade e cultura de um determinado povo numa determinada época. O património cultural como herança colectiva funciona como um elo de ligação entre as gerações passadas, as presentes e as futuras. O património cultural quer seja móvel, imóvel, material ou imaterial ao mesmo tempo que interliga as gerações e estas passam para o “objecto” as vivências/culturas/modos de pensar e agir de variadíssimas épocas.

Neste caso que hoje nos traz a Alfândega da Fé, o que irá ser abordado é o património cultural móvel de cariz religioso.

O património cultural religioso equivale sensivelmente a 85% do património nacional, que no caso do Nordeste Transmontano aumenta, sem grande margem de erro para 90 a 95%.

Este património, cunho da identidade cultural, vive numa atmosfera nebulosa e desconhecida à mercê da mão alheia e dos santeiros que fazem verdadeiras atrocidades às quais chamam de “restauro”.

O Inventário do património móvel da diocese de Bragança-Miranda é o primeiro passo, num longo caminho que há a percorrer, para salvaguardar a expressão religiosa ou cultural do distrito de Bragança.

Inventariar para quê? Inventariar para conhecer, para investigar, para divulgar, para proteger, para recuperar e para valorizar no fundo para enriquecer.

### 1. Inventariar para Conhecer

Uma vez um professor disse que “numa biblioteca um livro mal arrumado era um livro perdido, era um livro que não existia, apesar de ter existência física é um livro que com o passar dos tempos vai perdendo memória porque não existe conhecimento e determinado coisa só existe se existir conhecimento, conhecimento esse que irá permitir a interrogação crítica. O mesmo se pode aplicar ao património, e neste caso ao património móvel. Por isso o primeiro passo no trabalho de campo de inventário é fazer o reconhecimento do território. Neste trabalho de reconhecimento do território temos o primeiro contacto com as matérias passíveis de serem inventariadas (esta foi a estratégia aplicada em Alfândega da Fé que contudo não se irá repetir nos restantes concelhos).

a) Por exemplo, no caso de Alfândega da Fé, no reconhecimento do território, deparamo-nos em Gebelim na igreja de São Martinho com um excelente exemplar de talha dourada barroca.

O retábulo do altar-mor da igreja matriz de Gebelim é o único, no território de Alfândega da Fé, exemplar de talha dourada erudita

destacado das oficinas regionais ou locais que muito operaram nesta região. Este exemplar de talha dourada encontra-se completamente repintado com purpura: material muito brilhante e que imita a folha de ouro nos primeiros tempos, mas com o passar dos anos começa a escurecer até se tornar negro. Muitas vezes os responsáveis/zeladores pelo património não tem conhecimento do valor histórico e artístico de determinada peça e confiam numa pessoa que se propõe a fazer o “restauro” da peça. Acontece que muitas vezes essas pessoas não estão credenciadas para o fazer e fazem verdadeiras atrocidades como no caso de Gebelim. O Inventário antes de mais é necessário para conhecer, conhecer o património, conhecer os seus problemas e na medida do possível dar respostas a esses problemas.

b) Depois do primeiro contacto procedemos ao inventário sistemático de cada peça. Fazemos o que se pode chamar de Bilhete de Identidade de cada peça. Nesse bilhete de identidade para além do título, estilo, técnicas, medidas peso, tentamos, na medida do possível, descrever o historial da peça. Por outras palavras tentamos reconstruir e restituir a memória histórica/cultural e identitária de uma determinada peça. É claro que este trabalho de campo tem que ser completado/complementado quer com informação já produzida, quer com nova investigação em arquivo, quer com a vossa ajuda (dos presentes).

### c) Inventariar para Produzir Conhecimentos

a. A atribuição de uma peça a um determinado artista é feita ou através da assinatura do artista na obra, ou por documentação ou, ainda, por aproximações técnico estilísticas. As peças por nós inventariadas, por das vezes, não se encontram assinadas, assim a investigação em arquivo tornasse uma necessidade. Uma necessidade porque através de uma investigação sistemática de artistas/marceneiros/mestres-de-obras que trabalharam na zona, conseguimos não só identificar quem fez este ou aquele retábulo (por exemplo), mas também criar uma teia, através de aproximações técnico-estilísticas, de oficinas a laborar na região.

b. No campo da investigação arquivística sobre arquitectura e talha dourada dos séculos XVII e XVIII já existem alguns dados divulgados pelo professor Luís Alexandre Rodrigues. Na sua tese de doutoramento analisou sistematicamente os fundos arquivísticos do Paço Episcopal de Bragança, do Arquivo Distrital de Bragança, da Biblioteca Nacional, Torre do Tombo e outros arquivos sobre a arquitectura no distrito de Bragança nos séculos XVII e XVIII. Mais recentemente publicou um livro sobre talha dourada e policromada no distrito de Bragança onde transliterou documentos de encomendas e notas de pagamento. Por exemplo para o caso de Alfândega da Fé publica 5 documentos sobre a igreja da Misericórdia de Alfândega da Fé (1778), igreja matriz de Vilar Chão (1782), Sambade (1791), Cerejais (1789), Sendim da Ribeira (1793).

### d) Inventariar para Divulgar (através)

a. A divulgação é um dos pontos mais melindrosos de todo o processo de inventário. Será que não vamos colocar o nosso património em risco com a divulgação? A resposta depende como é que se faz a divulgação e onde se faz a divulgação. Ao divulgar está-se a valorizar o património que se tem a dar-lhe uma maior amplitude e sobretudo a dar-lhe um significado e valor que passa em muito o valor sentimental que a população lhe dá. Ao divulgar está-se a imprimir o valor cultural/histórico e identitário que lhe é inerente (ao património). Divulgar o quê, divulgar como? Por exemplo, uma peça conhecida é mais difícil desaparecer.

b. Artigos: divulgar em artigos, artigos científicos ou de mero carácter informativo. O inventário histórico artístico de Macedo de Cavaleiros (iniciado em 2004) já deu origem a 9 artigos sobre o património sacro de Macedo de Cavaleiros de história da arte de

temática variada nos Cadernos “Terras Quentes”. Dois artigos na *Artis* (revista do instituto de história da arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). E alguns artigos de carácter informativo de opinião no jornal *Mensageiro de Bragança*. E um artigo sobre António Joaquim Padrão, pintor e gravador do século XVIII, com uma extensa obra no Convento de Balsamão.

c. Dicionários: elaboração de dicionários de termos técnicos e artísticos; dicionários de artistas (como o do Pamplona, mas a uma escala regional) ...

d. Histórias de arte locais e regionais: criação de histórias da arte locais e regionais, sempre em ligação com a nossa vizinha Espanha. A realidade artística das periferias é muito diferente da realidade artística dos grandes centros. Até agora a história da arte portuguesa tem dado primazia às obras-primas, elaborando histórias da arte nacionais onde figuram os grandes exemplos de mestria artística da Batalha ou dos Jerónimos. Pois bem está na altura de histórias da arte locais e regionais estabelecendo teias de organizações, interesses e motivações dando um enfoque especial ao que se passava nas periferias.

e. Visitas a igreja e capelas: visitas guiadas com temáticas específicas a igrejas e capelas. Criação de rotas turísticas em conjugação com outros municípios mais próximos, em suma oferecer aos turistas pacotes culturais devidamente credenciados e isso só é possível com um conhecimento sistematizado do património que se tem.

f. Exposições: A exposição *Matérias da Fé* é o primeiro passo para muitas outras exposições que se poderão fazer. Exposições com temáticas específicas (por exemplo: sobre a iconografia mariana no nordeste transmontano; os retábulos das almas (a visão entre o inferno e o paraíso, etc.); rotas do gótico, maneirismo, barroco....

## Outros eventos de acordo com a Comissão Episcopal

Dando continuidade à exposição iniciada pela minha colega sobre as principais razões da realização deste e doutros Inventários Históricos e Artísticos dos Bens da Igreja e quais as vantagens para a Diocese, as paróquias, seus paroquianos, público em geral, Municípios e demais Organizações de Defesa do Património, entre outras, abordaremos agora a temática da Protecção

### Inventariar para Proteger

Inventariar o património é protegê-lo, pois uma peça que é inventariada não cai no esquecimento. O conhecimento da sua existência deixa de depender de um ou mais paroquianos zelosos, que por receio da falta de segurança na sua igreja optam por guardá-las nas suas próprias casas.

Este princípio seria bom, se nalguns casos, como já nos deparámos nalgumas localidades no Concelho de Macedo de Cavaleiros e estamos convencidos que não acontece apenas no Concelho vizinho, não existisse uma única pessoa a saber da existência desta ou daquela peça. Nestes casos os bens sacros e históricos que se conservam guardados em muitas casas de paroquianos podem aí permanecer para sempre, nunca mais regressando à Igreja, já que caem no esquecimento por não haver registos nem um conhecimento mais alargado, por mais de uma pessoa, da sua existência.

Falamos por exemplo de peças de Documentação Gráfica e Artes Gráficas e algumas peças de Ourivesaria, são as peças que mais

frequentemente estão na posse de muitas zeladoras e zeladores, por não existirem condições de segurança e de salubridade nalgumas igrejas e capelas.

O único meio de controlo e de prevenção para que estas situações não ocorram no futuro é o inventário.

Considerando que não existem meios de segurança infalíveis, devemos considerar outros caminhos de assegurar o nosso património. Quando afirmamos que não há meios de segurança infalíveis não estamos enganados, pois vemos as melhores peças nos mais importantes museus a serem roubadas e com os mais sofisticados meios de vigilância.

Como não existem meios de segurança 100% eficazes temos que ter em linha de conta que mais cedo ou mais tarde podemos ser os infelizes contemplados de um roubo.

No caso de acontecer existem dois cenários possíveis. Ou existe o inventário da ou das peças roubadas e se facultam os dados necessários às entidades encarregues de investigar o caso, ou não. Neste último caso, isto é, se não existir o inventário da ou das peças em falta não há muito a fazer, pois não existem elementos tais como fotografias, medidas, peso, altura, profundidade, estado de conservação, número de inventário, chips, entre outros elementos identificadores que permitam à equipa que investiga o desaparecimento saber o que procura e se aquilo que encontra é mesmo aquilo que está em falta.

Como sabem, podem existir muitas peças parecidas, mas nenhuma é 100% igual. O inventário, ou melhor, um bom inventário possibilita esta diferenciação entre peças, pois os campos de preenchimento das fichas de inventário são o mais diversificado possível, com dezenas de campos de preenchimento. Logo, com os dados recolhidos no inventário, no caso serem resgatadas peças semelhantes, é possível saber qual é a peça deste ou daquele lugar em falta.

Mais uma vez o Inventário é o único garante que quando esse desaparecimento ocorrer existem dados suficientes para que a peça desaparecida possa vir a ser localizada e entregue.

O inventário dos Bens patrimoniais, tal como a minha colega há pouco referiu, é como um Bilhete de Identidade, contudo diz-nos mais do que o nome, aparência, filiação, altura, estado civil e nacionalidade de uma determinada peça. Diz-nos para além disso qual o seu peso, largura, profundidade, estilo, categoria, historial, estado de conservação, entre outros.

Com o Inventário a peça tem a sua existência e identidade salvaguardadas. Contudo, é necessário continuar com o máximo de cuidado e atenção para com as peças, não as desprotegendo nem nunca baixando a guarda.

Também através do Inventário os problemas físicos do património são diagnosticados, fundamentalmente o seu estado de conservação e o seu acondicionamento.

Paralelamente ao Inventário vai ser elaborada uma *Lista de Obras em Risco*. Ao fazê-lo estamos a distinguir as peças ou os objectos históricos e artísticos que podem esperar mais algum tempo para serem submetidos a restauro, daqueles que necessitam de restauro urgente, estabelecendo prioridades e um *Plano de Acção*.

A utilidade de um *Plano de Acção* é indiscutível, sobretudo quando existem poucos recursos económicos disponíveis ou, como é o caso, quando o tempo é de crise.

Com a *Lista de Risco* e elaborado o *Plano de Acção*, atendendo-se às condições físicas do espaço onde o objecto está inserido e a velocidade de degradação, podemos investir cirurgicamente e

racionalmente e de forma pronta e rápida nos casos mais urgentes.

Por esta razão, lançamos o repto a todos os Concelhos do Distrito e Arciprestados da Diocese para que constituam *Fundo Comum Para a Conservação do Património da Igreja*, seguindo as orientações e prioridades delineadas pela *Lista de Risco* e pelo *Plano de Acção* saídos do Inventário. Intervencionando-se onde é necessário e adiando a intervenção onde ainda não o fosse, evitando-se assim maus investimentos e perdas irremediáveis de património, apenas porque a aquela povoação pequena, com poucos habitantes, que apesar do esforço feito, não conseguiu reunir o valor necessário para o restauro daquele altar, daquela imagem ou daquela pintura e esta perdeu-se para sempre.

Desta Lista de Risco vão surgir outras problemáticas, como por exemplo o destino a dar a peças sem culto, sem uso e negligenciadas, tais como paramentos, Livros de Assentos de Baptismo, Casamentos e Óbitos dos séculos XVII e XVIII, ou ainda e até mais grave, Livros de Visitação dos mesmos séculos, com informações históricas extremamente importantes.

Isto deve pensado entre Câmaras Municipais, Diocese, Paróquias, paroquianos e organismos de defesa do património. E se nalguns casos, dado o considerável espólio é possível fazer um pequeno núcleo museológico na própria igreja, noutros casos, até por razões de físicas de ausência de espaço ou de conservação das peças ou reduzido espólio, não é possível fazer.

Outro dos aspectos enriquecedores do Inventário é poder contactar pessoalmente com as pessoas que zelam pelos bens sacros e transmitir-lhes algumas formas mais correctas de acondicionamento e limpeza das peças. Este simples acto é determinante para o prolongamento do tempo de vida destas peças.

#### **Inventariar para Recuperar**

A recuperação de bens perdidos é algo que pode acontecer, pouco frequente mas possível de acontecer, tal como aconteceu na Igreja de São Pedro em Macedo de Cavaleiros, mas para isso foi necessário a implementação e decurso do Inventário e também alguma sorte.

O modelo deste Inventário assenta também no voluntariado, alias foi assim que tudo começou, através do voluntariado. Como os voluntários para o Inventário provêm de diversos pontos do país deu-se o feliz caso de um dos muitos voluntários para este trabalho ter contactado durante os trabalhos com o grupo incompleto de imagens da igreja de S. Pedro e, mais tarde, cerca de um ano depois, passar por um antiquário, em Lisboa, e encontrar na montra uma imagem à venda que correspondia às características das imagens do núcleo da igreja de São Pedro, em Macedo de Cavaleiros.

Foram feitas investigações quer pela Polícia Judiciária, a quem muito e de novo agradecemos o empenho, junto do antiquário e antigos proprietários, quer por nós nos arquivos históricos e chegámos à conclusão que a imagem tinha sido separada do conjunto em meados do século XIX, por razões ainda desconhecidas e que aquela imagem à venda no antiquário era a imagem em falta. Foi então recuperada e reposta na igreja há quatro meses atrás.

Este projecto de inventariação também prevê o Restauro, em cada Concelho, de algumas peças de maior valor patrimonial e que estejam em perigo ou em Mau estado de Conservação e sempre segundo a Lista de Risco e o Plano de Acção de Conservação

#### **Inventariar para Valorizar**

Após este Inventário, com pequenas acções de formação e *workshops*, também consideradas no orçamento do Inventário, esperamos resultados positivos em relação aos cuidados futuros prestados ao património, seja no seu melhor acondicionamento, manuseamento e numa limpeza mais cuidada.

Esperamos também maior atenção por parte das Comissões Fabriqueiras e párocos na escolha de quem vai restaurar as peças inventariadas quando disso houver necessidade.

Pedir conselhos nunca fez mal a ninguém e para este caso não é excepção e é prioritário. Na Diocese existe a Comissão de Arte Sacra, aqui representada pelo seu Presidente Pde Delfim Gomes, que vos pode aconselhar sobre quem melhor e mais em conta fará os trabalhos de conservação e restauro.

Em Macedo de Cavaleiros existe a nossa Associação de Defesa do Património, que também vos pode aconselhar sobre essa matéria.

E aqui em Alfândega têm o Professor Francisco Lopes que é uma pessoa com sensibilidade e experiência suficientes para distinguir uma boa prática de conservação e restauro de uma má prática e que portanto também vos pode aconselhar.

Tocamos neste assunto agora porque é demasiado importante e porque estamos a falar em Valorização do Património. Como é que podemos dizer que esta ou aquela localidade valoriza o seu património porque a sua igreja foi recentemente restaurada, se o restauro que foi feito lhe retirou o valor e a virtude que ainda restava.

As práticas de Mau restauro que vemos praticamente em todas as igrejas, numas mais noutras menos, deixam uma peça que estava em Mau estado de Conservação como nova e a brilhar. Isto é a prática usual, mas é um crime e deviam ser responsabilizados tanto aqueles que o autorizaram como aqueles que o fizeram. Devemos proteger o património e não arruiná-lo ainda mais, para isso já nos basta o tempo, a humidade, a temperatura, as pragas de insectos, entre outros.

Devemos ter em conta que o património que nós herdámos dos nossos avós e bisavós e trisavós, até há quinhentos anos atrás ou mais, foi feito com maior sacrifício do que hoje e como tal devemos respeitá-lo e valorizá-lo. Para isso é preciso agir com cautela e com o máximo de cuidado quando o limpamos, quando o transportamos, quando o guardamos e quando o restauramos.

Se assim fizermos e se assim procedermos o património que é de todos nós deixa de correr os riscos que normalmente corre, quer por intervenção excessiva, quer por negligência.

Desta forma e com esta atitude regrada e controlada incrementada com o Inventário, o património da Igreja das paróquias da Diocese Bragança-Miranda deverá necessariamente ficar mais protegido e enriquecido.

Assim, estamos certos que as gerações futuras vão certamente agradecer por agirmos com inteligência e sensatez, como é próprio de um ser humano.

Apresentação dos resultados dos trabalhos de inventariação, realizada no dia 22 de Janeiro de 2011 no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros:

Comunicação do Director Científico do Projecto, Professor Doutor Vitor Serrão



SOBRE O INVENTÁRIO ARTÍSTICO DA DIOCESE DE BRAGANÇA  
VALÊNCIAS E SENTIDOS

Desde que se iniciou a inventariação exaustiva do património artístico da Diocese de Bragança, foram identificados, estudados, recensados e protegidos largos milhares de peças, na sua maioria dos séculos XV a XVIII, existentes em igrejas, conventos, capelas, ermidas e oratórios do Distrito. Muitas destas obras de arte sacra eram desconhecidas, estavam sujeitas a perigos desde o extravio à desagregação, e foi o trabalho inventarial que permitiu dar-lhes adequado registo, apurando em muitos casos as suas filiações estilísticas e autórias, permitindo a sua conservação preventiva e, até, a recuperação de peças que haviam sido esquecidas. Passaram também a ser vistas, não só como objectos de culto (e muitas, hoje, já sem a dimensão cultural), mas como obras de arte esteticamente fruíveis. Cresceu, assim, o conhecimento que prevalecia sobre o património da Diocese de Bragança, igualmente considerado dos menos relevantes do país.

É de destacar, por isso, a importância de um processo que completa agora a sua primeira fase e tão bons resultados vem produzindo. Importa realçar as valências patrimoniais existentes na Diocese e a surpreendente qualidade artística de algumas peças, tanto de escultura, imaginária, talha dourada, pintura a óleo e fresco, têxteis e mobiliário, esmalta, e massa, pratas e azulejo, gravura e livro impresso, documentação manuscrita, etc. Depois, ao promover a criação de espaços como o Museu de Arte Sacra que entretanto abru em Macedo de Cavaleiros, onde se expõem em original regime de alternância algumas das peças que foram inventariadas nos tempos desse conhecimento, foi dada grande visibilidade ao trabalho desenvolvido. Enfim, ao contribuir com exposições, textos publicados, debates e congressos, é a arte sacra transmitida que passa a justificar plenamente as suas valências, não apenas no plano do culto religioso, mas também como mais-valia turístico-cultural que enriquece toda a região.

O esforço remonta a 2003, por iniciativa da Associação Cultural Temas Quentes, dirigida por Carlos Mendes, e consolidou-se após 2006 quando as acções de campo foram protocoladas pela Diocese, dirigida por D. António Mendes Moreira, o Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Universidade Católica do Porto na área de conservação e restauro, os Municípios envolvidos (com Macedo de Cavaleiros a iniciar o processo), e o financiamento, entre outras entidades, do QREN. O trabalho tem objectivos de exaustividade, visando recensar as existências móveis, incluindo os espaços de arquitectura e que pertencem, o equipamento patrimonial (talha, imaginária, pintura, ourivesaria, paramentaria, mobiliário, etc.), complementado pela pesquisa em fundos documentais dos templos, no Arquivo Diocesano de Bragança, e em fundos privados, e tem cabido ao labor dos técnicos de História da Arte Lécio Leal e Lúcia Silva, desde a primeira hora ligados ao inventário, e a Fátima Santos, Raquel Seixas e alguns outros. O esforço de inventariação foi visto, desde o início, como tarefa infindável, sob risco de, por falta de instrumentos de registo e controlo, se perderem muitos testemunhos fragilizados pelo tempo e a incógnita dos homens e que continuavam em risco de desaparecimento, por ruína ou extravio. Por isso, o recensamento tem de ser exaustivo: inclui a fichagem, descrição e estudo das peças existentes, mas também o registo da memória críptico-artística (obras desaparecidas) e a fichagem e estudo de cópias deslocalizadas, tudo enquadrado por levantamentos histórico-artísticos e documentais.

Quero dizer que com o Inventário em curso se amplia o conhecimento da História da Arte sobre a produção artística em terras de Trás-os-Montes, sabendo-se que o Distrito de Bragança é dos que, a nível nacional, ainda não foi coberto pelo inventário que a Academia Nacional de Belas-Artes iniciou em 1942, com muitos tomos já publicados, pelo que um programa inventarial de existências histórico-artísticas era essencial e inadiável. É importante, por estas razões, reconhecer a utilidade do trabalho realizado (mais de onze mil fichas analítico-descritivas), estudo de identificação, relatórios de conservação preventiva, publicações e iniciativas museológicas e expositivas, sem esquecer a pesquisa documental relativa aos artistas actuantes nesta região, ao longo dos séculos, sobre os quais passa a haver outro conhecimento – concluindo-se que aqui trabalharam não apenas artistas de periferia, mas mestres oriundos de grandes centros, de Braga a Guimarães, Zamora, Valladolid, Coimbra e até a Lisboa (é surpreendente, por exemplo, a série de telas seicentistas de um pintor régio de Lisboa com a qualidade de Bento Coelho que se identificaram em templos da Diocese). É porque um inventário não é um mero registo de existências, foi dada atenção no estudo das clientelas, incorporações de estilos e influências exteriores, as itinerâncias de oficinas, o controlo dos visitantes diocesanos, o regime de aprendizagem, as modalidades complementares, o estatuto profissional dos agentes, a definição socio-económica do tecido meiolítico, e outras facetas que merecem ser explicadas para se entender o quadro geral das artes transmitidas nos séculos da Idade Média à Idade Contemporânea.

Deve reconhecer-se, enfim, que o esforço do Inventário Artístico Diocesano que está em curso (e que entra em 2011, como se deseja, numa segunda fase de levantamento) só foi possível porque existiam contributos valiosos de investigação transmontana, desde o trabalho pioneiro do Abade de Bapaç, aos de Martin Gonzalez, Belarmino Afonso e Flávio Gonçalves e aos mais recentes de António Rodrigues Mourinho, Luís Alexandre Rodrigues, Jaime Ferreira-Alves, Natália Marinho Ferreira-Alves, Fernando Pereira, Paula Beasa, Lúcia Rozas, Manuel Cardoso, entre outros historiadores e investigadores, sem esquecer o contributo de Joaquim Inácio Caselero (que colabora no inventário) ao revelar muitos núcleos de pintura a fresco que estavam ocultos em templos da região. Uma das boas surpresas deste levantamento reside, aliás, na descoberta de muitas pinturas murais quinhentistas, o que corrobora aliás, com a pintura de telas, as boas práticas, e a imaginária dos séculos XVI e XVII, e a talha barroca, uma das mais-valias da região.

É de saudar, enfim, o empenho da Comissão de Arte Sacra da Diocese de Bragança, dirigida pelo Padre Delfim Gomes, na construção deste processo do Inventário de Arte Sacra. Os resultados estão à vista (e deles será realizado balanço público num Seminário a realizar a 22 de Janeiro do próximo ano em Macedo de Cavaleiros). Quer em termos de desenvolvimento sustentado da região, quer da sua integração numa perspectiva de futuro, o inventário contribui para o (re)conhecimento de uma das zonas menos conhecidas do país. Muito existe ainda por se fazer neste domínio, que implica o esforço concertado e a união dos inventaristas de História de Arte, dos técnicos de conservação e restauro, dos arqueólogos e demais investigadores, dos arquivistas, das comissões fabriqueiras, dos agentes do poder local democrático, e da comunidade no seu conjunto, para que a revalorização integrada de todo este património, maioritariamente desconhecido, seja possível.

Rita Soares  
Várzea

Instituto de História da Arte – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Departamento de História

2011-12-30-11

Comunicação apresentada pelo Dr. Lécio da Cruz Leal sobre o tema: Metodologias e Apresentação de Resultados do Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda (2008-2010).

## 1. Critérios de inventariação

Face à tipologia de objectos inventariados, temos vindo a considerar desajustada a sua denominação, assim ao invés de *Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda*, cremos mais acertada a de *Inventário dos Bens Culturais Móveis da Diocese de Bragança-Miranda*; isto por não contemplar o património edificado (ermidas, capelas, igrejas etc.) – pois há entidades estatais a isso exclusivamente dedicadas (IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) – e tratar apenas os objectos **integrados móveis** (retábulos, púlpitos, pias baptismas, divisórias, armários, etc.) e os **móveis** (painéis, frontais, imagens, paramentos e alfaia etc.).

A decisão de não procedermos à inventariação da totalidade dos bens culturais integrados móveis e móveis, inscritos neste espaço diocesano, resultou da análise evolutiva da arte, desde os primórdios até aos nossos dias. Constatamos que não pode ser a idade, o material, o estilo, a técnica, o estado de conservação, entre outros, a determinar positivamente ou negativamente a inventariação de qualquer peça, tão só a ausência ou a presença de significado religioso, artístico e histórico. Desta forma, a selecção de peças para inventário não resulta de pontos de vista subjectivos e parciais.

## 1.1. Os significados motivadores

É mais frequente do que se imagina a incorporação de peças de uso civil no espaço religioso, datáveis sobretudo dos séculos XIX, XX e XXI. A totalidade destas peças não detém qualquer significado religioso de partida, embora tenham vindo a adquirir, pelo uso, algum (colheres, vasos, castiçais, candeeiros, tapetes, almofadas, cortinas etc.). Apesar disso procede-se à avaliação dos itens, julgando-se a sua pertinência, tendo em conta as visões históricas e artísticas atentas a outros aspectos, tais como: temas, influências, reacções, autores, encomendantes, pagamentos, estilos, estéticas, técnicas, materiais envolvidos, durações de fabrico, locais de fabrico, contextualizações no espaço e no tempo, historial de intervenções etc.. São também estes e outros aspectos que contribuem para a formação do significado de uma peça.

Por outro lado, também é normal procedermos a análises artísticas e históricas em peças com significados religiosos claros e de funcionalidade principal (litúrgicas, devocionais, cultuais etc.), visando os mesmos séculos. Este embaraço tem que ver com vicissitudes várias desse tempo, políticas, sociais, económicas, culturais, artísticas, religiosas, verificáveis com maior intensidade em regiões periféricas e interiores marcadamente agrícolas.

A passagem do Antigo Regime para o Liberalismo trouxe consigo instabilidade política, agravamento da condição social e económica, ainda avivadas pelas Invasões Francesas. A Igreja, como instituição influente, com poderes próprios, foi alvo de perseguição, tendo sido vítima do regalismo, durante o século XVIII, e da secularização do clero regular, durante o século XIX. Para além de se tornar mais “insoberana” e menos ultramontana, tornou-se descapitalizada e menos independente [NETO. 1998]. Logo, a posição de mecenas principal das artes, até aí mantida, foi gravemente atingida, afectando com isso a subsistência de muitas oficinas de pintura, escultura, ourives, latoeiros e tecelões do país, levando-as à extinção, à

perda de conhecimentos, à repetição de modelos, ao encarecimento da produção, limitando o acesso da generalidade das paróquias a novas formas de arte, obrigando-as a preservar o passado material [JOÃO PAULO II. 1999].

Entre o final do Antigo Regime e a República, as paróquias não foram capazes de operar actualizações estéticas significativas com a mesma profundidade com que o fizeram séculos antes e isso não se explica com a enorme afeição ao estilo barroco. Durante o século XIX, apenas os têxteis e os metais conseguiram entrar nos templos em número apreciável. Esta situação de retrocesso de objectos adquiridos para as paróquias reverteu-se no século seguinte, porém com *deficits* de originalidade, valor material e longevidade.

Apesar destas características negativas se verificarem com a industrialização do país, com a importação de equipamentos e implementação das respectivas técnicas (pantógrafo, aerógrafo, serras eléctricas, torno mecânico, prensa mecânica, fornos-túnel, prensa cilíndrica, tear mecânico, estampado, tipografia, litografia, *offset*, matrizagem, etc.), outras houve extremamente positivas, porém pouco frequentes. Não é nossa intenção tomar partido da manufactura, desacreditando a arte industrial – de certo modo como fizeram John Ruskin e William Morris, com o movimento *Arts and Crafts*, durante a segunda metade do século XIX –, antes ir ao encontro das apologias da Arte Nova, Art Deco e Bauhaus, que consideravam interessantes, do ponto de vista artístico, obras produzidas em série, desde que fossem portadoras de significados motivadores.

## 2. Pertinência dos dados e as instituições associadas

A este projecto associaram-se organismos de diferentes naturezas (públicos e privados), com finalidades distintas (ensino, religião, património, segurança, administração), com raios de acção desiguais (nacionais, regionais, locais), provenientes de diferentes centros do país (Bragança, Porto, Lisboa), mas a todos é comum a mesma preocupação, a salvaguarda do património histórico e artístico.

Apesar da preocupação comum, estas diferentes instituições não procuram obter os mesmos dados através deste projecto. O interesse que as instituições académicas tem relativamente aos dados relativos a datações, autorias, técnicas e materiais não é o mesmo das entidades municipais, Polícia Judiciária ou a Diocese de Bragança-Miranda. O mesmo não acontece, por exemplo, quanto à localização espacial das peças inventariadas, à sua funcionalidade etc..

Logo, existiu a preocupação inicial de fornecer a cada uma destas diferentes instituições os resultados esperados, tendo havido a necessidade de desenvolver um amplo questionário para todos os domínios artísticos (ARTES DECORATIVAS: mobiliário, cerâmica, peles, metais, têxtil; ARTES GRÁFICAS: livro científico, litúrgico, paroquial, oratória sagrada e estampa; ARTES PLÁSTICAS: escultura, pintura).

## 3. A base de dados *Ars Gest* e a interdependência de dados

Nos inquéritos, para além de introduzirmos as questões definidas como fundamentais pelo ICOMOS [1996], Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja [1999] e República Portuguesa [DR. 2004] – Número de Inventário, Identificação de Conjunto, Identificação Individual, Classificação Funcional, Classificação Técnica, Localização no Território, Propriedade e Afectação, Acesso e Localização Espacial, Função, Elementos de Conjunto, Marcas e Inscrições, Descrição, Produção, Conservação Particular e Geral, Medidas, Acondicionamento e/ou Localização Final, Exames Laboratoriais, Exposições, Inventariantes, Marcação da Peça, Documentação, Bibliografia, Anexo Fotográ-

fico etc.. – cultivamos a interdependência nos dados mais relevantes e tradicionalmente ambíguos (Produção, Conservação Particular). Desta forma, dando um exemplo fictício, ao atribuímos uma peça a um determinado artista, somos obrigados a especificar qual foi o género de intervenção na peça (se criação, se renovação, se conservação etc.) e, ao mesmo tempo, associá-lo directamente a uma data, a um século, a uma parte do século, a uma etapa de produção, a um conjunto de técnicas e materiais. Esta solução tem a vantagem de tornar as coisas claras e, ao mesmo tempo, detalhadas.

## 4. Linguagem e procedimentos tendentes à normalização

Nestes últimos anos verificou-se um aumento de publicações de dicionários e glossários, escritos em Português, de técnicas e morfologias das diversas artes, uns com informação inédita, outros actualizando-a; **gravura** [JORGE; GABRIEL. 2000], **escultura** [IPM. 2004], **pintura** [IPM. 2007], **têxtil** [IPM. 1999; ALARCÃO. 1993], **mobiliário** [IPM. 2004], **cerâmica** [IPM. 1999 e 2007], **livro** [FARIA; PERICÃO. 2008]. Ainda assim, este aumento e número disponível de publicações nestas áreas está ainda longe do ideal, pois a prática no terreno revelou muitas lacunas terminológicas. Se, por um lado, conseguimos suprimir algumas dificuldades com a leitura dos inventários paroquiais dos séculos XVII, XVIII e XIX, ainda arquivados nas igrejas, por outro, tivemos que recorrer à literatura estrangeira disponível. Porém, se para muitos termos estrangeiros foi possível encontrar o equivalente literal em português, para outros isso não aconteceu, obrigando-nos, nalguns casos, a criar uma denominação própria. Convém não esquecer que a generalidade dos dicionários e glossários são subproduto das existências artísticas de excelência dos museus, sem lugar para espécies representativas de locais e regiões periféricas onde tanto o estilo, como a técnica e os materiais utilizados foram reinventadas ou adaptadas. De qualquer forma, a terminologia por nós utilizada manteve-se inalterada ao longo do inventário, sendo seleccionada a partir de opções preexistentes introduzidas na Base de Dados, sendo estas passíveis de correcção individual ou colectiva.

O mesmo propósito normativo estendeu-se de igual forma às identificações, funcionalidades e descrições das peças, tendo sido criados documentos em *excel* onde os modelos das peças-tipo foram desenvolvidos (retábulo, imagem, casula, arcaz, umbela, confessionário etc.).

## 5. Soluções de gestão eficiente

A previsão inicial de 10.650 peças para inventário levou-nos a desenvolver um sistema de classificação por forma a responder de imediato a duas questões fundamentais, qual o nível de interesse artístico e que acções de reabilitação as peças sofreram. Classificamos as características estéticas e o seu historial de intervenções para contornar a impossibilidade de manter mentalmente presentes milhares de fichas de inventário. Para o caso de haver necessidade de seleccionar peças, de diferentes estilos e proveniências, com um objectivo expositivo, o processo é muitíssimo simplificado, pois a classificação sintetiza aspectos importantes, como o nível de execução técnica e que alterações sofreu.

Por outro lado, dado que as actuais intervenções de conservação e restauro tendem, cada vez mais, a ser de preservação e de conservação e cada vez menos de restauro, ao sabermos quantas e quais as peças que, por sorte ou zelo, se mantiveram tal como foram criadas, – sem intervenções notórias e/ou conhecidas, conservadas, conservadas e restauradas, com a vida útil prolongada graças a pequenas intervenções de manutenção e submetidas a acção de desrestauro – permite-nos protegê-las de acções mais profundas e lesivas, inserindo-as, por exemplo, num regime de protecção especial, tal como acon-



tece com o património edificado já há várias décadas e com legislação rigorosa.

A nossa apreciação qualitativa de uma obra de arte não é subjectiva, pois tem em consideração apenas aspectos físicos. Para além disso, a classificação não é estática, podendo evoluir à medida que se desvendam partes da história, já que a linha que separa um juízo de valor do seu precedente e/ou imediato é ténue. O fundamental nesta questão é deter um meio de pesquisa que dê pronta resposta a dúvidas sobre o estado físico geral do vastíssimo património em causa e sua importância histórica-artística, como por exemplo: quantas e quais as peças se encontram inalteradas; que aciprestados são os mais atingidos por acções de renovação; que géneros de intervenção são mais ou menos frequentes e em que domínios da arte mais se verificam etc..

Todos os objectos inventariados, excepto os livros paroquiais, são avaliados tendo em conta dois aspectos, a sua qualidade e o seu historial de alterações físicas. A qualidade estética dos objectos é medida criticamente considerando a capacidade de sugerir plasticidade, o nível de execução técnica, o grau de correcção estilística e o seu carácter temático e esquemático inovador. Em termos qualitativos, a nota que atribuímos traduz a classificação de erudito, regular, popular e falsificação; sintetizadas nas letras **A, B, C e D**, respectivamente. São associados a estas notas números (excepção feita à **D**), de **1 a 7**, que pretendem resumir o historial de alterações físicas das peças. Se não há registo ou sinal mínimo de intervenção nas peças inventariadas é atribuído o valor **1**, se houve acção de conservação atribui-se o **2**, se foram conservadas e restauradas o **3**, se as acções sofridas visaram apenas manter a funcionalidade da peça o **4**, se foram alvo de restauro o **5**, se foram alvo de renovação o **6** e se se optou pelo desrestauro de determinada obra o **7**. Porém, há peças que, dada a maior longevidade e empatia junto dos fiéis, reúnem mais do que um tipo de intervenções, nesse caso a nota que se lhes atribuiu é referente à última intervenção sofrida, mais profunda ou visível.

### 5.1. Amostra em perspectiva

Das 11.273 peças inventariadas, gravadas em suporte papel, foram parcialmente processadas a nível informático 10.952<sup>1</sup> e integralmente as restantes 321. Este último número serve de referência, ainda que se trate de uma amostra, para tecermos algumas observações sobre a qualidade estética, o tipo de intervenções e o estado de conservação geral destas obras.

<sup>1</sup> Por «parcialmente processadas» deve entender-se o preenchimento dos seguintes supracampos: Identificação, Classificação Funcional, Classificação Técnica, Localização no Território, Propriedade e Afectação, Inventário e Fotografias.

Quanto à classificação formal das peças da amostra, a maioria (97%) pertence ao grupo B, isto é, “obras que, atendendo às características únicas de determinado estilo artístico e gosto de uma época, evidenciam um bom nível formal e técnico”.

Relativamente ao tipo de intervenções sofridas ao longo do tempo e a nível geral, a maioria das peças (55%) encontra-se por interencionar, mantendo-se fiel à origem, porém há uma percentagem significativa (20%) de peças que sofreram as mais profundas e danosas intervenções que se podem realizar, isto é, sem preocupações de irreversibilidade, preservação estética, estilística, técnica e autoral. Já as intervenções favoráveis, as do subgrupo 2 e 3, manifestam-se em apenas 2% das peças.

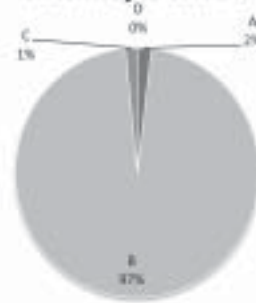
No entanto, se atendermos às intervenções por domínio artístico, o cenário é grave em todas as áreas (excepto na Estampa e no Livro, o que se compreende pelo desuso destes), sobretudo na Escultura (56%), onde as intervenções realizadas não se coadunam com os actuais critérios de conservação e restauro.

Quanto ao estado de conservação geral das peças em análise é maioritariamente deficiente (56%), mas 25% encontra-se em estado Mau e 6% em estado Crítico, o que é bastante significativo,

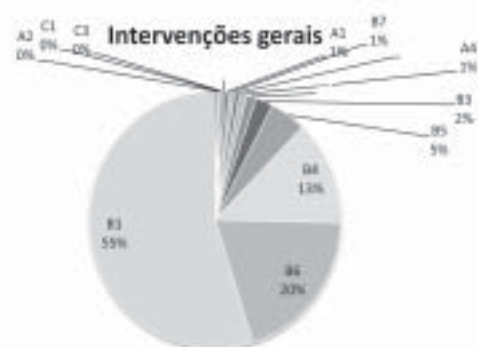
Tabela classificativa

Grupo	
A	Fazem parte deste grupo as obras que, atendendo às características únicas de determinado estilo artístico e gosto de uma época, apresentam notável plasticidade, execução técnica imprevisível e até carácter inovador.
B	Obras que, atendendo às características únicas de determinado estilo artístico e gosto de uma época, evidenciam um bom nível formal e técnico.
C	Obras difíceis enquadráveis num estilo específico, isto porque os seus autores ignoram as correntes estéticas filosóficas em voga e detêm menor experiência técnica, evidenciando, no geral, reduzida plasticidade e expressividade, bem como acentuados defeitos técnicos.
D	Obras contrafeitas, produzidas com o intuito de substituírem as originais, logo sem diferenças formais significativas.
Subgrupo	
1	Obras que conservem as suas características originais (plásticas e técnicas), podendo ter sido alvo de intervenções de conservação e, preferencialmente no caso, com relatório de intervenção, tal como a Carta de Veneza (1984, 16ª art.) aconselha.
2	Obras que mantêm as suas características originais (plásticas e técnicas) e que tenham sido sujeitas apenas a intervenções de conservação, acausado o processo de deterioração das mesmas sem acrescentar quaisquer novidades plásticas.
3	Obras que conservem as suas características originais (plásticas e técnicas), que tenham sido sujeitas a preenchimento lacunar diferenciado nas áreas e níveis degradados (suporte, preparação, cromatismo etc.) e, de preferência, como a Carta de Veneza (1984, 16ª art.) o refere, acompanhadas de relatório de intervenção (escrito e ilustrado).
4	Obras que mantêm as suas características originais (plásticas e técnicas), no entanto sujeitas a intervenções de carácter provisório nas zonas degradadas, pretendendo-se com isto apenas prolongar a função do objecto e não transformá-lo ou renová-lo.
5	Obras que mantêm as suas características originais (plásticas e técnicas), que tenham sido sujeitas a preenchimento lacunar indiferenciado e/ou reconstrução nas áreas e níveis degradados (suporte, preparação, cromatismo etc.) e até mesmo a correcções e criações, demonstrando desrespeito pelas especificidades autorais.
6	Obras sujeitas a intervenções profundas de renovação nas áreas e níveis degradados (suporte, preparação, cromatismo etc.), sem preocupações de preservação estética, estilística e técnica, ignorando as particularidades autoral, conferindo-lhes aspecto totalmente renovado.
7	Obras submetidas a operações de desrestauro, isto é, de anulação de anteriores intervenções consideradas prejudiciais ao potencial estético destas.

Classificação estética



Classificação	A	B	C	D	Total
Obras	6	310	5		321

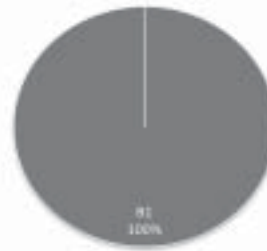


Classificação	A1	A2	A4	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	C1	C3	C5	C6	
Obras	2	1	3	175	4	7	43	15	64	2	1	1	1	1	<b>321</b>



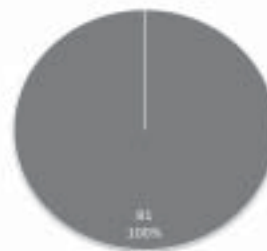
Classificação	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	C3	C5	C6	
Obras	2	2	6	2	12	11	53	2	1	1	1	1	<b>92</b>

### Intervenções Estampa



Classificação	B1	
Obras	84	<b>84</b>

### Intervenções Livro



Classificação	B1	
Obras	9	<b>9</b>

### Intervenções Pintura



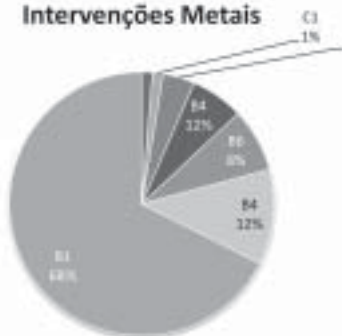
Classificação	A2	B1	B2	B4	B6	
Obras	1	6	1	4	3	<b>15</b>

### Intervenções Têxtil



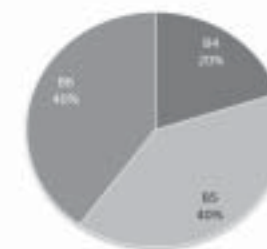
Classificação	A4	B1	B4	B5	B6	
Obras	1	17	17	1	1	<b>37</b>

### Intervenções Metais



Classificação	B1	B2	B3	B4	B5	B6	C1	
Obras	52	3	5	9	1	6	1	<b>77</b>

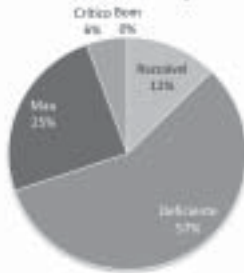
### Intervenções Mobiliário



Classificação	B4	B5	B6	
Obras	1	2	2	<b>5</b>

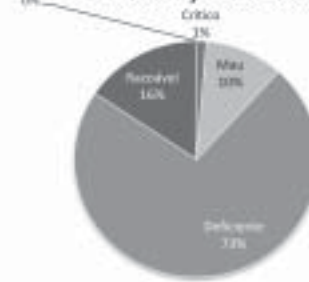


### Estado de Conservação Geral



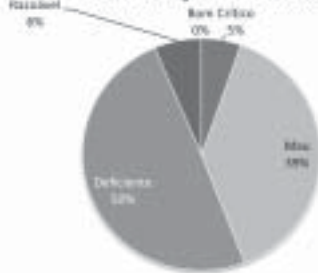
Estados	Crítico	Mau	Deficiente	Razoável	Bom	
Obras	18	79	164	40	0	321

### Conservação Metais



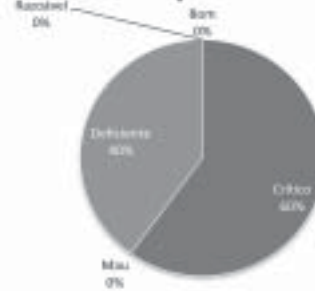
Estados	Crítico	Mau	Deficiente	Razoável	Bom	
Obras	1	8	56	12	0	77

### Conservação Escultura



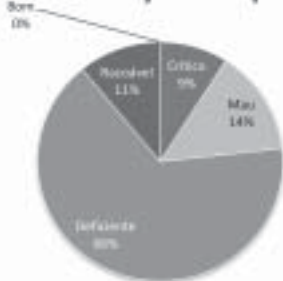
Estados	Crítico	Mau	Deficiente	Razoável	Bom	
Obras	5	36	46	6	0	93

### Conservação Mobiliário



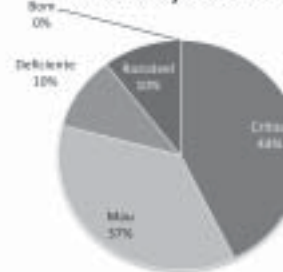
Estados	Crítico	Mau	Deficiente	Razoável	Bom	
Obras	3	0	2	0	0	5

### Conservação Estampa



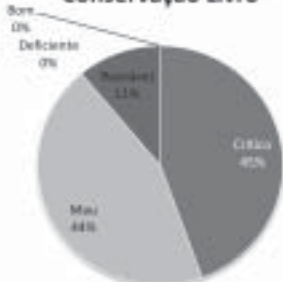
Estados	Crítico	Mau	Deficiente	Razoável	Bom	
Obras	1	13	60	10	0	84

### Conservação Pintura



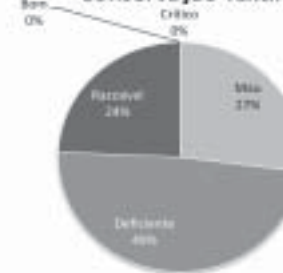
Estados	Crítico	Mau	Deficiente	Razoável	Bom	
Obras	4	7	2	2	0	15

### Conservação Livro



Estados	Crítico	Mau	Deficiente	Razoável	Bom	
Obras	4	4	0	1	0	9

### Conservação Têxtil



Estados	Crítico	Mau	Deficiente	Razoável	Bom	
Obras	0	10	18	9	0	37

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Teresa; CARVALHO, José Alberto Seabra de. *Imagens em Paramentos Bordados. Séculos XIV a XVI. 1993. IPM. [s.l.]*.
- ALVES, Jorge Fernandes. O Trabalho do Linho. in MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.). *Património e Indústria no Vale do Ave. 2002. Adrave. Vila Nova de Famalicão.*
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte e Crítica de Arte. 1988. Editorial Estampa. Lisboa.*
- ARMINJON, Catherine; BILIMOFF, Michèle. *L'Art du Metal. Vocabulaire Technique. 1998. Imprimerie Nationale Editions. [s.l.]*
- CAMPS, Josep Pérez. A Indústria dos Azulejos em Manises entre 1800 e 1940. in MANTUA, Ana Anjos (Coord.). *Cores Para a Arquitectura. Azulejaria Valenciana. Século XIII ao Século XX. 2005. MNA. [s.l.]*.
- CENNINI, Cennino. *El Libro del Arte. 2006. Ediciones Akal. Madrid.*
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. *Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004 [Agosto, 19]). N.º 195. I – Série – A.*
- ECO, Umberto. *A Definição da Arte. 1995. Edições 70. Lisboa.*
- FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro. Da Escrita ao Livro Electrónico. 2008. Almedina. Coimbra.*
- FARIA, Miguel F. Faria. Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego. in AA.VV. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). [s.d.]. BN-INCM. [s.l.]*.
- GUEDES, Natália Correia (coord.). *Thesaurus, Vocabulário de Objectos do Culto Católico. 2004. Fundação da Casa de Bragança e Universidade Católica Portuguesa. [s.l.]*.
- HEITLINGER, Paulo. *Tipografia. Origens, Formas e Uso das Letras. 2006. Dinalivro. Lisboa.*
- ICOMOS. *Principles for The Recording of Monuments, Groups of Buildings and Sites. 1996.*
- IPM. *Normais de Inventário – Escultura. 2004. IPM. [s.l.]*.
- IPM. *Normas de Inventário – Cerâmica de Revestimento. 1999. IPM.[s.l.]*.
- IPM. *Normas de Inventário – Cerâmica. 2007. IPM. [s.l.]*.
- IPM. *Normas de Inventário – Mobiliário. 2004. IPM.[s.l.]*.
- IPM. *Normas de Inventário – Pintura. 2007. IPM. [s.l.]*.
- IPM. *Normas de Inventário – Têxteis. 1999. IPM. [s.l.]*.
- JOÃO PAULO II. *Carta do Papa João Paulo II aos Artistas. A Todos Aqueles que Apaixonadamente Procuram Novas « Epifanias » da Beleza para Oferecê-las ao Mundo como Criação Artística. 1999. Vaticano.*
- JORGE, Alice; GABRIEL, Maria. *Técnicas da Gravura Artística. Xilografia, Linóleo, Calcografia, Litografia. 2000. Livros Horizonte. Lisboa.*
- MELO, Alexandre Melo. *O Que é a Arte. 1994. Difusão Cultural. [s.l.]*.
- NETO, Vítor. *O Estado e a Igreja. in MATTOSE, José (Dir.). História de Portugal. O Liberalismo. 1998. Editorial Estampa. Lisboa.*
- OLIVEIRA, Aurélio. *As Indústrias no Porto Nos Finais do Século XVIII. in ALVES, Jorge Fernandes (Coord.). A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica – Actas do Colóquio. 1998. CLC/FLUP. Porto.*
- PACHECO, José. *A Divina Arte Negra. Séculos XV e XVI. 1988. Vega. Lisboa.*
- PEREIRA, Franklin. *O Couro Lavrado no Mobiliário Artístico de Portugal. 2000. Lello Editores. Porto.*
- PIQUÉ, Rosa Vives. *Guía Para La Identificación de Grabados. 2003. Arco/Libros. Madrid.*
- PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos. 1997 (Fevereiro, 1997). Vaticano.*
- PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *As Bibliotecas Eclesiásticas na Missão da Igreja. 1994 (Março, 19). Vaticano.*
- PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *Inventariação dos Bens Culturais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de vida Apostólica: Algumas Orientações Práticas. 2006 (Setembro, 15). Vaticano.*
- PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *Necessidade e Urgência da Inventariação e Catalogação dos Bens Culturais da Igreja. 1999 (Dezembro, 8). Vaticano.*
- PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *Os Bens Culturais dos Institutos Religiosos. 1994 (Abril, 10). Vaticano.*
- PROENÇA, José António. *Mobiliário da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves. 2002. Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves. [s.l.]*.
- SECRETARIADO DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL ALEMÃ E PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *Carta de Villa Vigoni Sobre a Protecção dos Bens Culturais da Igreja. 1994 (Março, 1).*
- SIMÕES, J. M. dos Santos. *Estudos de Azulejaria. 2001. INCM. [s.l.]*.
- SOUSA, Fernando de. *História da Indústria em Trás-os-Montes. II Vols. 2006. Edições Afrontamento. Porto.*
- TEÓFILO. *As Diversas Artes. in AAVV. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. 1983. III Série – N.º 89 – 1º Tomo.*

Para memória futura se transcreve os termos de apresentação do relatório de execução final apresentado ao Quadro de referência Nacional em 29 de Março de 2011 dando assim término ao processo de candidatura aprovado em 2 de Dezembro de 2008.

## Descrição da operação

I – O Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda efectuado nos Concelhos de Alfandega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Torre de Moncorvo, Vila Flor e Vimioso, incidiu nas áreas seguintes: 1) Documentação gráfica; 2) Documentação fotográfica; 3) Escultura; 4) Arquitectura; 5) Pintura; 6) Têxtil; 7) Mobiliário; 8) Ourivesaria; 9) Cerâmica.

II – Considerou-se relevantes para o Inventário das obras de arte os dados referentes às suas características estilísticas, volumétricas, formais, históricas, qualitativas, quantitativas, de conservação, fotográficas, numéricas, entre outras.

III – O processo de registar as mais diversas características das obras de arte respeitou, observou e demonstrou a sua unicidade. Algo que se tornou incomparavelmente mais completo que o vulgo Bilhete de Identidade (pessoal), cujos campos de descrição e de identificação são reduzidos.

IV – Este procedimento assegurou e conferiu protecção à obra de arte. As obras ao serem registadas ganharam prova de existência. <http://www.inventario artistico.com>

V – Foi atribuído um número de inventário único a cada peça inventariada, constante na base de dados.

VI – Foi efectuada limpeza superficial (de depósitos) das obras de arte inventariadas, sobretudo móveis. Pretendeu-se com esta acção libertar as obras de arte do depósito que as cobria (por necessidades intrínsecas ao inventário).

VII – Com a mesma acção, pretende-se demonstrar junto dos responsáveis e zeladores do património em causa o modo de proceder correcto para que a integridade da mesma não seja violada.

VIII – Verificou-se uma melhoria no modo de tratar e considerar a obra de arte por parte dos zeladores e responsáveis, conferindo-lhe maior importância que anteriormente, dado o cuidado e a atenção que a cercam. Por conseguinte, a peça deixou de estar exposta a um número elevado de agentes físicos agressores (xilófagos, humidade, calor, exposição prolongada de luz, a descoberto acumulando poeiras, etc.), passando a estar mais protegidas e ao abrigo dos mesmos, o que faz com que intervenções mais profundas (químicas) possam ser adiadas.

IX – Acondicionamento (arrumação em condições ideais para preservar de deterioração) das obras de arte inventariadas. Acondicionamento das peças já inventariadas em locais ideais (nas próprias igrejas) para as preservar de agressões físicas desnecessárias. Com esta acção, pretendeu-se demonstrar aos zeladores e responsáveis destes bens, formas e alternativas de acondicionamento não danificadoras das matérias ou materiais que as compõem.

## Descrição geral das actividades desenvolvidas.

## Acção 1- Inventário

Apesar de estarem contratualizadas a inventariação de 10649 peças, foi possível inventariar 11.265 peças que se encontram on-line em <http://inventarioartístico.com>

Estava previsto que a componente Nacional fosse realizada em termos proporcionais pelas seguintes autarquias, que para tanto assinaram um termo de responsabilidade, anexas à candidatura aprovada. Assim; assumiram essa responsabilidade, Câmara Municipal de Alfândega da Fé; Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães; Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e Câmara Municipal de Vila Flor. Sendo que as Câmaras Municipais de Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo não assumiram as suas responsabilidades e a Câmara Municipal de Vila Flor liquidou parcialmente a verba que lhe correspondia. As restantes liquidaram integralmente as suas participações se bem que diminuídas da verba prevista na acção 2 – Restauro de obras de referência, (121.362,01€) aprovada em sede de candidatura, mas que por questões burocráticas não foi totalmente considerada pelos serviços de fiscalização e análise do QREN.

Também, mal aprovado em sede de candidatura, a realização de 5 estágios profissionais, não foi considerado pelos serviços de fiscalização e análise do Qren, apesar de se terem realizado, 4 dos 5 estágios previstos (Dr<sup>a</sup> Fátima Santos, Dr. Ricardo Naito, Dr<sup>a</sup> Filipa Leite e Dr<sup>a</sup> Raquel Seixas).

Participaram em condição de voluntariado os Srs., Drs; Ana Patrícia Santana, Ana Pinto, Andreia Tostões, Carlos Morgado, Cláudia Cláudio, David Camilo, Isabel Lopes, Madalena Costa Cabral, Margarida Cerdeira, Maria da Graça Rodrigues, Martha Punter, Mónica Maurício, Pedro Simões, Sérgio Rosa Abelha e Teresa Crespo.

Pelo exposto e por solicitação da Diocese de Bragança-Miranda, realizou-se o inventário das peças mais significativas do Concelho de Vimioso. Resultados finais de peças inventariadas por Concelho: Alfândega da Fé, 1.673 peças inventariadas. Carrazeda de Ansiães 126 peças inventariadas. Freixo de Espada à Cinta 848 peças inventariadas. Macedo de Cavaleiros 5.195 peças inventariadas. Torre de Moncorvo 1.401 peças inventariadas. Vila Flor 1.814 peças inventariadas e Vimioso 208 peças inventariadas.

#### **Ação 2 – Restauro de Obras em referência**

Aprovado em sede de candidatura a verba de 121.362,01€ nos pressupostos desta acção ser realizada na oficina de restauro da entidade promotora – Associação Terras Quentes com o apoio técnico científico, se necessário, da Escola das Artes do núcleo do Porto da Universidade Católica esta acção não se pode efectuar na sua plenitude visto, segundo os técnicos de fiscalização e análise da candidatura, não a considerarem por questões burocráticas. Mesmo com esta condicionante foram alvo de intervenções de restauro 78 peças que se encontram expostas na exposição permanente do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros.

#### **Ação 3 – Marcação de peças; Sistemas de detecção (chips e microdots) e de referência.**

Aprovado em sede de candidatura a verba de 0,39€ para despesas de deslocação, alinhado com os valores a aprovar para os anos subsequentes em função dos valores da função pública, e apesar de, em reunião realizada na sede da CCRD-n em Novembro de 2009 ter sido esse valor confirmado, pela vossa técnica Dr<sup>a</sup> Maria Manuela Russo, dias após, recebemos um e-mail proveniente da vossa estrutura sub-regional de Vila Real do técnico Eng. Armando Oliveira a desmentir o acordado fixando em 0,12€ o valor do km percorrido. Nesta eventualidade tornou-se insustentável a execução da Acção 3 – Marcação de peças, sistema de detecção e de referência.

#### **Ação 4 – Formação: Formação local: Boas práticas de conservação**

#### **preventiva; Formação de voluntários.**

Para além da formação dada aos voluntários e estagiários referidos na acção 1, procedeu-se de forma sistemática, em todos os locais de culto inventariados acções de formação de boas práticas de conservação preventiva junto dos párocos e comissões fabriqueira. Em Julho do ano de 2009 realizou-se aquando da realização da exposição temporária no concelho de Alfândega da Fé uma acção pública onde estiveram presentes todas as comissões fabriqueiras.

#### **Ação 5 – Apresentação de resultados: Indirecta e permanente (sitio de Internet, Guia e catálogo (Ciclo de conferências e exposições).**

A apresentação pública dos resultados do inventário histórico-artístico da Diocese de Bragança Miranda realizou-se no passado dia 22 de Janeiro de 2011 no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, com a presença de cerca de 120 pessoas, para além de meios de comunicação social regionais e nacionais. Para além desta conferência foram realizados nos anos de 2009 e 2010 as “Noites com o património, dedicadas à História de arte, em que o tema foi o inventário da operação em análise. Desde o início da operação esteve no ar no site da Associação Terras Quentes, [www.terrasquentes.com.pt](http://www.terrasquentes.com.pt) a publicitação da operação. Está on-line com acesso restrito a base de dados de trabalho do inventário em <http://pa.terrasquentes.com.pt:9600> e em espaço aberto com informação reduzida, por questões de segurança e de acordo com a vontade de Diocese de Bragança-Miranda encontra-se a informação a disponibilizar ao ciberespaço em <http://inventarioartístico.com>.

Foram elaborados e colocados a público 2 catálogos: Exposição temporária de Alfândega da Fé e Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. Foi dado ao prelo um terceiro catálogo para o museu de arte Sacra de Vimioso, que por questões técnicas das instalações onde irá funcionar o referido museu espera pela marcação da data da sua inauguração por parte da Edilidade de Vimioso.

#### *Desvios registados e respectiva justificação*

#### **2.3 – DESVIOS REGISTRADOS E RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO**

##### **Ação 1 – Inventário.**

Verificou-se um aumento de 6% relativamente ao número de peças previstas a inventariar. Assim, foram inventariadas por paróquia, as seguintes peças: Concelho de Alfândega da Fé; Agrobom, 40; Alfândega da Fé 186; Cabreira, 64; Castelo 66; Cerejais 100; Colmeais 3; Covelos 15; Eucísia 24; Felgueiras 16; Ferradosa 47; Gebelim 97; Gouveia 68; Legoinha 8; Parada 88; Picões 14; Pombal 15; Saldonha 66; Sambade 137; Santa Justa 13; Sendim da Serra 147; Sendim da Ribeira 61; Soeima 73; Vale Pereiro 51; Vales 49; Valverde 84; Vila Nova 4; Vilar Chão 80; Vilarelhos 25; Vilares de Vilarça 32. Concelho de Carrazeda de Ansiães: Carrazeda de Ansiães 84; Samorinha 42; Concelho de Freixo de Espada à Cinta: Fornos 120; Freixo de Espada à Cinta 245; Lagoaça 99; Ligares 174; Mazouco 114; Poiães 96. Concelho de Macedo de Cavaleiros: Ala 69; Amendoeira 27; Arcas 16; Argana 12; Arrifana 8; Bagueixe 92; Bornes 85; Bouzende 33; Brinço 48; Burga 35; Cabanas 4; Carrapatas 25; Carrapatinha 4; Castelãos 34; Castro Roupal 88; Cernadela 53; Chacim 532; Comunhas 49; Cortiços 109; Corujas 35; Edroso 53; Espadanedo 76; Ferreira 77; Fornos de Ledra 29; Gradissimo 34; Gralhós 140; Grijó 162; Lagoa 213; Lamalonga 568; Lamas 54; Latães 40; Limãos 32; Lombo 20; Macedo de Cavaleiros 119; Malta 83; Meles 113; Mogrão 3; Morais 153; Murços 35; Nogueirinha 22; Nozelos 6; Olmos 12; Paradinha de Besteiros 24; Peredo 50; Pinhovelo 72; Podence 75; Salselas 119; Santa Combinha 112; Sezulfre; 34; Sobreda 33; Soutelo Mourisco 17; Talhas 248; Talhinhas 137; Travanca 44; Valdrez 20; Vale Benfeito 209; Vale da Porca 141;

Vale Pradinhos 30; Valongo 1; Vila Nova de Rainha 5; Vilar do Monte 100; Vilarinho de Agrochão 75; Vilarinho do Monte 14; Vilar de Ouro 1; Vinhas 168. Concelho de Torre de Moncorvo: Açoreira 82; Cabanas de Baixo 6; Cabeça Boa 93; Cabeça do Mouro 29; Carviçais 238; Felgar 161; Felgueiras 16; Foz do Sabor 17; Larinho 61; Maçores 67; Mós 218; Peredo dos Castelhanos 122; Souto da Velha 75; Urros 260. Concelho de Vila Flor: Alagoa 18; Arco 9; Assares 72; Benlhevai 27; Cadoso 34; Carvalho do Egas 34; Folgares 5; Freixiel 68; Lodões 57; Macedinho 25; Meireles 28; Mourão 32; Nabo 52; Ribeirinha 4; Roios 175; Samões 32; Sampaio 56; Santa Comba de Vilarça 86; Seixo de Manhoses 29; Trindade 51; Valbom 7; Vale Frechoso 103; Valtorno 70; Vieiro 23; Vila Flor 556; Vilarinho das Azenhas 74; Vilas Boas 89. Concelho de Vimioso: Algosó 26; Angueira 13; Argozelo 4; Avelanoso 6; Avinhó 7; Caçarelhos 16; Campo de Víboras 5; Junqueira 4; Mora 5; Pinelo 10; Santulhão 19; São Joanico 7; Serapicos 8; Uva 9; Vale de Algosó 10; Vale de Frades 5; Vilar Chã da Ribeira 10; Vilar Seco 5; Vimioso 39.

### Acção 2 – Restauro de Obras de referência.

Estava prevista a intervenção de conservação e restauro em 48 peças de referência. Apesar de aprovada a verba de 121.362,01€ para o efeito e de não nos ter sido possível (por não aceitação dos vossos serviços de fiscalização e análise) apresentar a facturação/custo desta rubrica, mas tão-somente algumas despesas com salários, realizou-se a intervenção em 78 peças somente no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Tendo-se, assim que fomos informados da não ilegitimidade da rubrica em consonância com os termos de aprovação da candidatura. Oficiou-se todos os municípios envolvidos na operação que se retiraria a verba referida para o restauro das obras de referência, deduzindo assim as verbas a participar por cada Município. Considerando as peças expostas no Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros (78) houve um aumento de 63% relativamente ao indicador de realização.

### Acção 3 – Marcação de Peças

Realizou-se somente a marcação de 12 peças (experiências). Não foi possível a realização desta acção em virtude da entidade ter recebido a notícias (por e-mail) em Novembro de 2009 dos serviços da fiscalização e análise da candidatura, que não era possível respeitar o pagamento da verba aprovado e estipulada para as deslocações necessárias à marcação das peças de 0,39€ p/km, mas só seria elegível o valor de 0,12€ p/km inviabilizando assim a realização da acção 3.

### Acção 4 – Formação. Formação local: Boas práticas de Conservação preventiva; Formação de Voluntários

Acções de formação aos voluntários finalistas e semifinalistas em História de Arte: Voluntários, Drs; Ana Patrícia Santana, Ana Pinto, Andreia Tostões, Carlos Morgado, Cláudia Cláudio, David Camilo, Isabel Lopes, Madalena Costa Cabral, Margarida Cerdeira, Maria da Graça Rodrigues, Martha Punter, Mónica Maurício, Pedro Simões, Sérgio Rosa Abelha e Teresa Crespo. 15 Voluntários média de formação 15 dias de trabalho = 225 dias de formação x 7h = 1.575horas (Campanhas 225). Estágios profissionais: Dr<sup>a</sup> Fátima Santos, (12 meses) Dr. Ricardo Naito (9 meses), Dr<sup>a</sup> Filipa Leite (3 meses) e Dr<sup>a</sup> Raquel Seixas (12 meses). = 36 Mesesx22diasx7horas = 5.544horas de formação. (Campanhas 792)

Horas de formação em história de arte: 5.544 horas de formação. (1017 campanhas) ( 1.257 destinatários)

Conservação e restauro: realizaram-se na oficina de conservação e restauro da Associação Terras Quentes os estágios de

verão da Escola das artes nos anos de 2008 e 2009 tendo participado em 2008 durante o período de 3 semanas 9 alunos e no ano de 2009 7 alunos durante o mesmo período de 3 semanas, perfazendo um total de 16 alunos x15diasx7horas = 1.680horas de formação. (240 campanhas)

Foram efectuados dois estágios profissionais no ano de 2008 (Dr<sup>a</sup> Bárbara Campos Maia e Dr. Tiago Peres Oliveira) durante um período de 9 meses cada = 18 meses de formaçãox22diasx7horas= 2.772horas (396 campanhas)

Realizaram-se 384 campanhas, junto as comissões fabriqueiras e zeladores de igrejas que tiveram em média a presença de dois elementos de cada paróquia durante o período de um dia de formação. Assim: 384x2x7 horas = 1.536 horas de formação. (campanhas 384)

Horas de formação em Conservação e restauro: 1.680h+2.772horas+1.536horas = 5.988 horas. (Campanhas 384+396+240=1.020); (destinatários 1.404)

Resumo: Campanhas em História de Arte = 1017 - Campanhas em Conservação preventiva = 1.020 –

Total: de campanhas realizadas = 2.037 - desvio para mais em 196%

Total de participantes em Workshops 384x2 = 768 – desvio para mais em 2844%

Total de destinatários das campanhas de comunicação: 2.661 – desvio para mais em 29%.

### Acção 5 – Apresentação de resultados: indirecta e permanente (sitio de internet, Guia, Catálogo, conferências e exposições).

A apresentação pública dos resultados foi realizada no passado dia 22 de Janeiro de 2011, no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros com o seguinte programa:

#### Conferências de balanço

##### 14h00

Abertura: Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Eng.º Beraldo Pinto.

##### 14h15

- Intervenção geral sobre o projecto “1ª fase do Inventário da Diocese Bragança-Miranda”, pelo Presidente da Associação Terras Quentes, Mestre Carlos Mendes (ATQ).

##### 14h35

- Intervenção geral sobre as metodologias, faseamento de campo e resultados de inventário, pelos Drs. Lécio Leal, Lília Pereira da Silva, Fátima Pereira dos Santos e Raquel Seixas (ATQ) e Eng. Carlos Miguel Mendes (XNetWork).

##### 15h00

- O QREN e o desenvolvimento integrado do interior, por representante do QREN a designar. (Não compareceu)

##### 15h15

- Intervenção geral sobre Inventário e Investigação: valências e sentidos do Património artístico da Diocese de Bragança, pelo Prof. Doutor Vitor Serrão (IHA-FLUL).

##### 15h35

- A Igreja e o inventário discriminado dos seus bens artísticos, por Sua Ex.<sup>a</sup> Reverendíssima D. António Montes Moreira, Bispo de Bragança-Miranda, e/ou o senhor Padre Delfim, Presidente da Comissão de Arte Sacra da Diocese de Bragança-Miranda.



**Conferências sectoriais**

**16h00** - Caracterização da Arquitectura Religiosa e Civil Transmontana, pelo Prof. Doutor Luís Alexandre Rodrigues (Univ. do Porto).

**16h15** - Um 'caso de estudo': o Retábulo quinhentista da Igreja de Malta, por Dr<sup>a</sup> Maria Isabel Costa Lopes (IHA-FLUL).

**16h30** - A Arte do Fresco em terras da Diocese de Bragança: metodologias de estudo, conservação e revalorização, com 'casos de estudo' para o concelho de Alfândega da Fé, por Joaquim Inácio Caetano (IHA-FLUL).

**16h45** - O fresco do convento de S. Francisco de Bragança, pelo Prof. Luís Afonso (FLUL).

**17h00** - A retabulística da Catedral de Miranda do Douro, pelo Prof. Doutor António Rodrigues Mourinho.

**17h15** - Repositórios transmontanos: da obra pictórica e de gravado do artista lisboeta António Joaquim Padrão" por Dr. Lécio da Cruz Leal (ATQ).

**17h30** - História da Arte e Arqueologia: pontos de convergência teórica e metodológica, pelo Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez (FLUL).

**17h45** - Damião Rodrigues Bustamante, proficuo pintor de Valladolid a laborar no nordeste transmontano, por Dr<sup>a</sup> Lília Pereira da Silva (ATQ).

**18h00** - O caso de estudo de António Leitão, pintor maneirista de óleo e de fresco, por Prof. Doutor Vítor Serrão (IHA-FLUL).

**18h15** - A herança dos genes, o património inestimável, pelo Dr. Manuel Cardoso.

**18h30** - Fim dos trabalhos.

O programa cumpriu-se quase integralmente, faltando somente um comunicador, o representante da CCDR-N/Oren, não sabendo a organização a razão da sua não comparência. Assim foram proferidas 16 palestras tendo como pano de fundo os trabalhos de inventário da Diocese Bragança-Miranda.

**Quanto aos indicadores de realização, previa-se realizar:**

1 Exposição. – Realizou-se 1 exposição permanente e uma exposição temporária.

1 Seminários. – Realizaram-se 3 ( 2 em Macedo de Cavaleiros e 1 em Alfândega da Fé)

1 Catálogo editado. – Editaram-se 2 (Macedo de Cavaleiros e Alfândega da Fé) estando um terceiro no prelo (Vimioso).

1 Guia editado. – Editaram-se 2 guias (Macedo e Alfândega da Fé)

24 Outdoors editados. – Editaram-se 28 Outdoors (Macedo de Cavaleiros; 10 Museu, 4 Apresentação resultados; 4 Noites com o património, 6 Carros Associação Terras Quentes; 4 Alfândega da Fé).

1 Brochura editada. – Editaram-se 4 (3 museu de arte sacra Macedo Cavaleiros e 1 Exposição de Alfândega da Fé).

Indicadores de resultados, previa-se realizar:

2.500 Exemplares de catálogos distribuídos. - Distribuíram-se 2.500 museu Macedo de Cavaleiros; 1.500 exposição temporária de Alfândega.

6.000 Exemplares de brochuras distribuídas – Distribuíram-se 4.000 (2 edições do museu de Macedo de Cavaleiros).

24 Oradores em Seminários: 2 noites com a arte Sacra – 8 oradores; Seminário em Alfândega da Fé 5 oradores; Apresentação de resultados 16 oradores, total: 29

4.320 Visitantes em Exposições – Museu de Arte Sacra 18 Maio 2009 a 31 de Janeiro de 2011 = 8.000 visitantes, exposição temporária de Alfândega da Fé 800 visitantes.

6.000 Exemplares de guias de exposições realizadas – Museu de arte sacra de Macedo 8.000 guias; Exposição temporária de Alfândega da Fé 800 guias distribuídos.

### 3.1.1 Indicadores de Realização Física

INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA			APROVADO		EXECUTADO		TAXA DE EXECUÇÃO
Ação	Designação	Unidade	Quantidade (1)	Valor		Valor	(2) = (2) / (1)
1	Nº Arquivos inventariados	Unidade	10,649			11,265	6%
2	Nº peças intervencionadas	Unidade	48			78	63%
3	Nº horas, sessões de trabalho realizado	Unidade	8,285			12	0%
4	Nº campanhas comunicação realizadas	Unidade	688			2,037	296%
5	Nº exposições realizadas	Unidade	1				200%
5	Nº seminários realizados	Unidade	1				300%
5	Nº Catálogos editados	Unidade	1			2	200%
5	Nº Guias editados	Unidade	1				200%
5	Nº Outdoors editados	Unidade	24				17%
5	Nº de brochuras editadas	Unidade	1			4	400%
	<b>Taxa de indicadores de realização</b>						<b>168%</b>

### 3.1.2 Indicadores de Resultado

INDICADORES DE RESULTADO			APROVADO	EXECUTADO	TAXA DE EXECUÇÃO
Ação	Designação	Unidade	Quantidade (1)	Quantidade (2)	(3) = (2) / (1)
1	Nº exemplares guias distribuídos	Unidade	10.649	11.265	6%
2	Nº obras intervencionadas	Unidade	48	78	63%
3	Nº exemplares distribuídos	Unidade	5.324	12	0%
4	Nº participantes em workshops	Unidade	27	768	2844%
4	Nº destinatários campanhas de comunicação	Unidade	2.064	2.661	29%
5	Nº exemplares catálogos distribuídos	Unidade	2.500	4.000	60%
5	Nº exemplares de brochuras distribuídas	Unidade	6.000	4.500	75%
5	Nº de oradores em seminários	Unidade	24	29	21%
5	Nº de participantes em seminários	Unidade	480	400	-8%
5	Nº de visitantes em exposições realizadas	Unidade	4.320	8.800	103%
	Nº de exemplares em exposições realizadas	Unidade	6.000	8.800	47%
5	Taxa de indicadores de resultados				295%

## Justificação dos desvios financeiros

**Componente 28** – Serviços Conservação de Bens (verba aprovada após reprogramação: 122.672,01€)

Foi aprovado em sede de candidatura a verba de 121.362,01€ que, após, a reprogramação 1/2011, transferiu-se a verba de 14.487,76€ para a componente 34 entretanto criada e a verba de 1.310,00€ para a componente 28. Após a dedução dos valores apresentados a pagamento revelou-se nesta rubrica um saldo de 103.275,29€.

Este desvio de 103.275,29€, verificou-se pelo facto de os serviços de análise e fiscalização da CCDD-N não terem considerado como válido o modo de justificação apresentada, nos termos da aprovação desta rubrica. Isto é, que todos os bens a serem restaurados, verteriam do critério de escolha da equipa de inventariantes e os mesmos fossem intervencionados na Oficina de Restauro da entidade promotora, cabendo a esta a apresentação da factura final. Os valores apresentados e validados referem-se somente a alguns recibos verdes de colaboradores, que intervencionaram as peças. Não se tendo considerados, entre outros, os custos de materiais, equipamentos e outros custos e mais-valias inerentes aos trabalhos de recuperação das peças. Nesta eventualidade, existindo por um lado, o critério do Órgão de Gestão utilizado em sede de aprovação (o que levou a Entidade promotora a fazer a fazer grandes investimentos na área), por outro a desautorização do Órgão de Gestão por parte dos serviços de fiscalização. Deve-se pois, considerar como esgotada a verba de 103.275,29€ ou seja, todos os valores inerentes à componente 28 como realizada.

Taxa de realização financeira: 100%

**Componente 32** – Comunicações (Verba aprovada 7.788,48€).

Apresentou-se a pagamento a verba de 1.957,51€, não foi utilizada a verba remanescente de 5.830,97€.

Taxa de realização financeira: 25,36%

**Componente 33** – Transportes (Verba aprovada 35.100,00€)

A verba aprovada pelo Órgão de gestão pressupõe o pagamento do valor do km, para o ano de 2009 de 0,39€ e para o ano de 2010, o valor de 0,40€, em paridade com os valores aprovados para a função pública. Estes valores foram confirmados em reunião havida nas instalações da CCRD-N em 23 de Novembro de 2009 pela Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Manuela Russo. Todavia no dia seguinte a entidade promotora recebeu um e-mail proveniente da subestrutura de Vila Real (Eng.º Armando Oliveira) informado que a informação passada na referida reunião não estava correcta aplicando para o caso de candidatura o valor de 0,12€ por km efectuado. Este desrespeito aos valores aprovados veio prejudicar parte dos valores da componente 60, marcação de peças, com a seguir justificaremos.

Perante esta evidência apresentou-se a pagamento, o valor elegível de 4.700,16€, havendo um remanescente não utilizado de 30.399,84€. Devendo contudo considerar-se esta verba esgotada pelo facto de não se ter respeitado os valores aprovados em sede de candidatura.

Taxa de realização financeira: 100%

**Componente 34** – (nova componente aberta com a reprogramação 1/2011) valor aprovado 14.487,76.

Apresentou-se a pagamento o valor de 1.226,55€. Solicitou-se à subestrutura de Vila Real, Eng.º Armando Oliveira em 31 de Janeiro às 21h41 o pedido de abertura de novo contrato de fornecedores, com despesas referente a esta componente, pedido que até à data do término da entrega deste relatório final, 31 de Março de 2011, não foi executado. Nessa eventualidade responsabilizamos os vossos serviços de não nos ter proporcionado a apresentação de despesas referente a esta componente. Assim devem considerar a totalidade das verbas referente à componente 34, como esgotadas.

Taxa de execução financeira: 100%.

**Componente 35** – Seguros automóveis. (verba aprovada 1.798,64€)

Previa-se no programa da candidatura entregue para aprovação, a aquisição de duas viaturas ligeiras em estado novo para a realização dos objectivos verba que não foi aprovada. O valor inscrito nesta componente 35 (seguros automóvel) estava adstrita às viaturas a adquirir. Não se entende, portanto que ao não terem aprovada a aquisição das duas viaturas tenham mantido e aprovado uma verba que nunca poderia ser utilizado, por maioria de razão. Assim não foi apresentado a pagamento qualquer despesa referente a esta componente, todavia pela sua inutilidade de ter sido aprovada deve o órgão de Gestão, considerar esta rubrica realizada.

Taxa de realização financeira da componente 35: 100%

**Componente 36** – Serviços – Estudos, pareceres, projectos e Consultoria – Verba aprovada 2.000,00€.

Foi apresentado a pagamento a verba de 20,00€, não tendo sido justificado a verba remanescente de 1.980,00€

Taxa de realização financeira da componente 36: 1%

**Componente 37** – Serviços, Publicidade – Verba aprovada 7.224,87€

Foi apresentada a pagamento a verba de 1.335,41€, não tendo sido utilizado o remanescente de 5.889,46.

Taxa de realização financeira: 18,48%.

**Componente 38** – Serviços, Trabalhos especializados. (Verba aprovada 86.420,65€)

A verba de 86.420,65 aprovada nesta componente desdobrava-se em 58.736,40€ na acção 1; 10.454,40€ na acção 4 e 17.229,85 para a acção 5. Os trabalhos a desenvolverem-se nas acções 4 e 5 foram transferidas para a componente 34 aberta com a reprogramação nº 1/2011. Assim manteve-se a verba inicialmente aprovada de 86.420,65€ onde se justificou a verba nesta componente de 8.138,31€, não se justificando o remanescente de 78.282,34.

Taxa de execução financeira na componente 38: 9,42%

**Componente 58** – Equipamento administrativo – (verba aprovada após reprogramação) 11.207,83€

Foi apresentado a pagamento a verba de 80,00€ nesta componente, não havendo justificação para a verba de 11.127,83.

**Componente 59** – Equipamento – Software informático. (Verba aprovada 40.804,66€)

Em reunião havida nas vossas instalações em 4 de Janeiro de 2001, ficou assente não só a necessidade do pedido de pedirmos a prorrogação do prazo da candidatura para 31 de Janeiro de 2011, assim como proceder ao pedido de reprogramação financeira. Prendia-se esta necessidade com o facto de haver pendentes 104 pedidos de pagamento, todos efectuados durante o início do ano de 2010, e aos quais nunca recebemos qualquer notícia sobre a sua liquidação. Assim submetemos no dia imediato novo pedido de pagamento no sentido de podermos ser ainda ressarcidos de algumas verbas que nos proporcionasse o pagamento de facturas referentes a esta verba. Devido, provavelmente, ao excesso de zelos da fiscalização da subestrutura de Vila Real, todo esse tempo se esgo-

tu, não havendo possibilidade de se proceder ao pagamento de facturas a fornecedores incluídos nesta componente. Assim, foram justificados 13.254,12€, ficando por justificar o remanescente no valor de 27.550,54€.

Taxa de execução financeira da componente 59: 32,48€.

**Componente 60** – Equipamento – Ferramentas e utensílios. (verba aprovada 53.321,22€)

Nesta rubrica inseria-se a acção 3, Marcação de peças. Pelo facto já relatado na componente 33 (transportes) referente ao valor do km, aprovado pelo Órgão de gestão, não ter sido respeitado, inviabilizou a execução desta acção. Assim deve ser considerada como realizada a verba de 30.297,21€ que se destinava a execução desta acção.

Foram apresentadas a pagamento a verba de 3.542,20€ à qual se deve juntar a verba de 30.297,21€ da marcação de peças o que perfaz uma execução de 33.839,41€.

Taxa de execução financeira da componente 60: 63,47%.

**Componente 62** – Equipa Técnica. (Valor aprovado após reprogramação, 177.710,84€)

Nesta componente previa-se e foi aprovado pelo órgão de gestão a verba de 23.410,30 relativa a realização e apoio a 5 estágios profissionais. Verba irregularmente aprovada, mesmo atendendo a que a verba aprovada se referia a 40% do valor desses estágios, valor a encargo pela entidade promotora, aquando da aprovação pelo IEFP dos referidos estágios.

Realizaram-se 4 estágios todos suportados integralmente pela entidade promotora.

Foi apresentado a pagamento nesta componente a verba de 94.700,82, à qual se deve associar a verba de 23.410,84€ referente aos estágios irregularmente aprovados, o que perfaz o valor de 118.111,66€. Existindo um remanescente nesta componente de 59.599,18€

Taxa de execução financeira: 66,46€

Taxa geral de execução financeira: 62,50%

**Notas ao relatório:**

A informação prestada pelos técnicos presentes na reunião de 23 de Novembro de 2009, onde se esclareceu que as verbas destinadas as componentes 28, restauro de peças de referência, componente 33 transportes, não poderia ser aceites em conformidade com os termos da aprovação da candidatura, afectou também de forma definitiva a realização integral da componente 60, marcação de peças, pois não seriam aceites em conformidade com a aprovação do dossier da operação. A todos estes dislates à que somar o silêncio dos vossos serviços no respeitante aos pedidos de pagamento submetidos no ano de 2009, por parte da fiscalização da acção. O atrás exposto, foi determinante para a não realização integral de todos os itens da operação, facto a que somos totalmente alheios, cabendo a inteira responsabilidade aos termos da aprovação e aos serviços de análise a fiscalização da CCDR-N.

Foram vários os ecos da imprensa local, regional e nacional à apresentação dos resultados apresentados no dia 22 de Janeiro de 2001.



## Reproduzimos aqui alguns artigos publicados:

JORNAL NOTÍCIAS DE 23 DE JANEIRO 2011

### **Desvendadas mais de 11 mil peças de arte sacra**

Glória Lopes

Pode estar em causa a segunda fase do inventário do património da diocese de Bragança, devido aos atrasos no pagamento das verbas do QREN relativas à primeira fase da candidatura, orçamentada em 560 mil euros e da qual foram pagos apenas 18 mil euros.

A primeira fase do inventário do património artístico da Diocese de Bragança-Miranda permitiu o registo de 11.192 peças até aqui oficialmente desconhecidas. Apesar de este trabalho ser considerado "muito importante", por D. António Montes, o actual bispo, a Associação Terras Quentes, entidade que gere o processo, está a deparar-se com obstáculos de ordem financeira por falta de transferência das verbas de uma candidatura ao QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional) que mereceu aprovação.

A candidatura avançou em 2004, estava orçamentada em 560 mil euros, mas até à data a Associação apenas recebeu uma tranche no valor de 18 mil euros. A primeira fase, que termina a 31 de Janeiro, destinou-se a fazer o levantamento e inventariação do património religioso de sete concelhos do sul do distrito de Bragança, mas a segunda parte do inventário, nos concelhos mais a norte, pode estar em risco uma vez que a primeira candidatura sofreu um corte de 260 mil euros. Esta situação impediu o restauro e a reabilitação das peças mais importantes de cada freguesia, um trabalho que estava previsto. "Essa verba não vai ser paga", afirmou Carlos Mendes, presidente daquela associação.

A recuperação das imagens, objectos e pinturas de arte sacra acabou por fazer-se apenas em Macedo de Cavaleiros com apoio da Câmara e das Comissões Fabriqueiras das Paróquias das aldeias. Por outro lado, alguns dos municípios também ainda não cumpriram os pagamentos que lhe competiam, 55% do valor da candidatura era proveniente de fundos comunitários e 45% seria suportados pelas autarquias. "Não entendemos a situação pois existe um acordo entre a Conferência Episcopal Portuguesa e o Estado de que todos os trabalhos de inventariação nas dioceses seriam financiados em 75%.

Bragança só foi contemplada com 55%, o que é uma discriminação negativa numa região pobre", lamentou Carlos Mendes. A segunda fase está num impasse, já sofreu cortes em vários itens "o que vai trazer problemas sérios, mas estamos em reuniões para encontrar uma solução", admitiu.

O levantamento pôs a nu "vários tesouros cujo valor era desconhecido, pois nunca tinha sido feito qualquer trabalho semelhante", explicou Carlos Mendes. Inicialmente previa-se o estudo de 10.650 peças, mas apesar das dificuldades foi possível inventariar mais de 11 mil. Nos concelhos do norte do distrito estima-se que existam mais de 50 mil dignas de estudo.

Ontem foi activado um sitio na Internet onde estão os resultados do inventário e uma descrição das obras. Vitor Serrão, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, considerou o levantamento realizado na diocese de Bragança um "trabalho detectivesco", que permitiu revelar uma quantidade enorme de obras desconhecidas. O especialista considerou este património tão rico que merece a criação de uma rota turística para o poder apreciar. Na sequência da inventariação foi criado um Museu de Arte Sacra em Macedo de Cavaleiros.



JORNAL DESTACK 23 DE JANEIRO

## BRAGANÇA

### **Inventário do património religioso recuperou imagem desaparecida há 150 anos**

22 | 01 | 2011

*A Diocese de Bragança-Miranda foi alvo nos últimos anos de três furtos de arte sacra, alguma recuperada graças ao inventário do património religioso que conseguiu também devolver à região uma imagem desaparecida há mais de 150 anos.*

Esta é uma das mais-valias e “motivo de alegria deste inventário”: permitir recuperar património roubado, como realçou hoje Victor Serrão, um dos historiadores da equipa que, desde 2004, está a elaborar o primeiro inventário histórico e artístico da Diocese de Bragança-Miranda, a cargo da associação cultural “Terras Quentes”.

O historiador da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa lembrou, na apresentação dos primeiros resultados, em Macedo de Cavaleiros, que foi um dos inventaristas que detectou num antiquário de Lisboa a imagem desaparecida da igreja matriz de Macedo de Cavaleiros em meados do século XIX.

Ninguém sabe ao certo o que aconteceu na época, mas com ajuda da Polícia Judiciária (PJ), parceria no projecto, conseguiram provar que era a imagem que faltava num conjunto de cinco e fazê-la regressar à origem.

Foi também este trabalho que ajudou a PJ a recuperar, no Montijo, a imagem e outras peças furtadas, há dois anos, do santuário do Santo Antão da Barca, em Alfândega da Fé.

Sem resultados encontra-se ainda a investigação ao furto de uma imagem do menino Jesus que desapareceu da igreja matriz de Macedo de Cavaleiros, a 30 de Dezembro, assim como outras duas imagens do século XVII furtadas em Grijó, em 2007.

Bragança “não é das regiões mais vilipendiadas”, adiantou o historiador, “talvez também por esta ideia de que é uma região pobre”, mas não é isso que têm constatado no terreno.

Um exemplo apontado é a iconografia do quadro mais antigo em Portugal com a retratação de pessoas nipónicas, descoberto numa capela de Freixo de Espada à Cinta, da autoria de António Leitão e que terá sido pintado poucos anos depois de os portugueses chagarem ao Japão.

Em seis anos foram inventariadas mais de onze mil peças de 384 locais de culto de sete concelhos, o correspondente a “uma pequena parte” das cerca de 50 mil peças que os autores do trabalho estimam possam vir a ser inventariadas nesta região.

Faltam ainda cinco concelhos, entre eles os maiores da Diocese, e “falta dinheiro” para avançar para a segunda fase, de acordo presidente da “Terras Quentes, Carlos Mendes.

A primeira fase foi realizada com um candidatura de 560 mil euros, comparticipada em 55 por cento pelo QREN, que “ainda só disponibilizou uma tranche inferior a 18 mil euros”, segundo disse.

Carlos Mendes queixou-se também de que “algumas autarquias falharam nos compromissos assumidos” e de “discriminação por nas outras dioceses o Estado financiar este trabalho a 75 por cento e na de Bragança a apenas 55 por cento, por ser conduzido por uma associação.

O bispo da Diocese, D. António Montes Moreira espera que “as dificuldades sejam ultrapassadas” e realça a importância deste trabalho “não só para a Diocese, porque os bens da Igreja são de toda a população”.

## A Voz do nordeste

Edição de 25-01-2011

### Secção: Informação Regional

Inventário artístico da diocese de Bragança permitiu identificar 11.192 peças em sete concelhos

### Falta de verbas trava restauro de arte sacra

Pode estar em causa a segunda fase do inventário do património da diocese de Bragança, devido aos atrasos no pagamento das verbas do QREN relativas à primeira fase da candidatura. O projecto ascende a 560 mil euros, mas até à data só foram pagos 18 mil euros.

Apesar deste trabalho ser considerado "muito importante", pelo bispo de Bragança-Miranda, D. António Montes, a Associação Terras Quentes, entidade que gere o processo, está a deparar-se com obstáculos de ordem financeira por falta de transferência das verbas de uma candidatura ao QREN que mereceu aprovação.

A primeira fase, que termina a 31 de Janeiro, destinou-se a fazer o levantamento e inventariação do património religioso de sete concelhos do sul do distrito de Bragança, nomeadamente Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Torre de Moncorvo, Vila Flor e Vimioso.

A segunda parte do inventário, nos concelhos de Bragança, Mirandela, Vinhais, Miranda do Douro e Mogadouro, pode estar em risco, uma vez que a primeira candidatura sofreu um corte de 260 mil euros. Esta situação impediu o restauro e a reabilitação das peças mais importantes de cada freguesia, um trabalho que estava previsto. "Essa verba não vai ser paga", afirmou Carlos Mendes, presidente daquela associação.

Macedo lidera inventário na Terra Quente, seguido de Vila Flor

A primeira fase do inventário, iniciada em Junho de 2004, permitiu o registo de 11.192 peças até aqui oficialmente desconhecidas, de onde se destacam pinturas, imagens de santos, bem como outras relíquias, cuja importância, em muitos casos, tem valor nacional. A inventariação resultou na criação do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros, onde estão expostas as peças encontradas nas várias freguesias do concelho, em regime de rotatividade. "Aqui se vê a qualidade do património que existe na região. É uma diocese muito rica, muito mais do que se imaginava", frisou o responsável.

O concelho onde foram inventariadas mais peças foi o de Macedo de Cavaleiros, com 5122 peças. Muito deste património foi restaurado e reabilitado com apoio da Câmara e das Comissões Fabriqueiras das Paróquias.

Em Vila Flor deram entrada na base de dados 1814, em Alfândega da Fé 1673. Em Torre de Moncorvo foram registados 1401 objectos, em Freixo de Espada à Cinta 848, em Vimioso 208 e em Carrazeda de Ansiães 126.

O recenseamento não abrange todas as peças, mas apenas as que têm valor artístico. Inclui a fichagem, descrição e estudo das peças existentes, bem como o registo da memória cripto-artística (obras desaparecidas).

Nos concelhos que fazem parte da segunda fase do projecto, estima-se que existam mais de 50 mil objectos dignos de serem registados.





## Mensageiro de Bragança

# Diocese de Bragança-Miranda // Primeira fase do Inventário histórico-artístico concluída

Por: Ana Preto | Secção: Actual | online

Foto: AP Exposição pública no Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros

**Existem receios de que possa não haver financiamento para a segunda fase, que abrange os concelhos de Bragança, Vinhais, Miranda do Douro, Mogadouro e Mirandela**

Com 11 275 peças inventariadas em templos religiosos nos concelhos de Alfândega Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Torre de Moncorvo, Vila Flor e Vimioso, está concluída a primeira fase do inventário histórico-artístico da diocese de Bragança-Miranda. Para D. António Montes, Bispo diocesano, "é muito importante que fiquemos a conhecer melhor aquilo que temos. Isto é apenas uma pequena parte. Dos cálculos de um dos intervenientes, do professor Vítor Serrão, haverá umas 50 mil peças no distrito (que coincide com os limites da diocese), e estão inventariadas perto de 12 mil", disse. Segundo Vítor Serrão, director do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, membro da equipa de inventariantes desde 2004, com este inventário a ideia de que esta região era periférica e pouco importante a nível de património religioso ficou completamente esbatida. "A quantidade e qualidade de patrimónios, desde a Idade Média, ao Gótico, ao Renascimento, Barroco, Rococó e outros períodos é tão importante, tão variada e com tanta qualidade de repertórios, que mostra que os mercados de arte que aqui actuaram" estavam perfeitamente a par "com o melhor que era feito em Lisboa, e noutros capitais importantes do tempo, nomeadamente com Valladolid", referiu. Para o professor, "o inventário vai promover turismo, vai criar emprego, vai recolocar no mapa uma região depauperada, vai permitir que haja restauro, que haja medidas preventivas, que haja outros cuidados". Outra das razões pelas quais é importante proceder ao inventário é a criação de um catálogo detalhado de cada peça existente que permitirá poder recuperá-la mais facilmente, em caso de roubo. "Os antiquários têm por obrigação saber a proveniência da peça. Se essa peça não está inventariada, não se sabe sequer se houve roubo. A dificuldade que existe, neste momento, no Museu de Arte Sacra da Polícia Judiciária, em Loures, é que eles têm lá inúmeras peças recuperadas, mas não as podem devolver porque não sabem a que igreja pertence, por falta de inventário", explicou Carlos Mendes, da Associação Terras Quentes, entidade responsável pela inventariação. O inventário na diocese permitiu já a recuperação de peças roubadas no Santuário de Santo António da Barca, em Alfândega da Fé. Entretanto, em 2007 foram roubadas duas imagens da igreja de Grijó, e em Dezembro passado uma imagem da igreja matriz de Macedo de Cavaleiros que, apesar de inventariadas ainda não foram recuperadas. "Vê-se que são roubos cirúrgicos. Portanto, são roubos efectuados por gente que sabe daquilo que anda à procura. Juntando as peças de Macedo de Cavaleiros e da igreja de Grijó temos uma sagrada família, com as mesmas características, com a mesma cronologia", referiu Carlos Mendes, acrescentando a Polícia Judiciária tem já suspeitos do primeiro furto, em Grijó.



### Falta ainda assegurar a verba para a restante inventariação

O inventário que agora foi concluído resultou de um protocolo estabelecido entre a diocese, o município de Macedo de Cavaleiros, a Universidade católica Portuguesa, através da sua Escola de Artes, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, através do Departamento de História, a Associação de Defesa do Património Terras Quentes e o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais. Ao município de Macedo de Cavaleiros juntaram-se os restantes seis, compreendidos nesta primeira fase. Essas câmaras municipais participaram 45 por cento dos custos da inventariação, sendo os restantes 55 por cento resultantes de uma candidatura ao QREN. Para Carlos Mendes, a participação de 55 por cento é uma discriminação negativa da região. "Há uma determinação da Conferência Episcopal Portuguesa, um acordo que foi feito com o Estado, em que todos os inventários das dioceses deste país seriam financiados a 75 por cento. Não compreendemos porque é que Bragança foi a única que foi financiada a 55 por cento". Isto explica-se, talvez, porque esta Associação foi a única entidade privada a pegar no projecto, enquanto, no resto do país, tem sido a próprias dioceses a realizar o inventário. A somar a isto, regista-se um atraso no pagamento da verba. "A candidatura tem um valor global de 560 mil euros, e do QREN, até ao momento, o que recebemos não chega a 18 mil". Também alguns municípios não cumpriram os seus compromissos, com excepção de Macedo de Cavaleiros, Freixo de Espada à Cinta, Alfândega da Fé e Vimioso. Carlos Mendes, receia agora, que possa não haver verba para terminar o inventário, nos restantes concelhos. "Estamos em conversações com a diocese. Vamos ver se chegamos a bom termo. A Associação Terras Quentes, por si, não tem estrutura financeira para conseguir abalançar-se a uma segunda fase, perante estes pressupostos". Espera-se que, através da diocese se possa conseguir uma participação a 75 por cento e que os municípios que faltam possam vir a aderir a este projecto. Vítor Serrão sublinhou que este é um trabalho em aberto e demonstrou preocupação, tal como Carlos Mendes, pelo facto de, na sessão de apresentação do inventário, no passado dia 22, no centro Cultural de Macedo, não ter estado nenhum representante da gestão do QREN, tal como estava previsto no programa. D. António Montes fez votos para que "apesar da situação menos favorável do país, neste momento," o inventário seja concluído, no conjunto da diocese.

### Nota final do artigo.

Sendo o trabalho de inventariação determinante em vários aspectos, que a leitura do que atrás se escreveu antevê e havendo ainda uma boa parte do trabalho a realizar não se torna possível continuar este trabalho tendo como entidade promotora a Associação Terras Quentes. Já foi expresso publicamente o interesse da Diocese em prosseguir - assim seja, para bem dos interesses da Diocese, da região, do País.

Carlos Mendes/Presidente da Associação Terras Quentes.



# Ficha Técnica

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros "Terras Quentes"

## Editor e Propriedade:

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros "Terras Quentes"

Núcleo Central da Paisagem Protegida do Azibo, apartado 110  
5340-900 Macedo de Cavaleiros  
Tel. 278448007

## Endereços electrónicos:

E-mail: [administracao@terrasquentes.com.pt](mailto:administracao@terrasquentes.com.pt)  
E-mail: [arqueologia@terrasquentes.com.pt](mailto:arqueologia@terrasquentes.com.pt)  
E-mail: [patrimonioartístico@terrasquentes.com.pt](mailto:patrimonioartístico@terrasquentes.com.pt)  
E-mail: [restauro@terrasquentes.com.pt](mailto:restauro@terrasquentes.com.pt)  
E-mail: [antropologia@terrasquentes.com.pt](mailto:antropologia@terrasquentes.com.pt)  
Site: [www.terrasquentes.com.pt](http://www.terrasquentes.com.pt)  
Site: <http://pa.terrasquentes.com.pt:9600>

## Director:

Carlos Alberto Santos Mendes

## Conselho de Redacção:

João Carlos Senna-Martinez  
Carlos Alberto Santos Mendes  
José Manuel Quintã Ventura  
Manuel José de Sousa Cardoso  
Hélder Carvalho  
Belmira Mendes

## Colaboradores deste número:

João Carlos Senna-Martinez  
Carlos Alberto Santos Mendes  
José Manuel Quintã Ventura  
Manuel José de Sousa Cardoso  
Hélder Carvalho  
Belmira Mendes  
Vitor Serrão  
António Cravo  
Elsa Luís  
Daniela Matos  
Bruno Rebelo  
Rui Sousa  
Lécio da Cruz Leal  
Lília Pereira da Silva  
Raquel Alexandra Seixas  
Patrícia Pinheiro  
Luís Pinto

## Capa:

Memorial a Martim Gonçalves de Macedo  
Existente no campo de batalha de S. Jorge (Aljubarrota)  
Em Banner: Maça d' armas modelo usado por Martim Gonçalves de Macedo

## Contra-capa:

Aspecto de uma das salas do Real Gabinete de Leitura no Rio de Janeiro, fundado por José Marcellino da Rocha Cabral.  
Em Banner: Memorial às tropas Portuguesas do Sec. XIV em Castelãos

## Design e grafismo:

Pedro Coelho  
Carlos Mendes

## Impressão:

VRI- Impressores, Ldª

## Depósito Legal:

## Edição

Nº 8, Maio de 2011





τφ

Associação de Defesa do Património Arqueológico do  
Concelho de Macedo de Cavaleiros  
"Terras Quentes"



Câmara Municipal de  
Macedo de Cavaleiros

